



Universidade Federal da Bahia

Instituto de Letras

Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística

Rua Barão de Geremoabo, nº 147 – CEP 40170-290 – Campus Universitário Ondina – Salvador-BA
Tel.: (71) 3263-6256 – Site: <http://www.ppgll.ufba.br> – E-mail: pgletba@ufba.br

**AS ESTRUTURAS REFLEXIVAS
NO PORTUGUÊS AFRO-BRASILEIRO**

por

JURGEN ALVES DE SOUZA

Orientador: Prof. Dr. Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti

**Salvador
2011**

JURGEN ALVES DE SOUZA

**AS ESTRUTURAS REFLEXIVAS
NO PORTUGUÊS AFRO-BRASILEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti

**Salvador
2011**

Sistema de Bibliotecas da UFBA

Souza, Jurgen Alves de.

As estruturas reflexivas no português afro-brasileiro / Jurgen Alves de Souza. - 2012.
105 f. : il.

Inclui apêndices e anexos.

Orientador: Prof. Dr. Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 2011.

1. Língua portuguesa - Voz reflexiva. 2. Quilombos. 3. Contato lingüístico. 4. Sociolingüística.
I. Ramacciotti, Dante Eustachio Lucchesi. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Letras.
III. Título.

CDD - 469.5

CDU - 811.134.31'36

JURGEN ALVES DE SOUZA

**AS ESTRUTURAS REFLEXIVAS
NO PORTUGUÊS AFRO-BRASILEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal da Bahia como requisito para obtenção do grau de Mestre em Letras.

Aprovada em 15 de Julho de 2011.

Prof. Dr. Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti – Orientador
Universidade Federal da Bahia

Profª Dra. Sônia Bastos Borba Costa
Universidade Federal da Bahia

Profª Dra. Josane Moreira de Oliveira
Universidade Estadual de Feira de Santana

Ao homem pobre e de pouco estudo que sempre acreditou nos meus sonhos, mas partiu há poucos meses sem ver seu filho caçula alcançar mais um objetivo na vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, minha fonte inesgotável de sabedoria e meu companheiro inseparável na caminhada da vida.

A meu pai Juvêncio (*in memoriam*) e a minha mãe Genetina, meus maiores incentivadores na busca por realizar os sonhos que me pareciam mais distantes.

A minha noiva Nilza, por suportar ao meu lado as inevitáveis crises de humor oriundas do árduo processo de gestação deste trabalho.

A todos os meus amigos, por entenderem minha insistente reclusão como uma etapa necessária não só para o amadurecimento das ideias aqui contidas, mas também para o meu próprio amadurecimento na condição de pesquisador.

Ao Prof. Dr. Dante Lucchesi, pela confiança em mim depositada, pela compreensão nos momentos em que dela precisei e pela orientação segura e competente, sem as quais não seria possível a realização deste trabalho.

Às colegas do Projeto Vertentes, com quem compartilhei algumas das minhas inquietações e nas quais encontrei apoio para prosseguir a jornada.

Ao CNPq, por me conceder a bolsa-auxílio que permitiu minha dedicação exclusiva à pesquisa que aqui se apresenta.

“[...] dar destaque à evolução das variedades populares, indo buscar evidências empíricas nas comunidades cujas variedades foram mais alcançadas pelos efeitos do contato entre línguas, [...] nos aproxima de uma compreensão mais adequada da nossa complexa realidade sociolinguística e da igualmente complexa história de sua formação.”

Carlos Alberto Faraco

RESUMO: Vários estudos linguísticos a respeito das estruturas ditas reflexivas presentes no português falado no Brasil têm revelado algumas características que parecem ser traços típicos do português popular brasileiro. Tais estudos, porém, não consideraram o contato linguístico ocorrido no período da colonização brasileira – destacadamente o contato do português com as línguas africanas – como uma explicação provável para que se imprimissem essas marcas no processo de reflexivização utilizado na fala popular da língua que aqui se fixou. Inserida numa pesquisa maior acerca do português popular brasileiro, realizada pelo Projeto Vertentes, da Universidade Federal da Bahia, esta dissertação apresenta uma descrição da variação na realização do clítico dito reflexivo e da variação na marca de pessoa do clítico dito reflexivo em comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, partindo do princípio de que as características das estruturas ditas reflexivas do português popular brasileiro seriam resultado de processos pretéritos de transmissão linguística irregular, os quais afetaram mais diretamente os dialetos rurais, principalmente em comunidades marcadas etnicamente e que se mantiveram em relativo grau de isolamento. Com base nos pressupostos teóricos da Sociolinguística Variacionista e da Crioulística, a análise das estruturas ditas reflexivas presentes no português afro-brasileiro apresentada neste trabalho levou em conta fatores linguísticos e sociais que pudessem condicionar os processos de variação analisados, revelando, por meio de um estudo quantitativo amparado no rigor estatístico do pacote de programas VARBRUL, a existência de mudança em curso no sentido de aproximação do padrão normativo no que se refere às duas variáveis dependentes em questão, o que acabaria revertendo outras mudanças, ocasionadas por processos pretéritos de transmissão linguística irregular ocorridos durante a formação dessas comunidades de fala.

Palavras-chave: estruturas reflexivas; comunidades rurais afro-brasileiras; contato entre línguas; transmissão linguística irregular; Sociolinguística Variacionista.

ABSTRACT: Several linguistic studies about the supposedly reflexive structures present in the Portuguese spoken in Brazil have revealed some characteristics that seem to be typical of the Vernacular Brazilian Portuguese. Such studies, however, did not consider linguistic contact during the colonization of Brazil - principally contact between Portuguese and African Languages - as a likely explanation for the effect on reflexivization processes used in the vernacular speech of the language that developed in Brazil. Inserted in a larger study about the Vernacular Brazilian Portuguese, conducted by the Project Strands, Federal University of Bahia, this paper presents a description of the variation in the realization of the supposedly reflexive clitics and of the variation in the mark-person in the supposedly reflexive clitics in rural Afro-Brazilian communities isolates, assuming that the characteristics of the supposedly reflexive structures of the Vernacular Brazilian Portuguese would result past processes of irregular linguistic transmission, which most directly affect the rural dialects, especially in ethnically marked communities and that remained in relative degree of isolation. Based on the theoretical principles of the Variationist Sociolinguistics and of the Creolistic, the analysis of the supposedly reflexive structures present in Afro-Brazilian Portuguese presented in this paper took into account linguistic and social factors that might influence the processes of variation analyzed, revealing, through a quantitative study supported in the rigor statistical of the softwares package VARBRUL, the existence of ongoing change in the direction of the standard regulatory approach in relation to two dependent variables in question, which would eventually reversing other changes brought about by past processes of irregular linguistic transmission occurred during the formation of these speech communities.

Keywords: reflexive structures; rural Afro-Brazilian communities; contact between languages; irregular linguistic transmission; Variationist Sociolinguistics.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 O PORTUGUÊS BRASILEIRO NO CALDEIRÃO DO CONTATO LINGUÍSTICO	17
1.1 UMA BREVE REFLEXÃO ACERCA DO CONTATO ENTRE LÍNGUAS	17
1.1.1 Os conceitos de pidginização e crioulização	18
1.1.2 O impacto do processo de pidginização/crioulização na estrutura gramatical	20
1.1.3 Algumas teorias a respeito da formação de <i>pidgins</i> e crioulos	22
1.2 O CONCEITO DE TRANSMISSÃO LINGUÍSTICA IRREGULAR	24
1.2.1 Definição	24
1.2.2 A transmissão linguística irregular de tipo leve	25
1.2.3 O impacto do processo de transmissão linguística irregular na estrutura gramatical	26
1.3 O CONTATO ENTRE LÍNGUAS NA HISTÓRIA SOCIOLINGUÍSTICA DO BRASIL	30
1.3.1 A polêmica em torno da relevância do contato entre línguas.....	30
1.3.2 Um panorama sociolinguístico do Brasil nos primeiros séculos.....	31
1.3.3 O contato entre línguas ocorrido no Brasil	32
1.3.3.1 O contato da língua portuguesa com as línguas indígenas	34
1.3.3.2 O contato da língua portuguesa com as línguas africanas	37
2 O PROCESSO DE REFLEXIVIZAÇÃO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO	42
2.1 A PROBLEMÁTICA EM TORNO DO CONCEITO DE REFLEXIVIDADE	42
2.1.1 Os dilemas conceituais acerca da reflexividade	42
2.1.2 A reflexividade nas línguas crioulas.....	45
2.1.3 Contribuições teóricas na busca por soluções	48
2.2 A TAXIONOMIA DOS CLÍTICOS USADOS NO PROCESSO DE REFLEXIVIZAÇÃO.....	51
2.2.1 Clítico reflexivo	52
2.2.2 Clítico recíproco.....	53

2.2.3 Clítico ergativo	54
2.2.4 Clítico passivo	55
2.2.5 Clítico médio	56
2.2.6 Clítico inacusativo	57
2.2.7 Clítico oblíquo	58
2.2.8 Clítico inerente	58
2.2.9 Clítico expletivo	59
3 TEORIA E MÉTODOS	60
3.1 O EMBASAMENTO TEÓRICO UTILIZADO	60
3.1.1 Teoria Sociolinguística Variacionista	60
3.1.2 A Transmissão Linguística Irregular	61
3.2 A METODOLOGIA UTILIZADA	62
3.2.1 Sobre o <i>corpus</i> da pesquisa	62
3.2.1.1 Um breve relato histórico das comunidades de fala analisadas.....	62
3.2.1.2 A constituição do <i>corpus</i> pesquisado	64
3.2.2 Sobre as variáveis dependentes	65
3.2.3 Sobre o tratamento dos dados	66
3.2.4 Sobre o suporte quantitativo	66
4 AS ESTRUTURAS DITAS REFLEXIVAS PRESENTES NO PORTUGUÊS AFRO-BRASILEIRO	68
4.1 REALIZAÇÃO DO CLÍTICO DITO REFLEXIVO	68
4.1.1 Condicionamento Linguístico	69
4.1.1.1 Tipologia do Clítico.....	69
4.1.1.2 Papel Temático do Sujeito.....	71
4.1.1.3 Animacidade do Sujeito.....	72
4.1.1.4 Concordância Verbo-Sujeito	73
4.1.1.5 Tempo e Modo do Verbo.....	75
4.1.1.6 Pessoa do Discurso	76

4.1.1.7 Síntese do Condicionamento Linguístico	77
4.1.2 Condicionamento Social	77
4.1.2.1 Sexo	78
4.1.2.2 Estada fora da comunidade.....	79
4.1.2.3 Comunidade.....	79
4.1.2.4 Faixa Etária.....	80
4.1.2.5 Síntese do Condicionamento Social	82
4.2 MARCA DE PESSOA NO CLÍTICO DITO REFLEXIVO	82
4.2.1 Condicionamento Linguístico	83
4.2.1.1 Concordância Verbo-Sujeito	83
4.2.1.2 Marca de Pessoa e Número do Verbo	84
4.2.1.3 Síntese do Condicionamento Linguístico	85
4.2.2 Condicionamento Social	85
4.2.2.1 Escolaridade do Informante.....	86
4.2.2.2 Comunidade.....	87
4.2.2.3 Síntese do Condicionamento Social	88
CONCLUSÃO	89
REFERÊNCIAS	94
APÊNDICES	100
ANEXOS	104

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Quadro Geral – Realização do Clítico	69
Tabela 2: Realização do clítico segundo a tipologia do clítico	70
Tabela 3: Realização do clítico segundo o papel temático do sujeito.....	72
Tabela 4: Realização do clítico segundo a animacidade do sujeito	72
Tabela 5: Realização do clítico segundo a concordância verbo-sujeito	74
Tabela 6: Realização do clítico segundo o tempo e o modo do verbo	75
Tabela 7: Realização do clítico segundo a pessoa do discurso.....	76
Tabela 8: Realização do clítico segundo o sexo do informante.....	78
Tabela 9: Realização do clítico segundo a estada fora da comunidade	79
Tabela 10: Realização do clítico segundo a comunidade do informante	80
Tabela 11: Realização do clítico segundo a faixa etária do informante	81
Tabela 12: Quadro Geral – Marca de Pessoa no Clítico.....	82
Tabela 13: Marca de pessoa no clítico segundo a concordância verbo-sujeito.....	83
Tabela 14: Marca de pessoa no clítico segundo a marca de pessoa e número do verbo	84
Tabela 15: Marca de pessoa no clítico segundo a escolaridade do informante.....	86
Tabela 16: Marca de pessoa no clítico segundo a comunidade do informante	87

INTRODUÇÃO

Apesar da insistente cegueira dos gramáticos normativos, a heterogeneidade linguística – característica inerente a qualquer língua humana – é, certamente, uma marca indelével da língua falada neste país eminentemente diversificado, sendo inegável a existência de processos de variação no uso de muitos elementos gramaticais que compõem o português brasileiro, a exemplo do que ocorre com os clíticos ditos reflexivos. Há, no entanto, uma forte controvérsia entre os principais sociolinguistas brasileiros no que concerne à explicação da variação linguística presente na língua falada no Brasil, gerando um contundente embate teórico entre os que defendem a ideia de que tal variação seria fruto da chamada deriva secular das línguas românicas (NARO; SCHERRE, 2007) e os que defendem a hipótese de que esse processo de variação seria resultado do contato entre línguas ocorrido no período da colonização (LUCCHESI, 2000, 2003, 2004).

Talvez por conta dessa celeuma teórica, diversos estudos que abordaram a variação nas estruturas ditas reflexivas do português brasileiro, mormente em suas variedades populares, concentraram a análise em aspectos linguísticos e, mesmo quando enfocavam aspectos sociais, não consideraram o contato linguístico ocorrido no período colonial como uma explicação provável para algumas das estratégias de reflexivização que parecem ser traços típicos do nosso português. Diferentemente desses estudos, a pesquisa que aqui se apresenta procurou investigar como as características presentes nas estruturas ditas reflexivas do português popular brasileiro se apresentam no chamado *português afro-brasileiro*, cogitando a possibilidade de que tais características tenham sido originadas através de processos pretéritos de transmissão linguística irregular (LUCCHESI, 2003), uma vez que a realidade sociolinguística brasileira dos primeiros séculos era muito favorável às influências do contato linguístico. Baseada nos fundamentos teóricos e metodológicos da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008 [1972]), esta pesquisa analisou, na fala vernácula de quatro comunidades rurais afro-brasileiras isoladas do interior do Estado da Bahia, a variação na forma das estruturas reconhecidas como reflexivas e exemplificadas abaixo:

- (1) Eu *me* preocupo muito com isso
- (2) Bianca \emptyset casou ontem.
- (3) Tiago ainda não *se* arrependeu-*se* do seu erro.
- (4) Nós *se* encontramos na casa de Pedro.

Com o intuito de cumprir tal objetivo, esta dissertação foi organizada em quatro capítulos. No primeiro capítulo, intitulado *O português brasileiro no caldeirão do contato linguístico*, abordaram-se os conceitos de pidginização e criouliização, imprescindíveis para uma melhor compreensão das situações de contato, enfatizando os impactos desses processos na estrutura

gramatical. Fez-se, também, uma breve reflexão a respeito das principais teorias acerca do contato entre línguas, dentre as quais merece destaque a *Transmissão Linguística Irregular*, por ser a teoria norteadora da análise contida nesta pesquisa. Comentou-se, ainda, a respeito da relevância do contato linguístico ocorrido nos primeiros séculos de colonização para a caracterização da realidade sociolinguística brasileira, destacando as influências do contato do português europeu com as línguas indígenas e africanas.

No segundo capítulo, intitulado *O processo de reflexivização no português brasileiro*, discutiu-se o conceito de reflexividade, levando em conta a problemática que o envolve e buscando amparo em algumas teorias que possam ajudar a esclarecer as dúvidas existentes quanto aos clíticos utilizados nas estruturas ditas reflexivas do português brasileiro. Observaram-se, para efeito de comparação, as estratégias de reflexivização presentes em algumas línguas crioulas, visto que a ideia aqui defendida é a de que processos pretéritos de transmissão linguística irregular podem ter influenciado na utilização dos clíticos ditas reflexivos. Desenvolveu-se, por fim, uma taxionomia dos clíticos utilizados nas estruturas ditas reflexivas da língua portuguesa falada no Brasil, a qual servirá de base para a análise dos dados a respeito da variação na realização do clítico dito reflexivo no português afro-brasileiro.

No terceiro capítulo, intitulado *Teoria e Métodos*, fez-se um breve apanhado dos pressupostos teóricos da Sociolinguística Variacionista, revisando alguns conceitos básicos essenciais para a pesquisa que aqui se apresenta, e retoma-se o conceito de Transmissão Linguística Irregular – detalhado no primeiro capítulo –, devido à sua importância para explicar a influência do contato entre línguas na utilização das estratégias de reflexivização presentes no português afro-brasileiro. Descreveram-se, também, todos os passos metodológicos utilizados para a realização da pesquisa, destacando a constituição do *corpus*, as variáveis dependentes que fazem parte da análise, a forma como os dados foram tratados e, como é uma pesquisa quantitativa, o suporte utilizado para realizar a quantificação dos dados analisados.

No quarto capítulo, intitulado *As estruturas ditas reflexivas no português afro-brasileiro*, analisaram-se os resultados obtidos a partir das rodadas de dados efetuadas pelo pacote de programas VARBRUL, enfatizando as variáveis linguísticas e sociais selecionadas como estatisticamente relevantes para a análise das duas variáveis dependentes em questão, sem desconsiderar, no entanto, aquelas que, mesmo não sendo selecionadas, apresentaram resultados interessantes à proposta da pesquisa. Tomando por base os princípios teóricos aqui adotados, verificou-se, também, a comprovação ou não das hipóteses iniciais a respeito das estruturas ditas reflexivas presentes no português afro-brasileiro.

Por fim, a *Conclusão* desta dissertação apresenta uma síntese dos resultados obtidos, procurando destacar os pontos considerados mais importantes para o condicionamento da realização do clítico dito reflexivo e da marca de pessoa no clítico dito reflexivo, na expectativa de que a

presente pesquisa possa contribuir para se compreender a influência do contato entre línguas ocorrido nos primeiros séculos da história do Brasil para a formação dos traços peculiares das estruturas ditas reflexivas presentes no português popular brasileiro.

1 O PORTUGUÊS BRASILEIRO NO CALDEIRÃO DO CONTATO LINGUÍSTICO

As cada vez mais constantes pesquisas sobre as origens do português brasileiro têm revelado – ainda que em meio a discussões – uma inegável influência do contato entre línguas na formação de algumas características que parecem ser traços típicos do português brasileiro, principalmente quando se observam as suas variedades populares. Pretende-se aqui fazer uma breve reflexão a respeito das principais teorias que norteiam os estudos sobre contato entre línguas, enfatizando o conceito de *Transmissão Linguística Irregular*, adotado como mola-mestra da análise contida nesta pesquisa. Além disso, far-se-á uma caracterização da realidade sociolinguística brasileira, levando em conta o contato linguístico ocorrido nos primeiros séculos de colonização, quando o Brasil era caracterizado por uma situação de, nos termos de Mattos e Silva (2004), “multilinguismo generalizado”, destacando, para isso, as influências do contato do português europeu com as línguas indígenas e africanas.

1.1 UMA BREVE REFLEXÃO ACERCA DO CONTATO ENTRE LÍNGUAS

Durante muitos anos, pouca importância se deu aos estudos linguísticos que abordassem a questão do contato entre línguas, uma vez que a concepção vigente era a de que a história das línguas poderia ser resumida como uma sucessão de mudanças regidas exclusivamente pela lógica interna da estrutura linguística ou por tendências estruturais prefiguradas secularmente, não levando em consideração os contextos históricos e sociais em que as línguas eram utilizadas. Por conta desse pensamento, as teorias a respeito das mudanças induzidas pelo contato acabaram ficando restritas apenas às situações mais radicais e abruptas que pudessem formar uma variedade linguística original, totalmente diferente de todas as línguas envolvidas na situação de contato, a ponto de parecer ininteligível para os falantes monolíngues das línguas que a geraram.

Essas situações de contato, denominadas *pidginização* e *crioulização*, serviam – por assim dizer – de pontapé inicial na busca por elucidar questões linguísticas consideradas cruciais e ainda obscuras, tais como a origem das línguas humanas, os dispositivos mentais que compõem a faculdade da linguagem, os processos de gramaticalização, os condicionamentos sociais da mudança linguística e a aquisição de língua materna ou de uma segunda língua. Os resultados de tais estudos, ao contrário do que se pensava, não foram tão elucidativos assim, já que a formação da maioria dos *pidgins* e crioulos acontece em situações de extrema violência social, das quais restam pouquíssima documentação e registros históricos. Todavia, em meados do século XX, com o

surgimento da Crioulística – uma área específica da Linguística que se dedica à pesquisa acerca do contato entre línguas –, os estudos ganharam mais consistência e ampliaram as situações de contato analisadas. Com isso, além do conhecimento acerca de *pidgins* e crioulos, os estudos linguísticos que pesquisavam o contato entre línguas passaram a analisar as situações de contato menos abruptas e radicais, já que a estrutura das línguas seria afetada não apenas nos casos prototípicos de pidginização/crioulização, mas também nos contextos que resultariam apenas numa nova variedade de uma das línguas envolvidas no contato, em geral a língua do grupo dominante.

Para que se possa fazer uma reflexão, ainda que seja breve como a que aqui se propõe, a respeito dos *pidgins* e crioulos, faz-se necessário, antes de qualquer coisa, que se procure entender, com clareza, alguns termos que serão constantemente utilizados nessa busca por uma melhor compreensão do processo de pidginização/crioulização. Como a maioria dos *pidgins* e crioulos – principalmente esses últimos – se formou em situação de dominação de um povo sobre outro, as línguas envolvidas são classificadas com base nessa relação social assimétrica e seguindo as designações já utilizadas na filologia românica. Assim, a língua do grupo dominante, geralmente bastante minoritário (cerca de 10% da população), é chamada de língua de superstrato, enquanto as línguas dos grupos dominados são chamadas línguas de substrato. Geralmente, numa situação de contato, os grupos dominados é que tentam adquirir a língua do grupo dominante, por isso ela também pode ser chamada de língua alvo, ou ainda de língua lexificadora, pois o vocabulário comum adotado nesse tipo de interação linguística provém majoritariamente da língua do grupo dominante.

1.1.1 Os conceitos de pidginização e crioulização

O processo de pidginização/crioulização é, segundo Lucchesi e Baxter (2006), o resultado de situações de contato linguístico em que povos de línguas ininteligíveis entre si tenham que interagir através de um código básico de comunicação, utilizado apenas com a função de transmitir informações elementares e imediatas, dar e receber ordens e viabilizar trocas. A depender da intensidade e do tempo de duração da situação de contato, os resultados podem ser bem distintos, podendo gerar desde um pequeno arcabouço lexical até uma língua diferente daquelas que estavam em contato. Estudiosos como Mühlhäusler (1986), por sua vez, propõem que a gramaticalização proveniente do contato entre línguas ocorreria de maneira gradual e poderia ser sintetizada por meio de um *continuum* que retrata a ampliação do espectro das funções gramaticais em uso: jargão > *pidgin* instável > *pidgin* estabilizado > *pidgin* expandido (que pode se tornar uma língua crioula, caso seja, mais tarde, a língua materna de uma nova comunidade que surja em torno da situação de contato).

De acordo com Lucchesi e Baxter (2009, p. 102), o jargão seria um reduzido vocabulário, normalmente oriundo da língua alvo, que cada falante passa a utilizar numa situação de contato pontual e de curta duração, tomando por base a gramática da sua língua nativa, sem que haja, no entanto, qualquer estruturação gramatical ou utilização desse léxico pelo grupo dominado para interagir com seus próprios membros. Todavia, caso o contato se prolongue, uma estrutura gramatical, mesmo que precária, começa a se formar em torno desse vocabulário básico, dando início a um *pidgin*. Lucchesi; Baxter (2006, p. 191) definem o *pidgin* como o código de comunicação que passou a ganhar uma estruturação gramatical e novas funções de uso, constituindo uma gramática própria, por meio de um processo que, segundo afirma Baxter (1996), ocasiona redução lexical drástica (evitando redundâncias e ambiguidades, sem causar prejuízo para as possibilidades comunicativas) e redução de flexões e concordâncias.

Não se pode esquecer, porém, que – como se observa no *continuum* proposto acima – a pidginização é, na verdade, um processo gradativo de gramaticalização, que tem início com uma estrutura gramatical simplificada por conta da necessidade de comunicação rápida e econômica, mas que pode se expandir a ponto de assemelhar-se a qualquer outra língua humana. É possível, então, distinguir três estágios no processo de pidginização. O primeiro estágio, chamado de *pidgin* instável ou *pré-pidgin*, é aquele em que a estruturação gramatical do jargão é bastante precária, mantendo um escasso vocabulário e criando apenas um pequeno aparato gramatical que diferencia esse novo código de comunicação das línguas que entraram em contato para o gerar. O segundo estágio, chamado de *pidgin* estabilizado, é aquele em que a estruturação gramatical aparenta estar mais consolidada, ampliando o vocabulário e as funções de uso desse código de comunicação, sem ainda se colocar no mesmo estado de plenitude funcional e gramatical das línguas humanas naturais. O terceiro estágio, chamado de *pidgin* expandido, é aquele em que o código de comunicação já dispõe de um vasto vocabulário próprio, com estruturação gramatical e funções de uso bem desenvolvidas, assemelhando-se a outra língua humana qualquer.

Apesar de haver alguns exemplos de *pidgins* que ainda resistem ao tempo – como é o caso do *tok pisin* em Papua Nova Guiné –, não se pode negar que a grande maioria deles não é duradoura, desaparecendo no momento em que se encerram as relações que lhe deram origem. Todavia é possível também que um *pidgin* expandido se torne a língua materna de uma comunidade formada na situação de contato, ocorrendo, então, uma ruptura cultural e linguística para uma parte dos grupos envolvidos, de modo que as crianças que nascem nessa comunidade emergente passam a ter como modelo para aquisição de sua língua materna o código de comunicação inicialmente emergencial que permitiu a interação entre esses grupos. De acordo com Mühlhäusler (1986), esse processo de nativização através do qual o código de comunicação passa a ser a língua materna da maioria dos falantes, ao contrário do que ocorria com o *pidgin*, dá origem ao chamado *crioulo*.

Grande parte das línguas crioulas conhecidas atualmente se formou a partir do século XV, no contexto histórico da expansão mercantilista e colonialista. A exploração europeia na costa ocidental da África ainda naquele século e o surgimento de vários entrepostos comerciais no sul da Ásia e na Oceania no século seguinte, parada obrigatória durante as grandes viagens mercantis em direção à Índia, certamente favoreceram a formação de crioulos naquela região. Além disso, a colonização do continente americano, a partir do final daquele século, propiciou os cenários necessários ao surgimento de crioulos na América. Tomando por base esse panorama sócio-histórico, Bickerton (1988) classificou as línguas crioulas em três tipos: crioulo de plantação, crioulo de quilombo e crioulo de forte. Os crioulos de plantação são aqueles formados a partir da utilização de grandes contingentes retirados de seu universo cultural de origem como mão-de-obra escrava na atividade agroexportadora, denominada *plantation*, como o que ocorreu no Caribe (Haiti, Jamaica, Guiana e Suriname), na costa ocidental da África (nas ilhas de São Tomé e Ano Bom) e, mais recentemente, no Havaí. Os crioulos de quilombo são aqueles formados a partir de um agrupamento de escravos fugidos, como é o caso do *saramacan*, falado no interior do Suriname, do *angolar*, falado na ilha de São Tomé, e do *palenquero*, falado na Colômbia. Os crioulos de fortes, também chamados de crioulos de entrepostos, são aqueles formados em situações nas quais as populações dominadas teriam se mantido em seu local de origem, conservando o uso de suas línguas nativas durante o processo de criouliização.

1.1.2 O impacto do processo de pidginização/criouliização na estrutura gramatical

Mesmo que o crioulo seja uma língua transmitida de geração para geração dentro de uma determinada comunidade de fala e adquirida com o acesso aos dispositivos universais da faculdade da linguagem, alguns linguistas têm insistido em afirmar que há diferenças entre uma língua crioula e outra língua humana qualquer. Muysken e Smith (1994) apresentam quatro argumentos que justificariam essa pretensa diferenciação:

- (i) as línguas crioulas são mais semelhantes entre si do que as outras;
- (ii) são mais simples que as outras em termos morfológicos, sintáticos e fonológicos;
- (iii) apresentam uma linguagem mais misturada que as outras; e
- (iv) demonstram uma variabilidade interna mais ampla que as outras.

A despeito dessas afirmações, o pesquisador Dante Lucchesi, em texto ainda não publicado¹, ressalta que alguns pontos têm razão de ser, mas parece que isso não é o suficiente para tornar as

¹ LUCCHESI, Dante. *Contato entre línguas*. (Não publicado)

línguas crioulas um tipo estruturalmente diferenciado das demais línguas humanas. Segundo ele, as línguas crioulas apresentam, de fato, uma forte semelhança entre si, já que existe uma relativa uniformidade na erosão gramatical da língua alvo e na posterior reconstituição – ainda que essa ocorra de forma diferente – de diversos elementos da gramática da língua alvo, o que acaba gerando um conjunto de características estruturais que seriam comuns a todas as línguas crioulas. Todo esse processo de eliminação e posterior reconstituição de mecanismos gramaticais da língua alvo perdidos no momento inicial do contato linguístico resulta também numa morfossintaxe simplificada. Lucchesi afirma ainda que a compreensão de que as línguas crioulas são línguas que apresentam uma estrutura gramatical misturada está baseada na definição de língua crioula como uma língua com vocabulário europeu e gramática africana, uma das mais antigas e defasadas definições de crioulo. Além disso, a maior variabilidade interna das línguas crioulas em relação a outras línguas resulta principalmente do fato de elas serem, em sua maioria, línguas de tradição oral e de comunidades socialmente marginalizadas, sendo, portanto, mais resistentes a ações normativizadoras; além de que há muitos casos de diglossia, nos quais os falantes das línguas crioulas são também falantes das línguas lexificadoras, como ocorre, por exemplo, com o crioulo jamaicano e o inglês ou com o crioulo caboverdiano e o português.

De acordo com Roberts (1997), a compreensão de que as línguas crioulas são estruturalmente diferentes das demais não tem encontrado muito respaldo atualmente entre os estudiosos do assunto, já que algumas línguas não-crioulas apresentam características na sua estrutura gramatical que são consideradas típicas de crioulos. Tal constatação não nega o fato de que o contexto histórico em que o processo de pidginização/crioulização ocorre desencadeia algumas mudanças específicas que propiciam a formação de certas características estruturais comuns – ainda que elas não sejam exclusivas de línguas crioulas –, mas isso não possibilita afirmar que uma língua crioula é identificada somente por conta de suas características estruturais. Essas mudanças que acontecem na estrutura gramatical durante o processo de pidginização/crioulização são decorrentes, em geral, da perda de elementos gramaticais ocorrida no início da situação de contato, sendo necessário destacar, porém, que alguns elementos perdidos nesse primeiro período são reconstituídos (e outros não) quando da formação da língua crioula.

Os elementos gramaticais que se perdem definitivamente no decorrer do processo de pidginização/crioulização são, via de regra, aqueles que foram perdidos no período mais precoce do contato linguístico, dos quais se destacam os morfemas verbais de pessoa e número, a concordância nominal de gênero e número e a flexão de caso dos pronomes pessoais. Segundo Baxter e Lucchesi (1997), tais elementos (i) não têm valor referencial, permitindo que o conteúdo informacional da frase não seja alterado caso haja supressão; (ii) expressam conceitos gramaticais mais abstratos e mais formais; e (iii) apresentam relação menos imediata e menos transparente entre forma e conteúdo. Todavia os elementos gramaticais que se perdem durante o processo de

pidginização/crioulização e são reconstituídos por ocasião da formação da língua crioula têm merecido a atenção de muitos linguistas, já que podem fornecer importantes evidências empíricas para se compreender melhor as bases estruturais presentes em quaisquer línguas humanas. Elementos gramaticais como o sistema de tempo, modo e aspecto, o sistema de artigos e os verbos seriais indicariam, de acordo com Bickerton (1981), a estruturação da faculdade humana da linguagem.

Cabe destacar ainda que, para além dos reflexos estruturais ocasionados por conta do processo de pidginização/crioulização, é possível ocorrer – principalmente em situações de diglossia, nas quais as línguas lexificadoras gozam de maior prestígio social – o chamado processo de descrioulização, que seria caracterizado pela paulatina incorporação de elementos gramaticais da língua alvo por parte dos falantes. Baxter e Lucchesi (1993), ao abordarem o processo de descrioulização, estabelecem o seguinte *continuum*: basileto > mesoleto > acroleto. O basileto ou crioulo fundo é o estágio prototípico de crioulização, no qual os falantes são monolíngues na língua crioula, geralmente são idosos da zona rural, analfabetos e que têm pouco ou nenhum contato com a língua lexificadora. O mesoleto é um estágio de crioulização intermediário, no qual os falantes possuem algum contato com a escolarização e, portanto, já conhecem, mesmo que superficialmente, a língua lexificadora, incorporando na fala palavras e elementos gramaticais da língua alvo, principalmente quando estão tratando de temas que fogem ao seu universo doméstico. O acroleto é um estágio de crioulização mais leve, no qual os falantes são escolarizados e, por isso mesmo, conhecem bem a língua lexificadora, incorporando na fala boa parte do seu arcabouço gramatical e, em alguns casos, não permitindo que se faça claramente a distinção entre o que seria uma variedade do crioulo e uma variedade da língua lexificadora.

1.1.3 Algumas teorias a respeito da formação de *pidgins* e crioulos

Considerada uma das mais antigas teorias que procuram explicar o processo de pidginização/crioulização, a chamada hipótese monogenética, proposta pelo pesquisador Keith Whinnom, defende a ideia de que as línguas crioulas teriam se originado a partir de um proto-*pidgin* de base lexical portuguesa que teria sido formado entre os séculos XV e XVI, na costa ocidental da África (COUTO, 2002). Segundo essa teoria, a importância dos portugueses no início da expansão ultramarina fez com que esse proto-*pidgin* fosse aprendido por escravos e navegadores dos mais diferentes lugares e levado para os entrepostos comerciais do sul da Ásia e da Oceania e para as várias colônias europeias que se formaram no continente americano, especialmente no Caribe, servindo de base para a comunicação verbal entre os nativos desses diversos locais e o grupo localmente dominante (franceses, ingleses ou holandeses). Com o tempo, o vocabulário originalmente português ia sendo gradativamente substituído pelo do grupo localmente dominante,

por meio de um processo chamado de relexificação. Essa hipótese, no entanto, não ganhou muitos adeptos entre os crioulistas, uma vez que aparentava ser por demais simplista e pouco fundamentada.

Também proposta na primeira fase dos estudos crioulos, a teoria do *baby talk*, segundo afirma Martins (1995), procura explicar a simplicidade das línguas *pidgins* e crioulas através da ideia de que o processo de pidginização/crioulização teria origem na fala voluntariamente simplificada dos colonizadores europeus para que os povos dominados pudessem compreendê-los com maior facilidade, mas esse pensamento foi contestado com base em alguns estudos que identificaram nas línguas *pidgins* e crioulas várias estruturas ausentes nas línguas europeias. Um pouco mais tarde, surge a teoria da fala estrangeira, segundo a qual o processo de pidginização/crioulização consistiria na cristalização de um modelo incompleto da língua do grupo dominante a partir da tentativa de aquisição por parte dos grupos dominados em condições adversas. Tal compreensão influenciou algumas teorias recentes sobre a aquisição de segunda língua, permitindo o entendimento de que, na situação inicial do contato entre línguas, ocorre apenas uma tentativa de aquisição de uma segunda língua por parte de falantes adultos que têm pouco acesso aos modelos da língua alvo, sem explicar, no entanto, o surgimento de estruturas linguísticas originais ocasionado pela reestruturação gramatical ocorrida durante a formação do crioulo. Quanto a isso, ainda hoje existem divergências entre as principais correntes teóricas no âmbito da crioulistica, principalmente no que tange à identificação dos agentes dessa reestruturação gramatical do código de emergência adotado na situação inicial de contato.

Segundo a teoria do substrato, os adultos seriam os responsáveis por transferir para o código emergencial os elementos gramaticais da sua língua nativa, sendo tal processo determinado fundamentalmente pelos fatores sociais envolvidos na negociação que seria feita em busca de soluções gramaticais no interior dessa nova comunidade de fala. De acordo com Roberts (2007), os substratistas compreendem que, ao adquirir uma segunda língua, um falante adulto não parte do estágio inicial da aquisição por meio dos dispositivos inatos da faculdade da linguagem, mas realiza um processo mais apurado de relexificação, no qual o vocabulário da língua do grupo dominante desempenha funções previstas na gramática de sua língua materna. Por outro lado, os universalistas – através da chamada Teoria do Bioprograma da Linguagem (BICKERTON, 1981) – creditam maior importância nesse processo de reestruturação gramatical às crianças que nascem na situação de contato, uma vez que seriam os dispositivos inatos que agem durante a aquisição da língua materna os responsáveis por tal reestruturação. Diferentemente do que ocorre numa situação “normal” de aquisição de uma língua materna, as crianças que adquirem um *pidgin* como língua materna não encontram nos dados linguísticos primários os itens gramaticais que satisfaçam as necessidades estruturais, sendo obrigados a criá-los com a utilização de itens lexicais da língua alvo enfraquecidos ou mesmo esvaziados de significado referencial. Essa teoria, porém, não admite que,

embora as crianças de uma mesma geração tenham como modelo a fala de adultos com graus variados de proficiência na língua do grupo dominante, existe a possibilidade de que um crioulo uniformemente típico surja em uma única geração de novos falantes.

1.2 O CONCEITO DE TRANSMISSÃO LINGUÍSTICA IRREGULAR

As muitas pesquisas e reflexões sobre a pidginização/crioulização realizadas desde o final do século XIX até o início deste século XXI têm sido fundamentais para, ao menos, revelarem a grande importância das situações de contato entre línguas para a compreensão do fenômeno linguístico como um todo. Certamente nenhum modelo teórico muito restritivo será capaz de dar conta da complexidade e da diversidade dos contextos sociolinguísticos nos quais ocorrem os processos de pidginização/crioulização, mas também não se pode pensar nesse campo do estudo linguístico como uma área restrita apenas a esses contextos. Na busca por uma teoria que desse conta das mais diversas situações de contato entre línguas, mesmo aquelas em que não ocorra o processo de pidginização/crioulização, foi desenvolvido o conceito de transmissão linguística irregular (BAXTER; LUCCHESI, 1997; LUCCHESI, 1999, 2003 e 2006; e LUCCHESI; BAXTER, 2006 e 2009).

1.2.1 Definição

O conceito de transmissão linguística irregular designa, de maneira mais ampla, os processos históricos de contato maciço entre povos falantes de línguas tipologicamente distintas, entre os séculos XVI e XIX, resultado da ação do colonialismo europeu na África, Ásia, América e Oceania. Situações de dominação que se encaixam nesse contexto histórico têm em comum o fato de os falantes das línguas do grupo dominado, em sua maioria adultos, serem forçados a adquirir a língua do grupo dominante em condições bastante adversas de aprendizado, por conta da sujeição e da marginalização.

As variedades de segunda língua que se formam a partir desse tipo de contato linguístico servem de modelos para aquisição da língua materna das novas gerações de falantes, uma vez que, na maior parte das vezes, os grupos dominados acabam abandonando suas línguas nativas. De acordo com Lucchesi e Baxter (2009), o termo “irregular”, cunhado no próprio nome do conceito, ao contrário de ter “clara conotação negativa”, como afirmam seus opositores (NARO; SCHERRE, 2007, p. 140), refere-se a essa nativização da língua dominante que ocorre de maneira irregular, uma vez que os dados linguísticos primários a que as crianças são expostas durante o processo de

aquisição da língua materna – diferentemente do que ocorre numa outra transmissão geracional de língua materna – são provenientes de versões de segunda língua desenvolvidas entre os falantes adultos, com lacunas e reanálises dos elementos gramaticais. Esse processo pode resultar na formação de uma língua crioula ou apenas de uma nova variedade da língua do grupo dominante, sem deixar, no entanto, de apresentar processos de variação e mudança induzidos pelo contato entre línguas.

1.2.2 A transmissão linguística irregular de tipo leve

De acordo com Lucchesi (2003), a designação *transmissão linguística irregular de tipo leve*² é dada a situações nas quais o contato entre línguas conduza à simples formação de uma nova variedade histórica da língua alvo que apresente características estruturais semelhantes às que se encontram nas línguas crioulas.

Determinada, a princípio, pela menor intensidade da erosão gramatical que se dá no início do contato linguístico, a transmissão linguística irregular de tipo leve gera uma menor necessidade de recomposição das estruturas gramaticais no momento da socialização/nativização do código de emergência. Isso ocorre por conta do contexto sócio-histórico – diferentemente do que se observa em algumas sociedades de *plantation* ou em comunidades quilombolas³, que são consideradas contextos prototípicos de pidginização/crioulização – e possibilita um maior acesso dos falantes das línguas de substrato e de seus descendentes aos modelos gramaticais da língua alvo, contribuindo para que os processos de transferência de substrato e de gramaticalização, comuns ao período de reestruturação gramatical, ocorram com menor frequência, sendo suplantados pelo uso de elementos gramaticais da língua de superstrato. É necessário compreender, porém, que no processo de transmissão linguística irregular de tipo leve também ocorre a erosão da morfologia que caracteriza a sintaxe aparente da língua alvo, mesmo que seja de forma mais leve. Ainda assim, ela não deixa de alcançar aqueles elementos que são mais comumente afetados nas situações de contato maciço entre línguas (a morfologia verbal de pessoa e número, a concordância nominal de gênero e número e a flexão de caso dos pronomes pessoais), sendo possível observar, se não sua eliminação total, um amplo processo de variação no uso de tais elementos gramaticais.

² Holm (1992) utiliza um conceito semelhante com o nome de **semi-crioulo**.

³ Essas situações são caracterizadas, segundo Lucchesi e Baxter (2006), pela retirada de populações de seu contexto cultural e linguístico de origem, como ocorreu com o tráfico negreiro; pela concentração de um grande contingente linguisticamente heterogêneo sob o domínio de um grupo dominante numericamente muito inferior (cerca de 10%); e pela segregação social da comunidade que se forma na situação de contato.

Dessa forma, o conceito de transmissão linguística irregular pode dar conta de vários contextos sociolinguísticos presentes na história do inglês, do espanhol e do português na América, para além das situações típicas de criouliização, que se concentraram na região do Caribe. Na transplantação dessas línguas para o continente americano, ocorreram inúmeras situações de contato entre línguas que guardam muitas características em comum com aquelas que geraram línguas reconhecidamente crioulas. Considerando os efeitos do contato sobre a estrutura das línguas europeias nas situações de criouliização, parece bastante razoável cogitar a hipótese de que situações de contato muito semelhantes tenham afetado a formação das variedades populares do inglês, do espanhol ou do português no continente americano. Assim, algumas variedades do inglês, como o inglês negro norte-americano (*Black English* ou *Afro-American Vernacular English*) e algumas variedades do espanhol popular em vários pontos do continente americano apresentam atualmente traços linguísticos de tipo claramente crioulo, tais como a ausência de cópula, a simplificação da morfologia flexional e até mesmo processos embrionários de gramaticalização de partículas de tempo, modo e aspecto, sem se constituírem como uma língua propriamente crioula.

1.2.3 O impacto do processo de transmissão linguística irregular na estrutura gramatical

Lucchesi e Baxter (2009) afirmam que a variedade linguística formada em situações em que falantes adultos de línguas distintas e mutuamente ininteligíveis são obrigados a adquirir uma segunda língua, como um código de emergência, por causa de relações comerciais ou de sujeição, apresenta uma considerável redução em sua estrutura gramatical. Tal redução estrutural deve-se basicamente a três fatores:

- (i) dificuldade de acesso desses falantes adultos aos modelos da língua alvo, especialmente quando o grupo dominante é numericamente muito inferior;
- (ii) impossibilidade de utilização, por parte desses falantes adultos, dos dispositivos inatos comuns num processo de aquisição de língua materna;
- (iii) ausência de uma norma ideal que oriente e restrinja o processo de aquisição da língua alvo, pois o objetivo é meramente comunicativo.

Esse código emergencial formado apenas por um reduzido vocabulário vai assumindo, com o prolongamento da situação social de contato, novas funções na rede de interação linguística, podendo, desde os momentos iniciais, tornar-se o modelo para a aquisição da língua materna dos descendentes desses falantes adultos. E a intensidade desse processo de expansão dependerá do nível de erosão ou simplificação gramatical da língua alvo, que, em situações mais radicais de contato, pode acabar eliminando todo o seu aparato gramatical ainda no início do contato linguístico. Característica essencial na aquisição de segunda língua em situações de contato entre

línguas, a simplificação gramatical tem seu início, segundo afirma Roberts (1999), com a eliminação dos elementos gramaticais mais abstratos, sem valor referencial, com menor funcionalidade comunicativa e com carga semântica mais tênue ou menos transparente, preferencialmente aqueles que sejam distintos dos que aparecem na língua nativa dos falantes ou aqueles que estejam ausentes nela, uma vez que os adquirentes dessa segunda língua só teriam acesso aos dispositivos gramaticais e aos parâmetros fixados em sua língua nativa. Tal simplificação resulta no comprometimento, em maior ou menor grau, das marcações morfológicas das categorias gramaticais de caso, número, gênero, pessoa, tempo, modo e aspecto e das relações sintáticas de regência, concordância, coordenação e subordinação, bem como dos processos de ligação anafórica e de movimento no âmbito da sentença.

O posterior estabelecimento de uma rede de relações sociais acaba formando uma nova comunidade de fala e conduzindo à reestruturação gramatical da variedade linguística emergente – seja ela uma língua crioula ou tão somente uma outra variedade da língua alvo –, feita, geralmente, por intermédio das crianças que passarão a adquiri-la como língua materna. Todavia pesquisas recentes acerca da aquisição de segunda língua têm demonstrado que, em situações adversas, os próprios falantes adultos podem ser responsáveis tanto pela simplificação quanto pela reestruturação gramatical da língua alvo, promovendo transferências de dispositivos funcionais das línguas nativas para a variedade linguística emergente – conhecidas como transferências de substrato –, bem como processos de reanálise dos elementos gramaticais da língua alvo. A partir dessa compreensão, os adultos seriam, portanto, os agentes centrais desse processo de transmissão linguística irregular, ainda que possa haver divergência a esse respeito por parte dos estudiosos do assunto (substratistas *versus* universalistas). Como o contexto sócio-histórico e etnolinguístico em que ocorre o contato entre línguas nem sempre se assemelha às situações prototípicas de crioulação, Lucchesi e Baxter (2009, p 111-112) ressaltam que os falantes envolvidos na formação da nova variedade linguística podem ter acesso, em maior ou menor grau, aos modelos gramaticais da língua alvo, o que acaba estabelecendo um ideal normativo à medida que as formas da língua alvo passam a ter um maior prestígio social. Isso favorece a suplantação dos processos de transferências de substrato ou mesmo de reestruturação original da gramática pelos modelos da língua do grupo dominante, o que acaba gerando apenas uma nova variedade da língua alvo.

Quando o resultado da transmissão linguística irregular é, de fato, a formação de uma língua crioula, a tendência, segundo Lucchesi e Baxter (2009, p 112), é de que a estrutura gramatical seja reorganizada de modo a apresentar as seguintes características:

- (i) focalização do constituinte através do seu deslocamento para o início da oração;

- (ii) sistema de artigos baseado na distinção entre os níveis de referencialidade ‘específico/não-específico’, marcados, respectivamente pela presença/ausência do artigo;
- (iii) sistema analítico, em que partículas independentes marcam as categorias verbais de tempo, modo e aspecto;
- (iv) orações relativas com cópia pronominal;
- (v) estruturas de negação dupla;
- (vi) uso de um mesmo verbo para indicar ‘posse’ e ‘existência’;
- (vii) ausência de cópula em predicados que envolvem adjetivos;
- (viii) uso de adjetivos que funcionam como verbos;
- (ix) ordem invariável para as orações afirmativas, imperativas e interrogativas;
- (x) forma bimorfêmica analítica assumida pelas palavras interrogativas; e
- (xi) escassez de construções passivas.

Quando, porém, o resultado do contato entre línguas não é a formação de uma língua crioula, mas o surgimento de uma nova variedade da língua alvo – fruto de uma transmissão linguística irregular de tipo leve –, a estrutura gramatical da variedade que se forma fica marcada por uma profunda variação, uma vez que não há, comparando-se com a gramática da língua alvo, a introdução de dispositivos originais, sendo as eventuais lacunas estruturais preenchidas gradativamente por dispositivos da própria língua alvo. Tais variedades, portanto, tendem a apresentar as seguintes características estruturais:

- (i) eliminação de certos dispositivos gramaticais mais abstratos e de uso restrito da língua alvo;
- (ii) recomposição da estrutura gramatical da língua alvo, eliminando a variação ou reduzindo-a a uma pequena escala;
- (iii) manutenção da variação no esquema presença/ausência do dispositivo gramatical da língua alvo;
- (iv) alteração nas frequências de uso relativamente à marcação de determinados parâmetros sintáticos;
- (v) manutenção da variação no uso do dispositivo gramatical dentro de um esquema de variável ternária – com a variante da língua alvo, uma variante oriunda de um processo original de reestruturação da gramática e a variante zero.

Todavia, ainda que ocasionem impactos diferentes, a formação de uma língua crioula e a formação de uma nova variedade da língua alvo exigem, ambas, a necessidade de reconstituição – maior ou menor, a depender da intensidade do processo de erosão gramatical que ocorreu no início

da situação de contato – das estruturas gramaticais perdidas na fase inicial do processo de transmissão linguística irregular. Quanto maior o acesso aos modelos da língua alvo menor será a erosão e, conseqüentemente, a necessidade de reconstituição da gramática, e vice-versa, mas não se pode negar que a influência do substrato seria condicionada pelo grau de homogeneidade linguística dos grupos dominados ou até pelo estatuto social desses grupos, uma vez que havia um forte estigma social carregado pela herança cultural africana, sendo comum a franca repressão a essas manifestações culturais e, principalmente, religiosas.

De acordo com Lucchesi e Baxter (2009, p. 114), a reestruturação gramatical da variedade linguística que se forma na situação de contato é desencadeada a partir da socialização e da posterior nativização do código de emergência entre os segmentos dominados, gerando necessidades expressivas e comunicativas que demandam itens e estruturas para desempenhar papéis funcionais e expressar relações categoriais imanentes, os quais podem ser retirados da língua de substrato ou da língua de superstrato, se os falantes tiverem acesso aos seus modelos. No primeiro caso, poderia ocorrer a plena incorporação morfológica da língua de substrato e/ou apenas o uso do léxico da língua superstrato em funções morfológicas presentes, ainda que só parcialmente, na língua de substrato, configurando a chamada “transferência funcional”. No segundo caso, poderia ocorrer a ampliação (ou maximização) das funções dos itens gramaticais da língua de superstrato incorporados na variedade linguística emergente, que será a futura língua materna dessa nova comunidade que está se formando em torno da situação de contato, e a utilização de itens lexicais da língua de superstrato para expressar relações gramaticais, configurando a chamada “gramaticalização”.

Apesar de comumente gerarem estruturas típicas das línguas *pidgins* e crioulas, os processos de transferência funcional e gramaticalização não estão restritos a situações de pidginização/crioulização, possibilitando o surgimento de uma nova variedade da língua alvo que faça uso diferenciado de alguns itens gramaticais, quando comparada com a língua que lhe serviu de modelo. Essa possibilidade é muito importante para se compreender melhor o caráter e a natureza das línguas crioulas frente às chamadas línguas naturais, já que atualmente é consenso entre os crioulistas que não existem propriedades e estruturas privativas das línguas crioulas, não se podendo, portanto, definir o caráter crioulo ou crioulizante de uma determinada variedade linguística por meio das suas propriedades estruturais imanentes, mas pelo processo histórico de contato linguístico que levou à sua formação e pelo desenvolvimento histórico interno da língua que forneceu a sua base lexical.

1.3 O CONTATO ENTRE LÍNGUAS NA HISTÓRIA SOCIOLINGUÍSTICA DO BRASIL

1.3.1 A polêmica em torno da relevância do contato entre línguas

A participação do contato entre línguas na história sociolinguística brasileira há muito divide as opiniões dos pesquisadores. Lucchesi e Baxter (2006) apresentam, de maneira sucinta, o percurso histórico das discussões acerca desse assunto tão polêmico entre os linguistas. Segundo eles, a primeira lenha nessa fogueira foi posta, ainda que timidamente, por João Ribeiro, em 1888, quando a redução das formas e a simplificação das flexões na fala popular foram atribuídas à influência de línguas africanas ou indígenas. Mais tarde, em 1933, Jacques Raimundo e Renato Mendonça abriram, de forma mais sistemática, o debate sobre a influência do contato linguístico no português brasileiro, concluindo – ambos – que a maior parte dos aspectos característicos do nosso português é reflexo da influência das línguas africanas, principalmente do quimbundo e do iorubá.

Gladstone Chaves de Melo, em 1946, e Serafim da Silva Neto, em 1950, negaram, no entanto, uma maior importância do contato entre línguas na história sociolinguística do Brasil e, ainda que admitissem a ocorrência de processos de crioulização durante o período colonial, consideraram a influência dos africanos apenas um elemento precipitador da deriva natural das línguas românicas. Essa mesma visão será defendida, em 1972, por Mattoso Câmara Jr. Pouco tempo depois, em 1981, Gregory Guy, apoiado nos dados sócio-históricos a respeito do Brasil, defendeu a hipótese de que houve, no período colonial, processos de crioulização resultantes do contato com as línguas africanas, os quais redundaram nas marcas típicas da variedade popular do português aqui falado. Tal posição foi contestada, em 1993, por Anthony Naro e Marta Scherre, que resgatam a ideia de Serafim da Silva Neto, afirmando que as mudanças ocorridas no português brasileiro teriam sido motivadas pela deriva linguística do português, cabendo ao aprendizado precário de indígenas e africanos apenas o papel de acelerar essas propensões sistemáticas.

Em 1997, Dante Lucchesi e Alan Baxter, porém, defenderam a ideia de que o contato do português com, sobretudo, as línguas africanas teve importante papel no desenvolvimento do português brasileiro, especialmente em suas variedades populares, sem defender, contudo, a hipótese da formação de crioulos típicos, pois a transmissão linguística irregular ocorrida no Brasil teria sido, segundo eles, de um tipo mais leve do que comumente ocorre em processos de crioulização típica. Todavia, ainda hoje, opiniões divergentes de grandes pesquisadores da sociolinguística no país ecoam reverberantes pelos corredores das universidades. Tal divergência entre os estudiosos do assunto, ao contrário do que se pode pensar, tem impulsionado cada vez mais as pesquisas e, aos poucos, lançado luz sobre esta questão até então obscura.

1.3.2 Um panorama sociolinguístico do Brasil nos primeiros séculos

Se atualmente a língua portuguesa é a língua materna de quase toda a população brasileira, nosso país experimentava uma situação de “multilinguismo generalizado” (MATTOS E SILVA, 2004, p. 14) nos primeiros séculos da colonização. Em algumas regiões, predominava a língua geral de base tupi; em outros lugares, predominavam as línguas francas africanas; e havia ainda locais mais isolados (nos arredores dos engenhos ou nos quilombos), em que se falavam variedades pidginizadas ou crioulistadas do português. Diante dessa pluralidade cultural e linguística evidente nos tempos do Brasil Colônia, a consequência mais direta foi a alteração da língua trazida pelos portugueses, contando com a participação de indígenas e africanos na construção da modalidade da língua e da cultura representativas da – então insipiente – nação brasileira.

Esse período inicial da história do Brasil aponta para um cenário bipolarizado que marcou a constituição da realidade linguística brasileira (LUCCHESI, 2001). As cidades, pouco populosas e geralmente situadas no litoral, não influenciavam as distantes povoações interioranas e eram reduto exclusivo de uma reduzida elite colonial, que procurou aproximar-se e manter-se fiel ao padrão linguístico lusitano, submetendo-se ao cânone português até o início de século XX. A maior parte da população colonial – formada principalmente por índios nativos e negros escravos e espalhada pelo interior do país – quase não tinha contato com a cultura europeia e, conseqüentemente, com a variedade padrão da língua portuguesa, restringindo-se à convivência com colonos portugueses pobres e pouco escolarizados, com os quais adquiriram precariamente o português como segunda língua.

Todavia, de acordo com Hasenbalg (1979), o ciclo do ouro, na segunda metade do século XVIII, permitiu um avanço socioeconômico que teria atraído ao menos trezentos mil portugueses de todas as classes sociais em busca do enriquecimento fácil e mais de um milhão de escravos africanos para serem usados como mão-de-obra na mineração. Segundo Lucchesi (2008), a chegada desse contingente de escravos africanos por meio do tráfico negreiro acabou por colocar os negros que aqui chegaram e seus descendentes numa situação paradoxal. Eles foram, por um lado, vítimas de uma violenta repressão cultural e linguística que não permitiu a conservação das muitas línguas africanas que chegaram aqui⁴ e, por outro, os principais protagonistas no processo de difusão da língua portuguesa no Brasil, contribuindo para que o contato linguístico dos muitos falares africanos com a língua portuguesa trazida da Europa gerasse as características mais notáveis da fala popular brasileira. Nesse período, as línguas gerais de base tupi foram relegadas aos grotões do país e as línguas francas africanas foram sendo paulatinamente extintas, permitindo um

⁴ Atualmente são encontrados raros resquícios de línguas africanas no Brasil. Essas línguas subsistem apenas em algumas poucas comunidades rurais de afro-descendentes mais isoladas e servem como elemento de preservação da identidade cultural africana em território brasileiro.

predomínio da língua portuguesa em nosso território. Há que se dizer, porém, que o português falado no Brasil não era o mesmo português d'alm mar, mas um português profundamente alterado pela aquisição imperfeita por parte dos índios e, principalmente, dos escravos africanos, os quais influenciaram mais decisivamente no desenhar dos traços característicos de nossa língua e no processo de difusão de tais traços na sociedade brasileira, visto que se inseriram – muito mais que os indígenas – na nova estrutura social que começava a se formar no Brasil de então.

Outro fator que contribuiu para que o português avançasse ainda em terras brasileiras foi a vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, já que a chegada, a uma só vez, de milhares de homens e mulheres da Corte Portuguesa acabou por desencadear um intenso processo de urbanização que – mesmo não trazendo *a priori* mudanças socioeconômicas significativas, a não ser a substituição da atividade mineradora pela lavoura agroexportadora do café –, fortaleceu a vida cidadina e permitiu uma maior valorização dos hábitos linguísticos lusitanos na sociedade colonial brasileira, ainda que o português falado pela maior parte da população fosse bem distinto da variedade europeia. Com a independência política do Brasil, em 1822, e a abolição da escravatura, em 1888, muitos ex-escravos foram obrigados a migrar para as cidades, onde se aglomeraram nas periferias – nem monarquia nem república planejaram alguma forma de absorver o enorme contingente de negros libertos –, levando consigo uma variedade do português que estava restrita ao ambiente rural, o que certamente deu impulso ainda maior à difusão desse português tipicamente brasileiro.

1.3.3 O contato entre línguas ocorrido no Brasil

A forma violenta de colonização ocorrida nas muitas colônias europeias, a partir do final do século XV, criou contextos sociais que propiciaram influências linguísticas muito profundas em situação de contato, uma vez que a opressão física e simbólica dos grupos humanos, retirados de seu ambiente natural e tomados como escravos, favorecia a ocorrência do processo de pidgnização/croulização. Todavia, no caso específico do Brasil, entende-se que não houve exatamente uma criouliização, já que, como se sabe, para que houvesse a possibilidade da consolidação de um crioulo, seria necessário que os falantes das línguas de substrato tivessem um acesso restrito aos modelos da língua alvo durante o período de formação dessa nova comunidade de fala. Portanto, as situações sociolinguísticas propícias para isso seriam, em tese, as mesmas – ou ao menos semelhantes – encontradas em algumas sociedades de *plantation* ou em comunidades quilombolas, tais como a retirada de populações de seu contexto cultural e linguístico de origem, como ocorreu com o tráfico negreiro; a concentração de um grande contingente linguisticamente heterogêneo sob o domínio de um grupo dominante numericamente muito inferior (em torno de 10%); e a segregação da comunidade que se forma na situação de contato.

O que aconteceu em território brasileiro, então, foi uma “semi-crioulização”, segundo Holm (1992, p. 37), ou, nos termos de Lucchesi (2003, p. 281), uma “transmissão linguística irregular de tipo leve”, pois não ocorreu, de modo generalizado, a expansão da estruturação gramatical que começou a ser formada em decorrência da situação de contato. Assim, o processo de crioulização foi abortado, gerando – em lugar de uma língua crioula – uma variedade popular da língua portuguesa, da qual mantém quase todo o arcabouço estrutural, modificado apenas pela profunda variação no uso dos elementos gramaticais sem valor referencial, tais como a morfologia verbal de pessoa e número, a concordância nominal de gênero e número e a flexão de caso dos pronomes pessoais.

Pode-se, então, inferir que uma das possíveis causas para que o processo de crioulização não tenha se completado no Brasil talvez tenha sido a inserção dos afro-descendentes, sobretudo os mestiços, na sociedade brasileira, principalmente a partir do século XVIII, com a economia não mais girando em torno da atividade agroexportadora e sim da mineração. Esse fato permitiu o acesso dos falantes de línguas africanas e de seus descendentes aos modelos gramaticais da língua alvo, fazendo com que os elementos gramaticais da língua do grupo dominante suplantassem eventuais processos embrionários de gramaticalização e de transferência do substrato, importantes na formação de uma língua crioula. Um cenário social como esse, diferentemente dos cenários de maior segregação, comuns à formação de crioulos, contribuiu para que a crioulização ocorrida no Brasil não tenha perdurado a ponto de se consolidar uma comunidade de falantes crioulos e tenha sido por demais localizada, ocorrendo quase que exclusivamente em comunidades rurais isoladas, notadamente marcadas pela presença africana. Atualmente existem diversas comprovações de que os dialetos rurais brasileiros apresentam inúmeros traços morfossintáticos – frutos de um processo mais intenso de transmissão linguística irregular – comparáveis aos das línguas crioulas, principalmente os crioulos de base portuguesa do Atlântico (HOLM, 1992).

Segundo Lucchesi e Baxter (2006), é possível destacar, dentre as marcas resultantes de um processo de transmissão linguística irregular pretérito que se conservam ainda hoje nos dialetos rurais e populares do nosso português, os seguintes traços:

- (i) redução/eliminação de morfologia flexional do verbo e do nome, com consequências para os processos sintáticos a ela relacionados;
- (ii) redução/eliminação de morfemas gramaticais livres, tais como artigos, pronomes clíticos, conectivos preposicionais, etc.;
- (iii) negação dupla descontínua (pré-verbal + final de oração) e simples (final de oração);
- (iv) oração relativa com “que” multifuncional e com cópia pronominal;
- (v) verbos com dois complementos que apresentem a seguinte estrutura argumental: verbo + complemento indireto não-preposicionado + complemento direto;

- (vi) a não inversão da ordem sujeito-verbo nas orações interrogativas;
- (vii) a formação reduzida da estrutura passiva em construções do seguinte tipo: sujeito em função de paciente + verbo transitivo de ação.

O processo de transmissão linguística irregular teria sido, portanto, elemento fundamental para a formação do português popular brasileiro, tendo nos atuais dialetos rurais, em especial nos de localidades marcadas pela presença africana, um privilegiado campo de observação linguística, uma vez que comunidades rurais afro-brasileiras mais isoladas, de acordo com Lucchesi (2004, p. 216), podem guardar rastros históricos importantes para a compreensão do contato entre línguas ocorrido no Brasil durante o período colonial.

1.3.3.1 O contato da língua portuguesa com as línguas indígenas

A colonização do território brasileiro, diferentemente de outros processos de colonização ocorridos na América, caracterizou-se linguisticamente, segundo afirma Rodrigues (2006), pelo desenvolvimento de duas línguas francas de origem indígena, faladas na maior parte da colônia, e pelo não estabelecimento de línguas crioulas, ficando o uso popular do português restrito a uma pequena extensão de terras litorâneas. Essas características linguísticas teriam sido delineadas por conta da diferença de cerca de um século entre o início da colonização na costa leste (1532) e o da colonização do norte (1616), além da manutenção dessas duas áreas sob administrações independentes por um século e meio (1621-1774). Nesse mesmo período, porém, outras línguas europeias (espanhol, italiano, inglês, francês e holandês) foram trazidas ao Brasil, mas nenhuma delas se tornou veículo comum e dominante em qualquer região.

O Brasil, no período inicial da colonização, estava ocupado por muitos povos, falantes de diversas outras línguas, das quais duas eram semelhantes entre si e faladas ao longo de quase toda a costa atlântica: o *tupi* no litoral paulista e o *tupinambá* do Rio de Janeiro até a desembocadura do rio Amazonas. No trecho que vai do Rio de Janeiro até o Rio Grande do Norte, porém, houve a destruição quase que total dos povos indígenas e, conseqüentemente, de suas línguas, fazendo com que nessa área o português fosse estabelecido como língua popular. Todavia, nas outras áreas do território brasileiro, a língua popular era uma língua geral de base indígena.

A respeito do termo “língua geral”, Lucchesi e Baxter (2006) levantam a dificuldade de compreensão do seu conceito, uma vez que tal designação pode recobrir uma diversidade de situações linguísticas:

- (i) uma *koiné* tupi empregada na comunicação entre as tribos de línguas do tronco tupi da costa brasileira;

- (ii) uma língua franca usada na comunicação entre os colonizadores portugueses e os indígenas;
- (iii) uma língua nativa predominante nos núcleos populacionais mestiços que se estabeleceram no período inicial da colonização;
- (iv) uma língua “gramaticalizada” pelos jesuítas sob o modelo do português, utilizada para a catequese dos índios em geral;
- (v) uma língua franca de base tupi utilizada como segunda língua por tribos de língua não tupi.

Mattos e Silva (2006), por sua vez, questiona – com base em estudos de Monteiro (1995) – se o que se costumou chamar de “língua geral” no Brasil seria mesmo uma língua de base indígena, propondo que talvez fosse mais provável que essa língua designada geral tivesse base portuguesa, que teria sofrido interferências indígena e africana, sendo, portanto, mais coerente designá-la de *português geral brasileiro*. Todavia, ainda que não seja consenso, o termo “língua geral” acabou prevalecendo na literatura que trata do assunto.

Durante o século XVI, a maioria dos falantes de tupi e de tupinambá foi rapidamente eliminada por guerras de extermínio, por epidemias de doenças europeias ou pela exploração dos portugueses, configurando “um processo vertiginoso de extermínio e depopulação” (LEITE; FRANCHETTO, 2006). É importante ressaltar que, como a maioria dos colonos portugueses eram homens desacompanhados de suas famílias, houve uma tendência à miscigenação, mesmo porque a sociedade tupi-guarani aceitava naturalmente a inserção de estranhos como genros e cunhados. Surgem, então, os chamados mamelucos, que adquiriram inicialmente como língua materna o tupi – por conta do intenso contato com as mães –, mas depois se distanciaram social e culturalmente das sociedades indígenas, passando a manter contato constante com o português, o que gerou uma língua franca, chamada de língua geral, a qual pode ser classificada em dois tipos: *língua geral paulista* e *língua geral amazônica*. A língua geral paulista tornou-se dominante na Capitania de São Vicente entre o século XVI e XVIII, de onde foi levada pelos bandeirantes – que eram mamelucos – para Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e províncias do Sul, enquanto a língua geral amazônica, falada por uma população mameluca desenvolvida através do contato dos índios tupinambá com os portugueses a partir 1615, foi a língua popular em toda a província do Amazonas e em grande parte da província do Pará até meados do século XIX, antes do ciclo econômico da borracha.

Embora o português tenha sido sempre a língua oficial da colônia, seu estabelecimento como língua popular não aconteceu de maneira uniforme. Na costa leste e sueste, entre o Rio Grande do Norte e o Rio de Janeiro, o português foi, de fato, a língua utilizada para comunicação desde o século XVI, mas na Capitania de São Vicente e, posteriormente, em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, a língua geral paulista foi o veículo de comunicação durante aproximadamente 200 anos, e

no Maranhão, Pará e Amazonas, a língua geral amazônica foi a língua popular durante quase 300 anos. Hoje a língua portuguesa é a língua falada de forma majoritária em território brasileiro, porém nosso país pode ser considerado multilíngüe, no qual são faladas hoje cerca de 200 línguas, sendo 180 indígenas e outras de origem europeia e asiática. No que tange especificamente às línguas indígenas, o Brasil, mesmo passando por todo esse processo de extinção verificado ao longo da história, ainda é o país com maior diversidade genética na América do Sul, segundo afirmam Leite e Franchetto (2006).

Não se pode, porém, confundir tal resistência dos povos e das línguas indígenas no Brasil com a inexistência do perigo de extinção, mesmo porque a descoberta de novos grupos étnicos – principalmente depois da intensificação das pesquisas sobre o assunto, em 1980 – apenas quer dizer que existem mais índios no país do que se pensava, mas isso não garante que as línguas faladas por esses grupos não serão extintas ou não perderão muitas de suas características. Esse alerta, de acordo com Leite e Franchetto (2006), tem razão de ser, pois existe uma nítida pressão da língua nacional, dominante em virtude do poder socioeconômico e da difusão via escola e meios de comunicação, sem falar na valorização positiva dada à língua do colonizador em oposição à valorização negativa dada à língua do colonizado. A inserção desses grupos linguisticamente minoritários na vida social do país alterou profundamente sua relação com suas próprias línguas, já que os locais e os assuntos aos quais eles agora têm acesso utilizam como língua veicular o português, cujo domínio está sendo cada vez mais exigido e mais desejado entre os indígenas. Contraditoriamente, no entanto, o domínio da língua nativa figura como um emblema da identidade indígena e é exigido para que haja a inserção dos grupos indígenas nessa vida social que os obriga a ser cada vez menos índios.

Dessa forma, é imprescindível compreender os rumos que os estudos sobre as línguas indígenas faladas no Brasil têm tomado ao longo do tempo. O primeiro desses estudos foi feito ainda no século XVI por Anchieta, que registrou numa gramática o tupinambá falado na Bahia, no Rio de Janeiro e no Espírito Santo, tomando por base a língua latina, com a finalidade de aprender a língua e transmiti-la a outros religiosos para a catequese dos chamados “povos primitivos”. Naquele momento, a multiplicidade de línguas impedia a conversão de tais povos, por isso só o tupinambá, usado pela maioria dos falantes, foi estudado e utilizado efetivamente na catequese, contribuindo para o surgimento da ideia que perdura até hoje de que existe uma homogeneidade linguística no Brasil. Na segunda metade do século XIX, porém, estudos sobre outras línguas indígenas começaram a ser feitos por muitos viajantes e por outros missionários, uma vez que a proibição do estudo das línguas indígenas decretada pelo Marquês de Pombal já não tinha mais validade.

A partir do final do século XIX, as pesquisas etnográficas dos povos que formam o sistema multilíngüe do Alto Xingu, utilizando o método histórico-comparativo, também deram importantes contribuições linguísticas a respeito da classificação e do entendimento do parentesco existente

entre as línguas indígenas ali faladas. Mais tarde, no início da segunda metade do século XX, o departamento de antropologia do Museu Nacional criou o setor de linguística, mas as pesquisas ficaram inicialmente a cargo de missionários protestantes americanos, que tinham – assim como os jesuítas tiveram – o interesse meramente catequético. Na década de 70, porém, as pesquisas começaram a ser feitas nas pós-graduações de algumas universidades, deixando de ser vinculadas ao campo da antropologia e passando a configurar um estudo realmente linguístico, o que ocasionou o surgimento de uma diversidade teórica nesse tipo de pesquisa. A partir de então, vários esforços passaram a ser feitos para tentar diminuir a desigualdade entre índios e brancos no que se refere ao acesso ao resultado dessas pesquisas, gerando a necessidade de se investir numa educação bilíngue nas tribos indígenas, visto que o avanço da língua portuguesa para dentro da vida indígena parece ser inevitável.

1.3.3.1 O contato da língua portuguesa com as línguas africanas

As línguas gerais de base indígena serviram inicialmente como instrumento de comunicação adotado pelos portugueses para integrar a força de trabalho indígena na extração do pau-brasil e no cultivo de cana-de-açúcar, tabaco e algodão. Contudo Lucchesi e Baxter (2006) afirmam que a resistência intrínseca do índio ao trabalho e as campanhas dos jesuítas contra a escravidão dos nativos fizeram com que o tráfico negreiro fornecesse a mão-de-obra necessária à implementação da cultura agroexportadora do açúcar, que se iniciou ainda no século XVI. A partir de então, a importação de escravos africanos para o Brasil cresceu bastante, principalmente em Pernambuco e na Bahia, permitindo o avanço da língua portuguesa em território brasileiro, mesmo que, em alguns agrupamentos mais etnicamente homogêneos, os escravos pudessem fazer uso de uma língua franca de base africana que servisse para a comunicação entre eles.

Durante muito tempo, perdurou a compreensão de que não se podia afirmar com algum grau de certeza de onde provinham esses africanos e, conseqüentemente, suas línguas. Castro (2006), no entanto, afirma – com base num estudo lexicográfico – que as muitas línguas africanas trazidas ao Brasil por intermédio dos escravos que vieram para cá eram originárias de duas partes da África: a *África Ocidental* e a *África Banto*, territórios da família linguística Níger-Congo. Os escravos vindos da África Ocidental – do Senegal à Nigéria – trouxeram as línguas do subgrupo Kwa, tais como iorubá, ibô, ewe, fon, nupe ou tapa, twi-fante, axante. Por outro lado, os escravos vindos da África Banto – da linha do equador ao cone sul-africano – trouxeram as línguas do subgrupo Banto, tais como quimbundo, quicongo e umbundo. De acordo com Rodrigues (2006), essas línguas africanas acabaram deixando alguns resquícios em determinados locais do nosso território, como é o caso da região de Minas Gerais, na qual surgiu uma língua franca de comunicação entre os escravos africanos que trabalhavam na região de Vila Rica (atual Ouro Preto) no século XVIII, e o

da cidade de Salvador, onde seis línguas de origem africana foram faladas até o final do século XIX. Petter (2006) cita ainda a existência de uma gramática de Quimbundo confeccionada em Salvador, no século XVII, o que revela que essa língua era falada pelos negros escravos na capital brasileira da época. Além disso, as chamadas *línguas especiais* do Cafundó, no interior paulista, e de Tabatinga, no interior mineiro, usadas como códigos secretos, atestam os impactos linguísticos da presença africana no Brasil.

Uma vez que ilustram a utilização de códigos de comunicação comunitários baseados em línguas africanas, o uso de línguas francas africanas em determinadas regiões, ou ainda a utilização de uma língua plena africana no Brasil, tais exemplos seriam, segundo Rodrigues (2006), um argumento importante no sentido de desmentir a crença de que os escravos africanos de diferentes línguas tivessem sido misturados propositalmente, com a intenção de dificultar a comunicação e a solidariedade entre eles. Petter (2006), no entanto, afirma, levando em conta os ciclos⁵ de importação de escravos propostos por Mattoso (1982), que os africanos de mesma etnia parecem não ter sido levados para o território brasileiro numa mesma época, contribuindo para reforçar a ideia de que essa mistura de etnias fazia parte da política portuguesa para impedir o desenvolvimento de revoltas e rebeliões. Muitos escravos de etnias e línguas diferentes eram, segundo Petter (2006), forçados a conviver juntos por um determinado tempo antes mesmo de embarcarem para o Brasil, possibilitando o contato entre línguas africanas distintas e o português falado pelos traficantes de escravos, o que fez com que o multilinguismo encontrado no Brasil não tenha sido inédito para boa parte dos negros que aqui chegaram. Dentro dessa perspectiva, é possível cogitar a hipótese de que as línguas francas africanas que teriam sido utilizadas em território brasileiro já haviam sido delineadas ainda em terras africanas.

Já em território brasileiro, os africanos foram espalhados pelo interior do país e quase não tiveram contato com a cultura europeia e, conseqüentemente, com a variedade padrão da língua portuguesa, restringindo-se à convivência com colonos portugueses pobres e pouco escolarizados, com os quais adquiriram o português como segunda língua. De acordo com Lucchesi e Baxter (2006), os negros escravos foram, assim, obrigados a aprender, numa situação social precária, a língua portuguesa, a qual serviu para a comunicação com capatazes e senhores e também com outros escravos de etnias diferentes. Essa aquisição precária de uma segunda língua por uma coletividade de falantes adultos, sem instrutores ou escolas, e sua posterior socialização e nativização nessa coletividade é denominada, como já se observou anteriormente, de *transmissão linguística irregular*, ainda que de “tipo leve”, visto que não houve, de modo generalizado, a expansão da estruturação gramatical que começou a ser formada em decorrência da situação de

⁵ O ciclo da Guiné, no século XVI, que trouxe escravos sudaneses, originários da África situada ao norte do Equador. O ciclo do Congo e de Angola, no século XVII, que trouxe negros bantos. Os ciclos da costa de Mina e da baía do Benin, no século XVIII, que trouxe novamente escravos sudaneses. O ciclo de Angola e Moçambique, no século XIX, que trouxe escravos de todas as regiões da África, principalmente desses dois países.

contato. Assim, não se formou no Brasil uma língua crioula – como era comum em processos de transmissão linguística irregular mais intensos –, mas foi criada uma variedade popular da língua portuguesa, mantendo quase todo o seu arcabouço estrutural, modificado apenas pela profunda variação no uso dos elementos gramaticais sem valor referencial, tais como a morfologia verbal de pessoa e número, a concordância nominal de gênero e número e a flexão de caso dos pronomes pessoais (LUCCHESI, 2003).

Não se pode esquecer, porém, que, após a abolição da escravatura, em 1888, os resultados desse contato linguístico acabaram atingindo também os ambientes citadinos e atenuando o contexto linguisticamente bipolar que caracterizava o Brasil até então. Boa parte dos africanos e seus descendentes – que já eram quase 70% dos três milhões e trezentos mil habitantes do Brasil no início do século XIX (AZEVEDO, 1975, p. 14-15) – migrou para as cidades, por conta do processo de industrialização e urbanização que atraía mão-de-obra barata, e acabou inserida nos diversos setores da atividade produtiva, mesmo que se concentrasse nos estratos menos elevados da sociedade, servindo, assim, de transmissor desse português tipicamente nosso. Dessa forma, certas mudanças ocorridas na fala popular penetraram na fala das camadas médias e altas, eliminando as marcas distintivas mais características do contato linguístico ocorrido nos primeiros séculos de colonização e propiciando o surgimento de alguns traços típicos do chamado português popular brasileiro, como bem observa Lucchesi (2002):

A polarização linguística do Brasil não é, porém, estanque, podendo-se detectar influxos que interligam os dois subsistemas distintos, sobretudo a partir das primeiras décadas do século XX, quando se inicia o vigoroso e profundo processo de industrialização e urbanização do país, que dinamizou a reprodução da cultura e democratizou as relações sociais, sem conseguir, entretanto, alterar o quadro de profundas desigualdades sociais que ainda entravam o verdadeiro desenvolvimento do país. As contradições da realidade social refletem-se no plano das normas linguísticas, pois, ao tempo em que se observa, no plano objetivo dos padrões coletivos de comportamento verbal, uma tendência ao nivelamento das duas normas linguísticas brasileiras, no plano subjetivo da avaliação das variantes linguísticas, o estigma ainda recai pesadamente sobre as variantes mais características da norma popular, fortalecendo-se, a cada dia – inclusive com a força dos meios de comunicação de massa – um preconceito que, sem fundamento linguístico, nada mais é do que a crua manifestação da discriminação econômica e social (LUCCHESI, 2002, p. 87-88).

Mesmo assim, ainda é possível encontrar vestígios de todo esse processo em comunidades rurais isoladas etnicamente marcadas, nas quais o contato foi mais radical e a reestruturação linguística foi mais profunda. Segundo Lucchesi (2004), essas comunidades constituem um campo de observação linguística privilegiado, uma vez que tais agrupamentos apresentariam características históricas, étnicas e socioeconômicas específicas que podem demonstrar – e, em alguns casos já estudados, têm demonstrado – a influência do contato entre línguas para a formação dos traços mais peculiares do nosso português.

De acordo com Anjos (2000), as mais de 800 comunidades rurais afro-brasileiras isoladas espalhadas pelo interior do país são, em sua maioria, originadas de antigos quilombos ou de

pequenos vilarejos formados por ex-escravos africanos que foram utilizados nos empreendimentos agroexportadores. O fato de essas comunidades serem “compostas majoritariamente por descendentes diretos de escravos africanos que se fixaram em localidades remotas do interior do país e de difícil acesso, mantendo-se em relativo isolamento até a segunda metade do século XX” (LUCCHESI, 2009, p. 75), pode contribuir para a conservação de marcas reveladoras da aquisição precária do português como segunda língua entre os escravos africanos, o qual serviu de modelo para a posterior nativização ocorrida entre os escravos crioulos e seus descendentes. Esse processo de nativização de um modelo imperfeito de segunda língua, conforme a definição descrita na seção 1.2.1, denomina-se transmissão linguística irregular e seria responsável, segundo Lucchesi (2009), pelo surgimento de uma variedade do português bem distinta da que era falada pelos colonos portugueses e seus descendentes.

Assim, se o processo de transmissão linguística irregular que ocorreu em território brasileiro não foi tão intenso e estável a ponto de dar origem a uma língua crioula de base portuguesa, o contexto no qual se inserem as comunidades rurais afro-brasileiras isoladas permite ao menos aventar a possibilidade de que tenha havido no Brasil situações pontuais de crioulição, uma vez que o isolamento em que essas comunidades se conservaram gerou as condições propícias para que esse português precariamente adquirido fosse sendo transmitido, sem maiores modificações, de geração a geração, pelo menos até meados do século XX. Todavia o processo avassalador de ocupação de grandes áreas rurais para a extração de madeira e minérios, produção de celulose, dentre outros, ocorrido na segunda metade do século XX, expulsou essas pessoas de suas terras ou, quando não, incorporou-as ao sistema capitalista que ganhava força por meio desses empreendimentos, modificando radicalmente o modo de vida dessas comunidades e desarticulando sua cultura, o que ocasionou, posteriormente, um significativo impacto na fala de tais agrupamentos, gerando a perda dos traços mais particulares dessa crioulição ou, nos casos mais drásticos, o desaparecimento da comunidade de fala em virtude da desintegração aviltante da coletividade de seus usuários.

Se, por um lado, o entendimento dessa história sociolinguística multifacetada das comunidades rurais afro-brasileiras isoladas deixa claro que o português por elas falado apresenta uma realidade linguisticamente heterogênea, a compreensão da diversidade linguística desses agrupamentos implica, por outro lado, a existência de um *continuum* de crioulição, o qual coloca num extremo os poucos casos de comunidades afetadas por processos mais intensos de transmissão linguística irregular. Os demais componentes do *continuum* serão constituídos pelas comunidades afetadas por processos mais leves de transmissão linguística irregular, escalonadas em ordem decrescente, a depender da proporção de afrodescendentes diretos na comunidade. Essa proporção revela o maior ou menor grau de interferência da transmissão linguística irregular na formação

daquele dialeto e coloca no outro extremo do *continuum* as comunidades com percentual reduzido de afrodescendentes diretos.

Nada disso, porém, invalida a importância do estudo das comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, mas, pelo contrário, somente o conhecimento etnolinguístico dessas comunidades confirmará ou não a hipótese de que tenha, em algum momento da nossa história linguística, surgido uma variedade crioula do português no Brasil (LUCCHESI, 2002, p. 198). Dessa forma, é imprescindível que os estudos a respeito do chamado *português afro-brasileiro* avancem, para que se possam revelar as evidências empíricas que permitam enxergar os rastros históricos de possíveis processos pretéritos de transmissão linguística irregular.

2 O PROCESSO DE REFLEXIVIZAÇÃO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Entender o processo de reflexivização presente no português brasileiro não é, de fato, tarefa das mais simples, visto que muitas construções compreendidas como reflexivas parecem não apresentar características típicas de reflexividade ou, ao menos, parecem apresentar níveis de reflexividade bastante distintos. Não se pode dizer que frases como “O ladrão se enforcou”, “O copo se despedaçou” ou “O culpado se arrependeu” – só para citar alguns exemplos – explicitem o mesmo nível de reflexividade da ação verbal, ainda que a tradição gramatical insista em considerá-las indistintamente como estruturas reflexivas. Diante desses dilemas, pretende-se aqui discutir o conceito de reflexividade a partir de uma abordagem crítica da problemática que envolve tal conceituação e em busca de uma taxionomia coerente e minimamente aceitável, com o objetivo de se ter uma melhor compreensão acerca das estratégias de reflexivização utilizadas na língua portuguesa falada no Brasil. Como este trabalho busca investigar a influência de processos pretéritos de transmissão linguística irregular na formação dos traços peculiares das estruturas ditas reflexivas utilizadas nas comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, uma seção deste capítulo será dedicada às estratégias de reflexivização presentes em algumas línguas crioulas de base portuguesa.

2.1 A PROBLEMÁTICA EM TORNO DO CONCEITO DE REFLEXIVIDADE

2.1.1 Os dilemas conceituais acerca da reflexividade

Uma das questões fulcrais no que tange à compreensão das estruturas ditas reflexivas presentes na língua portuguesa é a distinção entre dois processos muito semelhantes e, por isso mesmo, muito confundidos: a reflexivização e a pronominalização. À cata de explicações plausíveis acerca desses processos e de como diferenciá-los, foram examinados dicionários e gramáticas tradicionais da língua portuguesa, a começar pelas gramáticas quinhentistas até a obra de gramáticos da atualidade.

Entre as gramáticas quinhentistas de Fernão de Oliveira (datada de 1536), João de Barros (datada de 1540), Pêro de Magalhães Gândavo (datada de 1574) e Duarte Nunes de Leão (datada de 1576), examinou-se a *Gramática da Língua Portuguesa*, de João de Barros, por ser considerada “a mais completa dentre as primeiras reflexões sobre a língua portuguesa” (MATTOS E SILVA, 1989, p. 34). Barros (1957 [1540]) afirma que os verbos pronominais teriam se originado a partir da junção de um verbo não-pronominal com o clítico *se* – que, de acordo com Almendra e Figueiredo (1999, p. 64), era originalmente reflexivo –, para expressar uma ação generalizada, como ocorre em

(1). Isso se devia, segundo o autor quinhentista, ao fato de que a língua portuguesa não possuía os verbos neutros absolutos, os quais cumpriam essa função em latim. Criados, portanto, para expressar a indeterminação do sujeito sintático, os verbos pronominais passaram a ser usados também em construções com sujeito sintático determinado, como ocorre em (2), acabando por se confundir, muitas vezes, com os verbos não-pronominais que apresentam sujeito sintático determinado e utilizam o clítico reflexivo, como ocorre em (3).

(1) *Nas ruas se pragueja fortemente.*

(2) *Ela se levantou.*

(3) *Aquele rapaz se matou.*

De modo geral, as gramáticas tradicionais de língua portuguesa definem, então, o clítico *se* que aparece em (1) como índice de indeterminação do sujeito, pois se pretendia usar o verbo para indicar uma ação generalizada, não havendo necessariamente um agente específico. O clítico *se* que aparece em (2) e (3), no entanto, é definido indistintamente como clítico reflexivo, mas é possível perceber uma diferença entre ambos que remonta ao latim clássico. Segundo Almendra e Figueiredo (1999, p. 70), o contexto prototípico de reflexividade, no latim, seria caracterizado pela dupla função anafórica do clítico reflexivo, que recuperaria a pessoa do discurso e o sujeito sintático – agente e paciente da ação expressa pelo verbo. Dessa forma, o processo de reflexivização estaria presente apenas em (3), pois o clítico em (2) exerce apenas uma função anafórica, recuperando somente a pessoa do discurso, o que não caracterizaria por completo o contexto de reflexividade.

Todavia, diante do uso generalizado do clítico reflexivo em outros contextos que não o de reflexividade, há uma acentuada divergência entre os gramáticos de língua portuguesa com relação a essa conceituação. Alguns gramáticos, seguindo os moldes latinos, afirmam que, para se indicar o sentido reflexivo, o clítico deve recuperar a pessoa do discurso e expressar que a ação verbal recai sobre o próprio sujeito que a pratica (PEREIRA, 1954, p. 162), considerando como verdadeiramente reflexo apenas o *se* que aparece em (3). Outros, porém, afirmam que, para se indicar o sentido reflexivo, basta que o clítico possa recuperar a pessoa do discurso (RIBEIRO, 1920, p. 27), considerando como reflexivos tanto o *se* que aparece em (2) quanto o que aparece em (3). Em face de posições tão díspares a respeito desse assunto, Carneiro Ribeiro (1890), ao tratar da reflexivização, afirma que, na língua portuguesa, o clítico dito reflexivo pode ser usado em outros contextos, ganhando assim novos empregos e, conseqüentemente, novas classificações, para que não se confunda um contexto com o outro.

Sobre essa múltipla possibilidade de uso do clítico dito reflexivo, Cegalla (1977) afirma que, em qualquer contexto que se fizer uso dele, os verbos serão sempre considerados pronominais. Alguns verbos, no entanto, serão chamados de *essencialmente pronominais*, como em (5) e (7), pois sempre são usados com o clítico – ao menos segundo a norma padrão –, e outros serão chamados de

acidentalmente pronominais, como em (4), (6) e (8), pois nem sempre são usados com o clítico – entre os quais se enquadram também os contextos de reflexividade, como em (4), e de reciprocidade, como em (8).

- (4) *Pedro esbofeteou-se.*
- (5) *Gabriela chocou-se contra a parede.*
- (6) *O véu do templo rasgou-se.*
- (7) *Mariana entristeceu-se.*
- (8) *Os meninos se agrediram violentamente.*

Said Ali (1957) e Bechara (2004), porém, afirmam que os clíticos ditos reflexivos podem ser utilizados em contextos de reflexividade, de reciprocidade e outros, servindo ocasionalmente a verbos transitivos e usualmente a alguns dos intransitivos, exercendo diferentes funções. De acordo com esses autores, os contextos de utilização do clítico são considerados diferentes a partir das funções exercidas pelo sujeito sintático. O contexto é de reflexividade ou reciprocidade quando o sujeito sintático é, a uma só vez, agente e paciente da ação verbal, como em (4) e (8). Há outros contextos, porém, em que o sujeito sintático pode ser não o agente, mas apenas o desencadeador da ação verbal – como em (5) –, ou tão somente o paciente da ação verbal – como em (6) –, ou ainda quando a ação verbal que recai sobre o sujeito denota sentimentos ou sensações – como em (7).

No que tange especificamente ao contexto de reciprocidade, Said Ali (1957), Rocha Lima (1976), Cunha e Cintra (1985) e Bechara (2004) chamam a atenção para o fato de, por vezes, tal contexto ser confundido com o contexto de reflexividade, sendo necessária a utilização de expressões reforçativas especiais para cada situação de ambiguidade, como ocorre em (9). Caso a interpretação que se queira dar seja de reflexividade, a inserção de expressões como *a si mesmo* ou *a si próprio* esclareceria qualquer dúvida, como ocorre em (10). Se, no entanto, a interpretação que se queira dar seja de reciprocidade, caberia a inserção de expressões como *um ao outro*, *um do outro*, *entre si*, *mutuamente* ou *reciprocamente*, como em (11).

- (9) *Ana e Carla cortaram-se com a faca.* (ambíguo)
- (10) *Ana e Carla cortaram-se **a si mesmas** com a faca.* (contexto de reflexividade)
- (11) *Ana e Carla cortaram-se **mutuamente** com a faca.* (contexto de reciprocidade)

Dentre os gramáticos pesquisados, apenas Bechara (2004, p. 224) faz uma breve menção à não-realização do clítico em construções pertencentes às estruturas ditas reflexivas, esclarecendo que, ainda que a norma padrão exija a presença do clítico, é possível a sua supressão para, segundo ele, “expressar aspectos estilísticos”, como é o caso dos exemplos em (12) e (13).

- (12) *Eu formei em medicina.*

(13) *Ele classificou em terceiro lugar.*

É bastante compreensível, no entanto, que haja uma omissão das gramáticas tradicionais no tocante às construções que são empiricamente observáveis no uso da língua portuguesa falada no Brasil – como é o caso do “apagamento” do clítico em estruturas ditas reflexivas –, já que sua função é primordialmente prescritiva.

2.1.2 A reflexividade nas línguas crioulas

As línguas crioulas costumam utilizar diversas estratégias na construção das estruturas ditas reflexivas. Como essas línguas são resultantes de um processo de transmissão linguística irregular mais intenso, tais estratégias de reflexivização estariam relacionadas à reestruturação gramatical ocorrida, em geral, por conta da perda de elementos gramaticais que acontece no momento mais precoce do contato linguístico. Alguns elementos gramaticais perdidos nesse primeiro período do processo de transmissão linguística irregular são reconstituídos quando da formação da língua crioula por meio de reanálises, mas aqueles que não têm valor referencial – permitindo que o conteúdo informacional da frase não seja alterado caso haja supressão – podem se perder definitivamente. Vejamos, então, como se dá a reflexivização em algumas línguas crioulas, procurando observar as possíveis semelhanças e diferenças com relação ao que ocorre no português brasileiro.

Nos chamados crioulos do Atlântico, de acordo com Parkvall (2000, p. 57), existem várias estratégias de reflexivização, mas parece haver uma preferência dos falantes pelo uso de uma expressão anafórica cujo significado literal é *corpo* ou *o nome de uma parte do corpo*, como ocorre no exemplo em (14) – retirado do crioulo haitiano. Segundo o autor, a utilização desse tipo de expressão seria fruto da influência do substrato, apesar de o termo gramaticalizado ser de origem da língua de superstrato, principalmente no caso dos crioulos de base lexical francesa.

(14) *Matant pann kor*

Minha tia enforçar corpo (tradução literal)

Minha tia se enforcou

No crioulo caboverdiano, de acordo com Pratas (2002), o contexto de reflexividade é caracterizado pelo uso da expressão anafórica *kabesa*, como ocorre em (15), e o contexto de reciprocidade é caracterizado pelo uso da expressão anafórica *kunpanheru*, como ocorre em (16), ambas resultantes dos processos de relexificação e reanálise, comuns em situações mais radicais de contato linguístico. No caso específico do contexto de reflexividade, é possível também que o

aspecto reflexivo seja reforçado pela inserção de um determinante possessivo (*nha; bu; di nho; di nha; si; nos; nhos; ses*) antes da expressão *kabesa*, como ocorre em (17).

(15) *Djon mata kabesa*

João matar cabeça (tradução literal)

João se matou

(16) *Es gosta (di) kunpanheru*

Eles gostar (do) companheiro (tradução literal)

Eles gostam um do outro

(17) *Djon mata si kabesa*

João matar sua cabeça (tradução literal)

João se matou

Todavia Pratas (2002, p. 81) chama a atenção para o importante fato de que, quando o sujeito sintático não é simultaneamente agente e paciente da ação verbal, é comum ocorrer a não-realização da expressão anafórica ou de qualquer elemento explícito que possa evidenciar o contexto de reflexividade, como acontece em (18) e (19).

(18) *Pedru xinta Ø*

Pedro sentou (tradução literal)

Pedro se sentou

(19) *Pedru perdi Ø*

Pedro perdeu (tradução literal)

Pedro se perdeu

Nos crioulos do Golfo da Guiné – Santomense, Angolar, Principense e Fa d’Ambu –, de acordo com Hagemeijer (2009, p. 13-14), existem várias estratégias de reflexivização, porém a mais recorrente delas é caracterizada pelo uso de uma expressão anafórica crioula de origem Edo⁶ cujo significado literal é *corpo*, como ocorre no exemplo em (20) – retirado do Santomense – e no exemplo em (21) – retirado do Angolar.

(20) *So n ga mata ubwê mu*

Então eu vai matar corpo meu (tradução literal)

Então eu vou me matar

⁶ A palavra “corpo” que aparece nas estruturas ditas reflexivas de outras línguas crioulas que utilizam a mesma estratégia de reflexivização deriva sempre de uma língua europeia, como acontece, por exemplo, com o crioulo haitiano. Nos crioulos do Golfo da Guiné, porém, tal expressão anafórica tem origem Edo, evidenciando, portanto, uma clara influência do substrato.

(21) *Ê mata ôngê rê*

Ele matar corpo dele (tradução literal)

Ele se matou

Para Lucchesi e Baxter (2006, p. 195), os morfemas gramaticais livres, como os pronomes clíticos, estariam entre os elementos gramaticais que se perdem nos momentos iniciais do processo de transmissão linguística irregular. Contudo existem diferenças substanciais no que diz respeito ao impacto na estrutura gramatical quando se comparam os contextos mais intensos de transmissão linguística irregular com os de transmissão linguística irregular de tipo leve (cf. seção 1.2.3).

Em situações mais radicais de contato linguístico, os elementos gramaticais perdidos são reconstituídos durante a formação da língua crioula por meio de processos de reanálise e relexificação, ocasionando a gramaticalização de itens originais para desempenhar as funções dos elementos que se perderam, conforme se observa nas estruturas reflexivas das línguas crioulas acima citadas, as quais utilizam um substantivo que se refere ao “corpo” ou à “cabeça” para desempenhar a função de partícula reflexivizadora. Quando, porém, o processo de transmissão linguística irregular é tipo leve, a gramaticalização de itens originais é quase sempre suplantada pelo uso de elementos gramaticais da língua alvo, gerando, na maioria das vezes, uma profunda variação no uso dos mesmos na nova variedade que se formou dessa língua, mas sendo possível também que ocorra a eliminação de tais elementos nos contextos em que não tiverem valor informacional.

Como a transmissão linguística irregular ocorrida no Brasil foi de tipo leve (cf. seção 1.3.3), a erosão da morfologia gramatical foi bem menos intensa do que ocorre em outras situações de contato e, por isso mesmo, acabou proporcionando, ao invés da gramaticalização de itens originais, a variação no uso dos elementos gramaticais da língua alvo e a eliminação apenas daqueles que tenham pouco ou nenhum valor informacional. Partindo desse pressuposto, uma das hipóteses norteadoras do presente trabalho é a de que os clíticos ditos reflexivos que possuem menos valor informacional seriam mais suscetíveis à não-realização, ao passo que os clíticos que possuem mais morfologia informacional seriam mais resistentes a ela.

Uma outra hipótese que norteia este trabalho é a de que a marca de pessoa no clítico dito reflexivo esteja mais presente nas orações em que o falante aplique a regra de concordância verbal, visto que, de acordo o *princípio da coesão estrutural* (LUCCHESI, 2000; LUCCHESI; RIBEIRO, 2009), o falante, em um contexto de concorrência de gramáticas como o que ocorre nas situações de transmissão linguística irregular, tende a empregar simultaneamente regras de uma mesma gramática em uma mesma porção de sua cadeia discursiva. Dessa forma, é possível concluir que, se considerarmos como tal porção o nó relacional que reúne o verbo e o clítico, a aplicação da regra de

concordância verbal conduz à utilização da marca de pessoa nos clíticos ditos reflexivos, ao passo que a não-aplicação da regra de concordância verbal conduz à não-utilização da marca de pessoa nos clíticos ditos reflexivos.

2.1.3 Contribuições teóricas na busca por soluções

Durante a revisão da literatura que abrange o tema abordado, fez-se necessário conhecer algumas teorias que pudessem lançar luz sobre o ainda confuso conceito de reflexividade na língua portuguesa, levando em consideração unicamente os aspectos teóricos que possam ser úteis na busca por esclarecer algumas dúvidas no que tange ao uso dos clíticos utilizados nas estruturas ditas reflexivas, ainda que não sejam essas as teorias norteadoras da pesquisa aqui exposta.

Como a discussão a respeito do contexto de reflexividade passa, como vimos anteriormente, pelo conceito de anáfora, uma das teorias em que se buscou amparo foi a Teoria da Regência e Ligação, uma subteoria da Gramática Gerativa. Desenvolvida por Chomsky (1981), tal teoria procura explicar o que permite e o que proíbe uma relação de correferência numa frase, por meio das seguintes condições:

- A. *A anáfora deve estar ligada no seu domínio de regência.*
- B. *O pronome pode estar livre no seu domínio de regência.*
- C. *A expressão-R deve estar livre.*

Dentre essas condições, porém, interessa-nos mais aprofundadamente a que diz respeito à anáfora, uma vez que o clítico utilizado em estruturas ditas reflexivas se encaixaria na definição de elemento anafórico, por ser totalmente dependente de um termo antecedente para fixar sua referência. Segundo a Teoria da Regência e Ligação, um termo será considerado anafórico se possuir as seguintes propriedades fundamentais:

- (i) É necessária a presença de um termo antecedente com o qual o termo anafórico se identifica. Assim, um termo só será considerado anafórico caso haja um antecedente com mesmo índice referencial⁷. Em (22a) e (23a), o clítico *se* desempenha o seu papel de anáfora, pois tem o mesmo índice referencial que o termo antecedente *Maria*, o que não ocorre em (22b) e (23b), tornando essas frases agramaticais. Cabe ressaltar, no entanto, que essa compreensão de anáfora trata indistintamente (22a) e (23a), que aparentam ser contextos diferentes.

⁷ Ter o mesmo índice referencial, nesse caso, significa ser correferente semântico.

(22)a. *Maria_i se_i ama*

b. **Maria_i se_j ama*

(23)a. *Maria_i se_i arrependeu*

b. **Maria_i se_j arrependeu*

- (ii) É necessário que o termo anafórico seja c-comandado pelo termo antecedente de mesmo índice referencial. Um termo c-comanda outro quando não o domina nem é dominado por ele, e quando qualquer outro termo que possa dominá-lo acabe por dominar o termo c-comandado também. Em (24a), o clítico *se* é c-comandado pelo antecedente *filho*, mas em (24b) há uma violação do princípio, uma vez que o clítico *se* está co-indexado com *Maria*, sem ser comandado por esse constituinte, tornando a frase agramatical.

(24)a. *O filho_x de Maria_y se_x matou*

b. **O filho_x de Maria_y se_y matou*

- (iii) É necessário que o termo anafórico esteja ligado a um termo antecedente no mesmo domínio de regência⁸ em que ele aparece. Em (25a), o clítico *se* está ligado ao antecedente *Ana*, que aparece no mesmo domínio de regência, mas em (25b) há uma violação do princípio, uma vez que o clítico *se* parece estar ligado ao antecedente *Maria*, que aparece em outro domínio de regência.

(25)a. *Maria_x disse que [Ana_y se_y perdeu]*

b. **Maria_x disse que [Ana_y se_x perdeu]*

Em meio a essa discussão acerca do processo de reflexivização na língua portuguesa, buscou-se amparo também na Teoria da Reflexividade dos Predicados (REINHART; REULAND, 1993). Segundo essa corrente teórica, um predicado é reflexivo se dois ou mais dos seus argumentos são correferentes, tendo na frase um marcador de reflexividade – um clítico, por exemplo – que liga argumentos correferentes dentro de um mesmo predicado e que traz o conteúdo referencial da anáfora. A partir disso, o predicado pode ser considerado reflexivo no exemplo em (26), pois o clítico *se* é um marcador de reflexividade que funciona como argumento interno e que se liga, numa relação de correferência, ao argumento externo *Carla*, dentro do mesmo predicado.

(26) *João_x disse que [Carla_y se_y adora]*

Todavia os predicados nos exemplos em (27) e (28) não podem ser considerados reflexivos. No exemplo em (27), a correferência entre o clítico *se* e o argumento externo *Lucas* não está ligando dois argumentos do predicado – até porque o verbo em questão é monoargumental –,

⁸ Para essa teoria, estar no mesmo domínio de regência significa pertencer à mesma sentença finita.

portanto não se pode afirmar que o contexto seja de reflexividade. No exemplo em (28), por sua vez, a correferência entre *Os meninos* e *deles* não configura um contexto de reflexividade, uma vez que – mesmo sendo uma correferência entre dois argumentos – não ocorre dentro do mesmo predicado.

(27) [*Lucas_x se_x arrependeu*]

(28) *Os meninos_x querem que [a professora_y goste deles_x]*

Uma outra teoria que serviu de suporte para a discussão realizada aqui acerca da problemática em torno da reflexividade na língua portuguesa foi a Teoria dos Papéis Temáticos. Proposta inicialmente para expressar a estrutura argumental dos verbos, essa teoria observou que as distintas funções semânticas associadas aos argumentos do predicado verbal seriam relevantes para determinar a estrutura sintática da oração (CANÇADO, 1995). No que tange às estruturas ditas reflexivas, tal abordagem teórica pode possibilitar uma melhor compreensão das características que marcam o contexto de reflexividade a partir do papel temático atribuído ao sujeito sintático da oração.

Quando o sujeito sintático da oração tem o controle da ação expressa pelo predicado, ele recebe o papel temático de *agente*. A presença do clítico dito reflexivo, nesse caso, parece favorecer um contexto de reflexividade, como ocorre nos exemplos em (29) e (30), uma vez que os termos correferentes são, ambos, argumentos do verbo.

(29) [*André_x enforcou-se_x*]

(30) [*Os meninos_x agrediram-se_x*]

Quando o sujeito sintático da oração é afetado diretamente pela ação do predicado, ele recebe o papel temático de *paciente*. A presença do clítico dito reflexivo, nesse caso, parece não favorecer um contexto de reflexividade, como se observa nos exemplos em (31), (32) e (33), pois os termos correferentes não são, ambos, argumentos do verbo.

(31) [*O papel_x desintegrou-se_x*]

(32) [*A porta_x se_x fechou rapidamente*]

(33) [*Vidro_x se_x quebra com facilidade*]

Quando o sujeito sintático da oração não tem o controle da ação que expressa um estado psicológico, ele recebe o papel temático de *experienciador*. A presença do clítico dito reflexivo, nesse caso, parece não favorecer um contexto de reflexividade, como se observa nos exemplos em (34) e (35), já que os termos correferentes não são, ambos, argumentos do verbo.

(34)[*O professor_x lembrou-se_x de mim*]

(35)[*Ninguém_x se_x arrependeu da brincadeira infeliz*]

Quando o sujeito sintático da oração é o desencadeador da ação expressa pelo predicado, ele recebe o papel temático de *fonte*. A presença do clítico dito reflexivo, nesse caso, parece não favorecer um contexto de reflexividade, como se observa nos exemplos em (36) e (37), já que os termos correferentes não são, ambos, argumentos do verbo.

(36)[*Pedro_x se_x levantou cedo*]

(37)[*Diogo_x deitou-se_x*]

2.2 A TAXIONOMIA DOS CLÍTICOS USADOS NO PROCESSO DE REFLEXIVIZAÇÃO

A partir das reflexões apresentadas na seção anterior e das análises que abordam especificamente a reflexividade no português (VEADO, 1982; LEMLE, 1985; D'ALBUQUERQUE, 1988; MIRA MATEUS et alii, 1989; NUNES, 1995; VILLELA; KOCH, 2001; CASTRO, 2002; MADUREIRA, 2002; CANÇADO, 2002; CAMACHO, 2003; WENCESLAU, 2003; MELLO, 2005; BANDEIRA, 2007; BRITO, 2009), foi elaborado um sistema de classificação dos diversos matizes que a reflexividade tem assumido na língua portuguesa, permitindo definir os seguintes tipos de clíticos (ou anáforas) utilizados no processo de reflexivização:

- (i) Clítico reflexivo;
- (ii) Clítico recíproco;
- (iii) Clítico ergativo;
- (iv) Clítico passivo;
- (v) Clítico médio;
- (vi) Clítico inacusativo;
- (vii) Clítico oblíquo;
- (viii) Clítico inerente; e
- (ix) Clítico expletivo.

Essa taxionomia, apresentada detalhadamente a seguir, será utilizada na análise dos dados da variação na realização do clítico dito reflexivo no português afro-brasileiro, apresentada no capítulo 4 desta dissertação.

2.2.1 Clítico reflexivo

A taxionomia aqui adotada chamará de *reflexivo* somente o clítico que possa funcionar como argumento interno e, ao mesmo tempo, possa estabelecer com o argumento externo uma relação de correferência semântica, atribuindo a este agentividade e passividade concomitantemente, como se pode observar nos exemplos em (38), (39) e (40).

(38) *O culpado_i se_i matou*

(39) *Eu_i me_i torturei*

(40) *Sandra_i não se_i castigou pelo erro que [cometeu]*

Essa mesma classificação também é adotada nos trabalhos de Nunes (1995, p. 204), Castro (2002, p. 60), Camacho (2003, p. 93-94), Bandeira (2007, p. 73) e Brito (2009, p. 95), contudo diverge da que Veado (1982, p. 45), Lemle (1985, p. 123), D’Albuquerque (1988, p. 117) e Mello (2005, p. 69) adotam, uma vez que estes últimos afirmam que, para que o clítico seja considerado reflexivo, é necessário apenas que ele estabeleça com o sujeito sintático uma relação de correferência semântica – como ocorre nos exemplos em (41), (42) e (43) –, posição com a qual a pesquisa que aqui se expõe não compartilha.

(41) *Beatriz_i se_i irritou*

(42) *O vidro_i se_i quebrou*

(43) *Luciano_i se_i lembrou de tudo*

Cabe ressaltar, porém, que o clítico reflexivo pode, em algumas situações, ser confundido com o clítico recíproco, sendo necessário diferenciá-los⁹. Nesse caso específico, entende-se que o clítico reflexivo, diferentemente do que ocorre com o recíproco (que será explicitado na próxima seção), deve ser interpretado com o sentido da expressão *a si mesmo* ou *de si mesmo*, como pode ser percebido nas paráfrases apresentadas em (44) e (45).

(44) *a. Fábio_i se_i enforcou*

b. Fábio_i enforcou a si mesmo_i

(45) *a. Camila_i se_i ama*

b. Camila_i ama a si mesma_i

⁹ Nunes (1995) e Castro (2002) não dissociam os clíticos reflexivos dos recíprocos, apresentando a reciprocidade somente como uma característica possível ao clítico classificado, nesse caso, como reflexivo.

2.2.2 Clítico recíproco

Aparentemente semelhante ao reflexivo, o clítico *recíproco* também funciona como argumento interno e, ao mesmo tempo, estabelece com o argumento externo uma relação de correferência semântica, atribuindo a este agentividade e passividade concomitantemente. Nesse caso, porém, o argumento externo representa duas ou mais entidades que agem uma(s) sobre a(s) outra(s). Tal classificação também é adotada nos trabalhos de D’Albuquerque (1988, p. 117), Camacho (2003, p. 94), Bandeira (2007, p. 74) e Brito (2009, p. 80-81).

Para que não se confunda, então, com o clítico reflexivo, é preciso levar em conta que o clítico recíproco deve ser interpretado com o sentido da expressão *um ao outro*, *um com o outro* ou *um do outro*, como pode ser percebido nas paráfrases apresentadas em (46), (47) e (48).

(46)a. *Os meninos_i se_i agrediram*

b. Os meninos_i agrediram um ao outro_i

(47)a. *Ana e Paulo_i se_i encontraram*

b. Ana e Paulo_i encontraram uma com o outro_i

(48)a. *Pedro e Carla_i se_i amam*

b. Pedro e Carla_i amam um ao outro_i

É importante ressaltar, no entanto, que há situações em que a distinção entre os contextos de reflexividade e de reciprocidade não é nítida. No exemplo em (49) é possível encontrar três interpretações distintas: o contexto pode ser de reflexividade, de reciprocidade ou ainda atribuir um sentido passivo à frase (já que há a possibilidade interpretativa de atribuir ao argumento externo apenas a característica semântica de passividade).

(49) *Eles_i se_i feriram*

Segundo Camacho (2003, p. 95) e Bandeira (2007, p. 75), em casos como esse, a inserção de uma expressão contextual reforçativa pode servir para evitar a ambiguidade interpretativa, como se observa nas paráfrases apresentadas em (50).

(50) a. *Eles_i se_i feriram na explosão*

b. Eles_i se_i feriram a si mesmos_i

c. Eles_i se_i feriram uns ao outros_i

O acréscimo da expressão *a si mesmos* em (50b) enfatiza que o contexto é de reflexividade. A expressão *uns aos outros* acrescentada em (50c), por sua vez, assegura que o contexto é de reciprocidade. Já a inserção de um constituinte de valor adverbial em (50a) determina a interpretação da passividade do argumento externo.

2.2.3 Clítico ergativo

De acordo com a taxionomia adotada neste trabalho, será chamado de *ergativo* o clítico que possa ser utilizado nas estruturas em que o argumento externo não esteja presente e o argumento interno seja alçado à posição de sujeito sintático no papel de paciente/experienciador, sem que haja um agente/fonte explícito, como se observa nos exemplos em (51) e (52).

(51) *A porta_i se_i abriu*

(52) *O menino_i se_i assustou*

Apesar de essa classificação ser assumida também por Nunes (1995, p. 204), Vilela e Koch (2001, p. 78), Madureira (2002, p. 111), Cançado (2002, p. 108), Wenceslau (2003, p. 64) e Bandeira (2007, p. 98), cabe ressaltar que tais trabalhos não levam em consideração o fato de haver ou não um agente/fonte explícito, chamando indistintamente de ergativos tanto os clíticos que estão presentes em (51) e (52) quanto os que estão presentes em (53) e (54). Como o objetivo deste trabalho é observar de que maneira as estruturas ditas reflexivas são realizadas, a posição assumida aqui não considerará – a princípio – os clíticos em (53) e (54) como ergativos, uma vez que serão investigadas as possíveis diferenças no comportamento do falante com relação ao clítico quando há um agente/fonte explícito na frase.

(53) *A porta_i se_i abriu com a ventania*

(54) *O menino_i se_i assustou com o barulho*

Cabe ressaltar ainda que – ao contrário do que propõem Madureira (2002, p. 110) e Cançado (2002, p. 108) – o clítico chamado aqui de ergativo não dependerá do traço de animacidade do sujeito sintático para ser classificado como tal. De acordo com esses trabalhos, somente poderiam ser enquadradas no contexto de ergatividade frases em que o sujeito sintático fosse [– animado], como ocorre no exemplo em (55). A postura assumida no presente trabalho, porém, considerará contexto de ergatividade – e, portanto, classificará o clítico como ergativo – também quando o sujeito sintático da frase for [+ animado], como ocorre no exemplo em (56).

(55) *O copo_i se_i quebrou*

(56) *Valéria_i se_i irritou*

2.2.4 Clítico passivo

Será chamado de *passivo* o clítico que possa ser utilizado nas estruturas em que o argumento externo não esteja presente e o argumento interno seja alçado à posição de sujeito sintático no papel de paciente/experienciador, desde que haja um agente/fonte explícito, como se observa nos exemplos em (57) e (58).

(57) *O vidro_i se_i despedaçou com a chuva de granizo*

(58) *A professora_i se_i indignou com o protesto dos alunos*

Cabe ressaltar, no entanto, que não se trata, nesse caso, da voz passiva em si, mas de uma estrutura dita reflexiva que parece utilizar o clítico para atribuir à frase um sentido passivo, como se pode observar nas paráfrases apresentadas em (59). É possível, então, perceber que a sentença em (59a) exemplifica uma estrutura prototípica de voz passiva, na qual o sujeito sintático é o paciente da ação verbal e há um agente explícito que realiza tal ação. O exemplo em (59b), por sua vez, não tem a mesma estrutura do exemplo em (59a), mas também apresenta um sujeito sintático com papel de paciente e um desencadeador da ação verbal por ele sofrida.

(59)a. *O vidro foi despedaçado pela chuva de granizo*

b. *O vidro_i se_i despedaçou com a chuva de granizo*

Além disso, é preciso observar que, apesar de esse tipo de clítico se assemelhar bastante ao ergativo – tratado na seção anterior –, será diferenciado dele pelo fato de apresentar necessariamente o elemento desencadeador da ação, como se pode observar no paradigma em (60). O clítico presente no exemplo em (60a) será classificado como ergativo, enquanto o que aparece no exemplo em (60b) será classificado como passivo. O objetivo dessa dissociação é, como já foi mencionado anteriormente, investigar as possíveis diferenças no comportamento do falante com relação ao clítico quando há ou não um agente/fonte explícito na frase.

(60)a. *Otacílio_i se_i assustou*

b. *Otacílio_i se_i assustou com a gritaria*

A designação *clítico passivo* também foi utilizada por Bandeira (2007, p. 203), mas de forma bem diferente da que se faz uso aqui. Naquele trabalho, somente foi interpretado como passivo o clítico presente em frases que utilizavam os verbos *criar-se*, *crismar-se*, *batizar-se*, *operar-se*, *consultar-se*, *vacinar-se* e *eleger-se*, por constituírem situações em que o falante alternava indistintamente entre o uso da estrutura prototípica de voz passiva, como nos exemplos em (61a) e (62a), e o uso de uma estrutura dita reflexiva com sentido passivo, como acontece em (61b) e (62b).

- (61) a. *Maria foi operada de hérnia*
 b. *Maria_i se_i operou de hérnia*
- (62) a. *Bruno foi consultado pelo médico*
 b. *Bruno_i se_i consultou com o médico*

2.2.5 Clítico médio

Mesmo sendo muito controverso o conceito de medialidade no português brasileiro¹⁰, a taxionomia adotada neste trabalho – a exemplo de Mira Mateus et alii (1989, p. 536) – classificará como *médio* o clítico que possa ser utilizado nas estruturas em que o argumento externo não esteja presente e o argumento interno seja alçado à posição de sujeito sintático no papel de paciente/experienciador, transmitindo uma ideia mais associada à descrição de estados (ainda que não haja nenhum verbo estativo) do que a uma ação verbal, como se pode observar nos paradigmas em (63) e (64).

- (63) a. *Esse tipo de tecido_i se_i lava facilmente*
 b. *Esse tipo de tecido é lavável*
- (64) a. *Uma letra como essa_i se_i lê com muita dificuldade*
 b. *Uma letra como essa é quase ilegível*

Fica claro que os exemplos em (63a) e (64a) apresentam uma estrutura que, embora utilize verbos não estativos, pode ser interpretada – conforme se observa em (63b) e (64b), respectivamente – como descrição de estados ou de propriedades caracterizadoras dos constituintes nominais em posição pré-verbal. Por conta dessa interpretação estativa típica das construções médias, as formas verbais (em geral no presente) não podem aparecer no pretérito perfeito do indicativo, como se observa nos paradigmas em (65) e (66).

- (65) a. *Trabalho bom_i se_i faz com prazer*
 b. **Trabalho bom_i se_i fez com prazer*
- (66) a. *Papel_i se_i desintegra com facilidade*
 b. **Papel_i se_i desintegrou com facilidade*

¹⁰ A maior parte dos muitos trabalhos analisados na revisão bibliográfica sobre o tema em questão não faz qualquer menção a respeito da chamada voz média. Nunes (1995) e Bandeira (2007) afirmam existir um clítico médio no português brasileiro, mas não abordam tal categoria em seus respectivos trabalhos. Keyser e Roeper (1984) afirmam, em seu conhecido estudo, que a construção média se diferencia da ergativa, apesar de terem ambas a mesma estrutura, por implicar necessariamente um agente e por ter uma interpretação genérica, não descrevendo eventos. Camacho (2003), por sua vez, defende que, numa estrutura dita reflexiva, qualquer clítico que não esteja num contexto de reflexividade ou de reciprocidade seja considerado um clítico médio; posicionamento que é criticado por Perini (2005), que caracteriza o contexto de medialidade pela existência de um agente necessariamente subentendido e pela ausência de referência temporal.

Outra propriedade que, segundo Mira Mateus et alii (1989, p. 537), pode distinguir as construções médias de outras construções – auxiliando na classificação do clítico médio – é o fato de, nesse tipo de estrutura, ser obrigatória a presença de advérbios ou expressões de valor adverbial para que a sentença seja compreendida mais claramente, como se observa nos paradigmas em (67) e (68).

(67)a. *Uma letra como essa_i se_i lê com muita dificuldade*

b. **/? Uma letra como essa_i se_i lê*

(68)a. *Trabalho bom_i se_i faz com prazer*

b. **/? Trabalho bom_i se_i faz*

É possível perceber, então, que os exemplos em (67b) e (68b), nos quais os advérbios ou expressões de valor adverbial não aparecem, a compreensão da frase fica minimamente confusa, comparando-se com o que acontece nos exemplos em (67a) e (68a).

2.2.6 Clítico inacusativo

A taxionomia adotada neste trabalho classificará como *inacusativo* – a exemplo de Mira Mateus et alii (1989, p. 520) – o clítico que possa ser utilizado em estruturas originalmente acusativas que utilizam verbos de movimento indicando mudança de posição, impossibilitando, assim, a seleção de um argumento interno pela grade temática do verbo, como se pode observar nos paradigmas em (69), (70) e (71).

(69)a. *Minha mãe levantou a cadeira*

b. *Minha mãe_i se_i levantou cedo*

(70)a. *Alan sentou o filho no sofá*

b. *Alan_i se_i sentou no sofá*

(71)a. *Vinícius deitou a filha na cama*

b. *Vinícius_i se_i deitou na cama*

Cabe ressaltar, no entanto, que o contexto de inacusatividade – e, portanto, o uso do clítico inacusativo – dependerá do traço de animacidade do argumento externo presente na sentença. Somente poderá ser classificado como inacusativo o clítico que ocorrer em frases cujo sujeito sintático seja [+ animado], como se pode perceber nos paradigma em (72) e (73). Em virtude dessa propriedade típica de contextos de inacusatividade, os exemplos em (72b) e (73b) são considerados agramaticais.

(72)a. *As meninas_i se_i levantaram*

b. **O brinquedos_i se_i levantaram*

(73)a. *O cachorro_i se_i deitou no chão*

b. **A escova de dente_i se_i deitou no chão*

Merece destaque também o fato de que uma sentença que se enquadre no contexto de inacusatividade não pode, em hipótese alguma, ser considerada uma estrutura verdadeiramente reflexiva, uma vez que não é possível a inclusão de expressões reforçativas características daquele tipo de construção, como se pode verificar no paradigma em (74).

(74)a. *João_i se_i matou a si mesmo*

b. **João_i se_i levantou a si mesmo¹¹*

2.2.7 Clítico oblíquo

Será chamado de *oblíquo*, segundo a taxionomia adotada aqui, o clítico que possa alterar a regência de um verbo de transitivo direto para transitivo oblíquo, ainda que cause modificações semânticas na compreensão da sentença, como se observa nos paradigmas em (75) e (76).

(75)a. *Ana lembrava tudo*

b. *Ana_i se_i lembrava de tudo*

(76)a. *Luísa apoiou o candidato da oposição*

b. *Luísa_i se_i apoiou no candidato da oposição*

Pode-se perceber, dessa forma, que a presença do clítico em (75b) e (76b) gerou uma alteração na regência verbal das sentenças em questão – se comparadas com os exemplos em (75a) e (76a), respectivamente –, permitindo que o argumento interno solicitado pelo verbo deixasse de ser um objeto direto e passasse a ser um objeto oblíquo. Cabe ressaltar ainda que o clítico oblíquo presente em (76b) também mudou a interpretação semântica da sentença, em contraste com a sentença que aparece em (76a).

2.2.8 Clítico inerente

De acordo com a taxionomia assumida aqui, será chamado de *inerente* o clítico que não exerce função sintática alguma, não altera a estrutura argumental do verbo e não tem valor

¹¹ Essa frase é possível no sentido de o indivíduo se erguer do chão por suas próprias forças (o que é fisicamente impossível), não no sentido que se atribui aqui ao clítico inacusativo. No primeiro caso, o clítico seria propriamente reflexivo, dentro desta taxionomia.

referencial algum, sendo exigido, de acordo com a norma padrão, apenas pelos chamados verbos essencialmente pronominais, como se observa nos exemplos em (77).

(77)a. *Pedro se queixou da falta de sono*

b. *As filhas do vizinho se arrependeram amargamente da bagunça que fizeram*

Classificação semelhante também é adotada por Nunes (1995, p. 204), Vilela e Koch (2001, p. 80), Castro (2002, p. 60), Bandeira (2007, p. 67) e Mira Mateus et alii (1989, p. 543), mas é refutada por Lemle (1985, p. 123), que acredita que qualquer verbo – inclusive os considerados “essencialmente pronominais” – pode prescindir do clítico dito reflexivo, já que, devido à opacidade desse tipo de clítico no português brasileiro, os marcadores de reflexividade seriam os próprios verbos (com ou sem a presença do clítico).

Cabe ressaltar que não serão classificados como inerentes os clíticos associados a verbos que tenham uma forma pronominal e uma forma não-pronominal, como ocorre nos exemplos (78) e (79), uma vez que, em geral, os clíticos utilizados nesses casos alteram a estrutura argumental do verbo e são considerados oblíquos.

(78)a. *Ela esqueceu a chave*

b. *Ela se esqueceu da chave*

(79)a. *O professor encostou a porta*

b. *O professor encostou-se na porta*

2.2.9 Clítico expletivo

A taxionomia adotada neste trabalho chamará de *expletivo* o clítico que não exerce função sintática alguma, não altera a estrutura argumental do verbo, não tem valor referencial algum e não é exigido, segundo a norma padrão, por nenhum verbo, podendo ser utilizado por uma questão meramente estilística associado a verbos intransitivos, não ocasionando, portanto, alteração semântico-sintática ao ser retirado, conforme se observa nos paradigmas em (80) e (81).

(80)a. *Minha filha foi-se embora para sempre*

b. *Minha filha foi \emptyset embora para sempre*

(81)a. *Vão-se os anéis, ficam os dedos*

b. *Vão \emptyset os anéis, ficam os dedos*

Classificação semelhante também é adotada por Nunes (1995, p. 206) e Bandeira (2007, p. 98) – que utilizam a designação de clítico enfático – e por Vilela e Koch (2001, p. 81) e Mira Mateus et alii (1989, p. 545).

3 TEORIA E MÉTODOS

A presente pesquisa está fundamentada na Teoria da Variação, para a qual a língua é um sistema heterogêneo sujeito a processos de variação que podem ser sistematizados, e no conceito de Transmissão Linguística Irregular, através do qual se busca teorizar sobre as mudanças induzidas na estrutura da língua em situações de contato maciço. Assim, o que se pretende aqui é apresentar, de maneira clara e sucinta, os pressupostos teóricos que norteiam esta análise e descrever os métodos utilizados para fundamentá-la empiricamente.

3.1 O EMBASAMENTO TEÓRICO UTILIZADO

3.1.1 Teoria Sociolinguística Variacionista

Contrapondo-se à visão de língua utilizada pelas escolas formalistas – dentre elas o Estruturalismo – até a década de 60 do século passado, que definia língua como um sistema homogêneo e uniforme, a Teoria Sociolinguística Variacionista propõe, a partir de questionamentos sobre o funcionamento da língua no momento em que sua estrutura está em processo de mudança, que a língua é naturalmente heterogênea e que é perfeitamente possível fazer uma descrição sistemática das variações que nela existem (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968], p. 87-88).

Com base nessa compreensão, a variação linguística, estudada por meio da análise da realidade linguística observável na fala de determinada comunidade, seria o objeto de estudo da Teoria da Sociolinguística Variacionista, uma vez que, em qualquer comunidade de fala¹², segundo Labov (2008 [1972]), haveria processos de variação, os quais seriam motivados por fatores internos e externos à estrutura da língua, relacionando-se não só a aspectos meramente linguísticos como também à forma de organização social e cultural da comunidade analisada. Ressalte-se que, através da análise estrutural dos processos de variação, é possível conhecer melhor os mecanismos que atuam nos processos de mudança em curso na língua, ainda que a existência de variação linguística não implique necessariamente mudança linguística, pois toda mudança linguística pressupõe variação, já que as mudanças ocorrem a partir de fatos heterogêneos dentro da língua, mas nem todo fato heterogêneo resulta em mudança (LABOV, 2008 [1972]).

Apesar de tratar de fatos heterogêneos, a Teoria Sociolinguística Variacionista procura analisar, de forma sistemática, as variações linguísticas ocorridas dentro de uma comunidade de

¹²*Comunidade de fala* seria, segundo a concepção laboviana, um grupo de pessoas que compartilha um mesmo sistema de avaliação do uso da linguagem que o diferencia de outros grupos.

fala, levando em consideração também seu contexto sociocultural, uma vez que fatores extralinguísticos podem contribuir significativamente para explicar os processos de variação no uso da língua. Nesse tipo de estudo, é justamente a análise das variáveis sociais que vai demonstrar se os processos de variação estudados apontam para uma mudança linguística em curso – situação em que há forte predominância de uma variante linguística em relação à(s) outra(s), tendenciando, assim, ao seu uso categórico e ao conseqüente desuso da(s) outra(s) variante(s) – ou apenas refletem uma variação estável – situação em que não há predominância de uma variante linguística em relação à(s) outra(s).

É importante observar que esse conceito laboviano de *mudança em curso* desfaz a antiga e errônea compreensão de que a mudança linguística só poderia ser observada depois de sua total implementação, permitindo que fosse possível observar a tendência de mudança a partir da variação linguística constatada num determinado momento. A variação linguística é um fenômeno sistemático e, combinando fatores linguísticos e sociais, seria possível visualizar a variação sincrônica da gramática de determinada comunidade de fala, refletindo assim o processo de mudança em curso no plano diacrônico. Já que nem sempre é possível pesquisar os fenômenos linguísticos em tempo real, o estudo da mudança no *tempo aparente* – termo usado pelo próprio Labov – faz uma espécie de projeção sobre o tempo real, possibilitando o entendimento de que os diferentes comportamentos linguísticos de determinadas gerações de uma comunidade de fala refletiriam momentos diferentes anteriores no desenvolvimento da língua.

3.1.2 A Transmissão Linguística Irregular

Além de se amparar nos pressupostos da teoria da Sociolinguística Variacionista, a presente pesquisa está embasada no conceito da Transmissão Linguística Irregular (cf. seção 1.2), o qual abrange os processos históricos de contato maciço entre povos falantes de línguas tipologicamente distintas, entre os séculos XVI e XIX, tendo em comum o fato de os falantes das línguas do grupo dominado – em sua maioria adultos – serem forçados a adquirir a língua do grupo dominante em condições bastante adversas de aprendizado, formando variedades de segunda língua que servem de modelo para aquisição da língua materna das novas gerações de falantes, já que o grupo dominado acaba, via de regra, abandonando sua língua nativa. Tais processos podem resultar na formação de uma língua crioula ou propiciar o surgimento apenas de uma nova variedade da língua do grupo dominante, apresentando, é claro, marcas de variação e mudança linguística induzidas pelo contato entre línguas.

Segundo Lucchesi (2003), quando o contato entre línguas conduz somente à formação de uma nova variedade histórica da língua alvo que apresente características estruturais semelhantes às que se encontram nas línguas crioulas, a transmissão linguística irregular é considerada *de tipo leve*,

havendo, nesse caso, uma menor intensidade da erosão gramatical que se dá no início do contato linguístico e, conseqüentemente, uma menor necessidade de recomposição das estruturas gramaticais no momento da socialização/nativização da nova variedade linguística que se formou. Ressalta-se, porém, que, apesar da pouca intensidade, a erosão gramatical ocorrida no processo de transmissão linguística irregular de tipo leve acarreta, se não a eliminação total, um amplo processo de variação no uso dos elementos que costumam ser afetados nas situações de contato maciço entre línguas, tais como a morfologia verbal de pessoa e número, a concordância nominal de gênero e número e a flexão de caso dos pronomes pessoais.

Roberts (1999) afirma que, assim como ocorre em qualquer processo de aquisição de segunda língua, a variedade linguística formada pelo processo de transmissão linguística irregular de tipo leve sofre, durante a socialização/nativização, a eliminação dos elementos gramaticais sem valor referencial, com menor funcionalidade comunicativa e com carga semântica mais tênue ou menos transparente, preferencialmente aqueles que sejam distintos dos que aparecem na língua nativa dos falantes ou aqueles que estejam ausentes nela. Tal afirmação fortalece a hipótese de que morfemas gramaticais livres, como é o caso dos clíticos, têm grandes possibilidades de sofrerem drásticas reduções ou mesmo serem eliminados na nova variedade linguística gerada pelo processo de transmissão linguística irregular de tipo leve.

3.2 A METODOLOGIA UTILIZADA

3.2.1 Sobre o *corpus* da pesquisa

3.2.1.1 Um breve relato histórico das comunidades de fala analisadas

As comunidades de fala que compõem o *corpus* deste trabalho têm como característica comum o fato de terem sido originadas de agrupamentos de negros africanos trazidos como mão-de-obra escrava e de terem mantido, até a época em que os dados foram coletados, um grau relativamente elevado de isolamento – condição importante para se pesquisar a possibilidade de ocorrência de transmissão linguística irregular pretérita (LUCCHESI, 2003). A fim de que não parem dúvidas a respeito do contexto sócio-histórico que envolve essas comunidades, segue abaixo um breve relato histórico (LUCCHESI et alii, 2009, p. 85-100), que contribuirá, por certo, para uma melhor compreensão das hipóteses formuladas acerca do tema em questão.

As comunidades de Barra e Bananal, também chamadas Arraiais de Rio de Contas, estão localizadas no município de Rio de Contas, ao sul da Chapada Diamantina. Ambas teriam sua origem relacionada aos sobreviventes do naufrágio de um navio negreiro que trazia escravos da África, os quais se afastaram do litoral em busca de lugar seguro para se abrigarem e acabaram

encontrando nas cabeceiras do rio Brumado o lugar ideal para a prática da agricultura de subsistência, que até bem pouco tempo era o único meio de sustento dos moradores, dentre os quais era comum a prática da endogamia e, por consequência, tais comunidades seriam agrupamentos étnicos e de parentesco. Todavia esses negros fugidos acabaram sendo capturados por bandeirantes para servir-lhes de mão-de-obra escrava na mineração e, por volta do final do século XVII, o local começou a ser povoado, por conta de uma rota de viagem que ligava Goiás e o norte de Minas Gerais a Salvador. Nessa ocasião, surgiu o pequeno *Arraial de Crioulos*, que servia de pousada aos viajantes, principalmente àqueles que garimpavam rios e serras da região em busca de ouro.

A comunidade de Cinzento está localizada no município de Planalto, na região sudoeste da Bahia, sendo remanescente de um quilombo formado por escravos fugidos do Arraial de Crioulos, na Chapada Diamantina, os quais se estabeleceram às margens do Rio Gavião nas primeiras décadas do século XIX. O terreno acidentado, de difícil acesso, serviu-lhes de refúgio e fez com que permanecessem, durante muito tempo, isolados do convívio com outras comunidades, levando-os à prática da endogamia e à consequente constituição de um agrupamento étnico e de parentesco.

A comunidade de Helvécia está localizada no município de Nova Viçosa, no extremo sul da Bahia. Sua origem se deu por volta de 1818, a partir de uma colônia fundada por imigrantes europeus (alemães, franceses e suíços), os quais se deslocaram para essa região durante o século XIX e se dedicaram ao cultivo e exportação do café, utilizando-se da mão-de-obra escrava. Durante os primeiros anos de existência da Colônia Leopoldina, o número de negros escravos era muito superior ao número de brancos livres e aproximadamente metade desse contingente de escravos era de negros africanos adultos, os quais se comunicavam usando suas línguas maternas e um modelo defectivo de português aprendido de oitiva. Todavia essa colônia entrou num período de decadência no final do mesmo século, por conta do declínio da cultura do café e da abolição da escravatura, em 1888. Dessa forma, os fazendeiros abandonaram a região – muitos voltaram a seus países de origem – e deixaram um grande número de ex-escravos, que, ao contrário do que comumente acontecia naquela época, não se dispersaram e se mantiveram no local, permanecendo isolados ali até meados do século XX.

A comunidade de Sapé está localizada no município de Valença, na região do Recôncavo Baiano. Segundo relatos de moradores antigos da região, sua origem teria ocorrido no início do século XIX, a partir de um grande latifúndio pertencente ao fazendeiro Miguel Elia, que se dedicava ao cultivo da mandioca e à pecuária. Após a abolição da escravatura, em 1888, muitos ex-escravos continuaram trabalhando nas fazendas da região em troca de pequenos lotes de terra – geralmente em locais de pouca produtividade e distante dos recursos hídricos –, nos quais acabaram se fixando e, por meio da prática de endogamia, perpetuando a população local.

3.2.1.2 A constituição do *corpus* pesquisado

O *corpus* utilizado na presente pesquisa é composto por 28 entrevistas sociolinguísticas com amostras de fala das comunidades rurais afro-brasileiras isoladas de Helvécia, Cinzento, Rio de Contas (Barra e Bananal) e Sapé. Em virtude de o *corpus* ser oriundo do banco de dados do Projeto Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia¹³, não foi necessário realizar a pesquisa de campo para a gravação das entrevistas nem a posterior transcrição das mesmas, uma vez que tais etapas já haviam sido realizadas anteriormente por outros pesquisadores vinculados ao referido Projeto. Ainda assim, cabe ressaltar que todas as entrevistas que compõem o *corpus* foram ouvidas novamente e as transcrições foram revisadas cuidadosamente, a fim de conferir uma maior credibilidade à pesquisa aqui apresentada.

As entrevistas sociolinguísticas utilizadas para coletar as amostras de fala das comunidades que compõem o *corpus* são de, aproximadamente, 50 minutos e têm um caráter informal, sendo conduzidas pelo documentador, de modo a assemelhar-se a uma conversa espontânea, sem perguntas e respostas pré-definidas, procurando, com isso, minimizar ao máximo o chamado *paradoxo do observador* (LABOV, 2008 [1972]), segundo o qual a simples presença do documentador, que é estranho àquele ambiente, acaba por inibir ou interferir naturalmente na fala do informante. Por conta disso, as entrevistas buscam versar sobre temas do completo domínio do informante, como as histórias de sua juventude e de sua família, suas experiências de trabalho, os costumes da comunidade, dentre outros, com o intuito de deixá-lo o mais à vontade possível para utilizar as formas linguísticas características de sua fala. Todas as entrevistas que compõem o *corpus* foram transcritas e revisadas, utilizando, para tanto, a *chave de transcrição*¹⁴ do Projeto Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia, e serviram de base – juntamente com o áudio das entrevistas (também constantes do acervo do referido projeto) – para a realização desta pesquisa.

Os 28 informantes que compõem o *corpus* foram agrupados por sexo e por faixa etária (cf. *Caracterização do corpus* apresentada no Anexo B), possibilitando, assim, uma análise de mudança em curso por meio do *tempo aparente*. Como a pesquisa que aqui se apresenta credita a informantes com pouco ou nenhum acesso à norma padrão da língua (veiculada por meio do

¹³ O Projeto Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia, coordenado pelo Prof. Dr. Dante Lucchesi, na Universidade Federal da Bahia, vem realizando, desde 1992, uma ampla pesquisa de campo para recolher amostras de fala junto a comunidades rurais afro-brasileiras isoladas e outras comunidades rurais não marcadas etnicamente, com o objetivo de construir uma sólida base empírica para análises linguísticas que possam revelar o efeito das mudanças linguísticas induzidas pelo contato entre línguas na formação do português brasileiro. É possível encontrar mais informações sobre o projeto em sua página na internet: <www.vertentes.ufba.br>.

¹⁴ Elaborada pelo Prof. Dr. Dante Lucchesi para definir com maior clareza o que deveria ou não ser marcado durante a transcrição, a chave de transcrição utilizada nesta pesquisa é a mesma utilizada por outros pesquisadores do Projeto Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia, para que possa haver uniformidade entre as transcrições no tocante aos aspectos linguísticos que são interessantes aos objetivos do projeto.

processo de escolarização) a manutenção das marcas mais evidentes da influência pretérita do contato entre línguas na formação da realidade linguística de uma comunidade, optou-se por selecionar para compor o *corpus* apenas informantes analfabetos ou semi-analfabetos (os que assinam o próprio nome e decodificam um pequeno número de palavras). Cabe ressaltar, ainda, que se observou o tempo de estada dos informantes fora da comunidade, a fim de se perceber a influência dos centros urbanos na fala de alguns deles, principalmente daqueles que se ausentaram da comunidade por pelo menos seis meses.

3.2.2 Sobre as variáveis dependentes

De acordo com Tarallo (2007), *variável dependente* é aquela que é utilizada como o objeto de estudo de determinada pesquisa sociolinguística. No caso desta pesquisa que aqui se apresenta, duas variáveis foram escolhidas como objetos de estudo: a realização do clítico dito reflexivo e a marca de pessoa no clítico dito reflexivo.

No que tange à variável **realização do clítico dito reflexivo**, analisou-se a ocorrência de três variantes: *não-realização*, como ocorre no exemplo em (1a); *realização*, como ocorre no exemplo em (1b); e *dupla realização*, como ocorre no exemplo em (1c).

- (1) a. *Maria* \emptyset *levantou do sofá*
 b. *Ela se cortou com a tesoura*
 c. *Eu me incomodei-me com os gritos*

Quanto à variável **marca de pessoa no clítico dito reflexivo**, analisou-se a ocorrência de duas variantes: [+ *pessoa*], como ocorre no exemplo em (2a); e [- *pessoa*], como ocorre no exemplo em (2b). Cabe ressaltar que foram desconsideradas, no estudo dessa variável, as ocorrências com *ele(a)(s)*, *você(s)* e *a gente*, bem como ocorrências em que não houve realização do clítico, conforme se observa nos exemplos em (3), uma vez que não é possível perceber, de fato, se há ou não marca de pessoa no clítico dito reflexivo em circunstâncias como essas.

- (2) a. *Eu me senti mal*
 b. *Eu se senti mal*
- (3) a. *Ele se sentiu mal*
 b. *Você se sentiu mal*
 c. *A gente se sentiu mal*
 d. *Ana* \emptyset *sentiu mal*

3.2.3 Sobre o tratamento dos dados

A partir das entrevistas já transcritas, foi realizado um exaustivo trabalho de levantamento das ocorrências dos clíticos ditos reflexivos (realizados ou não) em todos os 28 inquiridos que compõem o *corpus*, os quais foram ouvidos novamente, de maneira cuidadosa, com o intuito de assegurar o caráter fidedigno dos dados que formam a base empírica da análise apresentada neste trabalho.

Realizou-se, posteriormente, a codificação desses dados (cf. *Chave de Codificação* apresentada no Apêndice A) –, levando em consideração que, para uma compreensão mais ampla do processo de variação existente nas variáveis dependentes escolhidas, era necessário elencar diversas variáveis independentes (linguísticas e sociais), as quais poderiam, segundo as hipóteses inicialmente levantadas, influenciar na predominância de uma variante sobre outra.

Assim, foram observados também fatores linguísticos como *tipologia do clítico*, *papel temático do sujeito*, *animacidade do sujeito*, *pessoa do discurso*, *tempo e modo do verbo*, *marca de pessoa e número*, *concordância verbo-sujeito*, *posição do clítico em relação ao verbo* e *efeito de gatilho*, bem como fatores extralinguísticos como *escolaridade*, *faixa etária*, *sexo*, *comunidade e estada fora da comunidade*.

3.2.4 Sobre o suporte quantitativo

Para realizar a quantificação dos dados, esta pesquisa buscou amparo no rigor estatístico do pacote de programas VARBRUL – *Variable Rules* (PINTZUK, 1988; SCHERRE; NARO, 2003; TAGLIAMONTE, 2006), ferramenta que, no âmbito da pesquisa sociolinguística, tem sido considerada a mais adequada para equacionar a principal dificuldade da Teoria da Variação: a “impossibilidade de medir diretamente, nos dados de uso real, a influência de uma dada categoria, sem medir simultaneamente o efeito de outras categorias, também obrigatoriamente presentes” (SCHERRE; NARO, 2003, p. 147).

O pacote de programas VARBRUL fornece, inicialmente, ao pesquisador as frequências percentuais de cada variante da variável em estudo, associada a cada um dos fatores em análise. Depois disso, um processo denominado *step* realiza a análise quantitativa em níveis sucessivos – os quais são definidos pela escolha de uma variável independente –, combinando os resultados obtidos com os resultados das demais variáveis, até que se chegue ao ponto de não restar nenhuma variável que tenha relevância estatística. Para isso, deve-se levar em conta, através de um parâmetro estatístico denominado *log likelihood*, o nível de significância ou, em outros termos, “o índice de adequação dos resultados estatísticos projetados aos resultados efetivamente observados”

(LUCCHESI, 2009a, p. 164). Por fim, é fornecido o peso relativo¹⁵ (numa escala de 0 a 1) de cada variante das variáveis independentes consideradas estatisticamente relevantes, o que permite ao pesquisador observar o nível de atuação de cada um dos fatores sobre a variável em estudo. É importante ressaltar ainda que os resultados apresentados pelo pesquisador devem ter nível de significância igual ou inferior a 0.050, para que haja, de fato, confiabilidade estatística.

Apesar dessa significativa contribuição do pacote de programas VARBRUL para a análise de determinado fenômeno, é preciso que o pesquisador esteja ciente de que os resultados quantitativos podem não ser considerados um retrato absoluto do real, cabendo a ele procurar compreender e caracterizar a realidade linguística estudada, confirmando ou refutando – com base na interpretação crítica de tais resultados – as hipóteses inicialmente levantadas. Dessa forma, a análise que será apresentada no capítulo 4 deste trabalho levará em consideração, para além dos resultados estatísticos, um olhar crítico sobre as estruturas reflexivas presentes no português afro-brasileiro.

¹⁵ De acordo com as regras estatísticas, pesos relativos acima de 0.50 indicam uma ação favorecedora à realização da variante em questão, à medida que pesos relativos abaixo desse valor indicam uma ação desfavorecedora, e pesos relativos próximos a esse valor indicam uma neutralidade do fator.

4 AS ESTRUTURAS DITAS REFLEXIVAS PRESENTES NO PORTUGUÊS AFRO-BRASILEIRO

Os estudos linguísticos realizados até então (D'ALBUQUERQUE, 1988; GALVES, 1986; CASTILHO, 1997; OLIVEIRA, 2006; BITTENCOURT, 2008; SILVEIRA, 2008) a respeito das estruturas consideradas reflexivas no português falado no Brasil têm apontado o apagamento do clítico – como ocorre em (1) –, a generalização do clítico “se” para todas as pessoas gramaticais – como ocorre em (2) – e a duplicação do clítico – como ocorre em (3) – como características pertencentes ao português popular brasileiro, as quais ocorrem principalmente nos dialetos rurais.

- (1) Eu Ø machuquei na bicicleta. (D'ALBUQUERQUE, 1988)
- (2) Eu *se* lembrei disso. (SILVEIRA, 2008)
- (3) Ele já *se* acostumou-*se*. (OLIVEIRA, 2006)

Este estudo procurou investigar como características presentes nas estruturas ditas reflexivas do português popular brasileiro se apresentam no chamado *português afro-brasileiro*, aventando a possibilidade de que tais características tenham sido originadas através de processos pretéritos de transmissão linguística irregular, uma vez que a realidade sociolinguística do Brasil nos primeiros séculos constituía um cenário bastante propício às influências do contato linguístico. Para realizar essa investigação, foram elencadas como variáveis dependentes a *realização do clítico dito reflexivo* e a *marca de pessoa no clítico dito reflexivo* (cf. seção 3.2), analisando, em ambas as variáveis, diversos fatores linguísticos e sociais que pudessem condicionar a escolha de uma das variantes por falantes de quatro comunidades rurais afro-brasileiras isoladas focalizadas nesta análise (cf. seção 3.2.1).

4.1 REALIZAÇÃO DO CLÍTICO DITO REFLEXIVO

Esta variável dependente levou em conta a possível ocorrência de três variantes: *realização*; *não-realização*; e *dupla realização*. Os dados, porém, revelaram que – como se pode perceber com a leitura da Tabela 1 (a seguir) – a frequência das ocorrências de estruturas reflexivas presentes no *corpus* apontou um já esperado predomínio do apagamento dos clíticos (não-realização) sobre a sua realização. Ressalta-se, também, a não-ocorrência da duplicação do clítico, característica referida por outros pesquisadores, citados acima, como um traço típico do português popular brasileiro.

Tabela 1: Quadro Geral – Realização do Clítico

REALIZAÇÃO DO CLÍTICO	Nº DE OC. / TOTAL	FREQ.
Não-realização	851/1002	85%
Realização	151/1002	15%
Dupla realização	0/1002	0%
TOTAL	1002/1002	100%

Por conta desse panorama que os números iniciais oferecem, a análise que aqui se apresenta a respeito desta variável dependente deteve-se apenas na busca por fatores linguísticos e sociais que pudessem favorecer (ou desfavorecer) a regra de aplicação do clítico nas estruturas ditas reflexivas, os quais foram selecionados pelo pacote de programas VARBRUL como estatisticamente mais relevantes para o condicionamento da variável em questão.

4.1.1 Condicionamento Linguístico

Dentre os fatores linguísticos elencados como possíveis condicionadores da realização do clítico dito reflexivo, o pacote de programas VARBRUL selecionou as seguintes variáveis com valor estatístico: *tipologia do clítico*, *papel temático do sujeito*, *animacidade do sujeito*, *concordância verbo-sujeito*, *tempo e modo do verbo*, e *pessoa do discurso*. As seções a seguir apresentam a análise dos resultados quantitativos de cada uma dessas variáveis linguísticas explanatórias.

4.1.1.1 Tipologia do Clítico

No que tange à tipologia do clítico utilizado em estruturas ditas reflexivas, adotou-se neste trabalho uma detalhada taxionomia (cf. seção 2.2), a fim de que fosse possível uma melhor compreensão acerca das estratégias de reflexivização utilizadas pelo falante, procurando definir, de maneira mais precisa, quais os tipos de clíticos que favorecem a realização e quais os que a desfavorecem. A hipótese, então, era a de que os clíticos ditos reflexivos, por possuírem valor informacional, favoreceriam a realização, enquanto os que não possuísem valor informacional a desfavoreceriam. Partindo desse pressuposto, os clíticos utilizados nas estruturas consideradas reflexivas foram agrupados pelo seu valor informacional, conforme demonstra o *continuum* a seguir.

Reflexivo	Recíproco	Passivo	Ergativo	Médio	Inacusativo	Oblíquo	Inerente	Expletivo
+ INFOMACIONAL		± INFOMACIONAL				– INFOMACIONAL		

Cabe ressaltar aqui, antes de qualquer análise mais aprofundada, que o clítico *recíproco* foi amalgamado ao *reflexivo*, já que ambos são – conforme o *continuum* supracitado – os clíticos que carregam maior carga informacional. É preciso lembrar, também, que os clíticos *passivo* e *médio*, inicialmente separados do *ergativo*, foram amalgamados a ele pelo fato de apresentarem estruturas bem semelhantes e de não serem, sozinhos, tão relevantes para o condicionamento da variável dependente em questão.

Feitas essas ressalvas, podemos agora analisar os dados que constam da Tabela 2, os quais se referem à realização do clítico, levando em conta a tipologia do clítico utilizado.

Tabela 2: Realização do clítico segundo a tipologia do clítico

TIPO DE CLÍTICO	Nº DE OC. / TOTAL	FREQ.	P.R.
Reflexivo/Recíproco	12/23	52%	0.91
Inerente	22/42	52%	0.83
Expletivo	23/140	16%	0.64
Ergativo/Passivo/Médio	9/90	10%	0.49
Inacusativo	64/522	11%	0.44
Oblíquo	21/121	17%	0.37
TOTAL	151/1002	15%	

Input 0.11

Nível de Significância 0.013

Com base nos dados apresentados pela Tabela 2 (acima), foi confirmada a hipótese de que a utilização dos clíticos reflexivos/recíprocos constitui um contexto favorável à realização do clítico – como se pode observar nos exemplos em (4) retirados do *corpus* analisado –, já que tais clíticos são os que possuem mais valor informacional.

(4) a. *Do jeitinho que tava na cama, eu **me** arrumei* (CZ08)

b. [...] *cada um que **se** cuida* (HV07)

c. *Eles num **se** fala mais não* (SP05)

d. [...] *eles **se** combina* (HV01)

Foi confirmada também a hipótese de que os clíticos oblíquos, por estarem entre os que possuem menos valor informacional, desfavorecem a realização do clítico – como se percebe através dos exemplos em (5) retirados do *corpus* analisado.

(5) a. [...] *as pessoa num tem onde Ø segurá* (RC05)

b. *Eu num Ø alembro mais de nada* (SP09)

Todavia surpreendeu o fato de a utilização dos clíticos inerente e expletivo ser favorável à realização do clítico – como se observa, respectivamente, nos exemplos em (6) e (7) retirados do *corpus* analisado –, contrariando a hipótese levantada inicialmente, a qual considerava que tais clíticos tendessem à não-realização, por figurarem entre os que possuem menos valor informacional.

(6) a. *Graças a Deus, depois da medição, num tem que se queixá de nada* (HV12)

b. *Aqueles que se interessa mais, aqueles que faz mais força, tudo assina o nome* (RC26)

(7) a. *Arrumei as coisa e n'ôto dia fui me embora* (HV07)

b. [...] *eu falei que eu vinha me embora* (CZ01)

Há que se observar, no entanto, que o clítico expletivo utilizado na fala das comunidades rurais afro-brasileiras isoladas aqui estudadas aparece quase que exclusivamente na expressão <IR (ou VIR) + EMBORA> – como acontece em (7a) e (7b) –, configurando-se uma situação de fórmula pronta, na qual o falante faz uso do clítico de maneira irrefletida. O comportamento do clítico inerente, por sua vez, remete-nos à concepção gerativista (FALTZ, 1985; BURZIO, 1986) de que esse clítico seria indissociável do verbo, representando, assim, uma única entrada lexical, o que permitiria ao falante compreender a expressão <VERBO + CLÍTICO> como uma só palavra. Sendo assim, o clítico inerente não deve ser visto como o resultado de uma regra gramatical de inserção de uma partícula reflexiva, mas como uma característica inerente ao léxico. Isso explica a sua alta frequência de realização em uma gramática que tende a apagar o pronome “reflexivo” que não tem valor informacional.

4.1.1.2 Papel Temático do Sujeito

Antes de analisar a influência desta variável explanatória sobre a variável dependente em questão, é importante destacar que o papel temático de *fonte* foi amalgamado ao de *agente*, por conta da semelhança semântica existente entre eles e pela pouca relevância estatística dessa distinção, constatada nas rodadas iniciais do pacote de programas VARBRUL. Depois de feita essa

necessária observação, analisemos, então, os dados que constam da Tabela 3, os quais se referem à realização do clítico, levando em conta o papel temático do sujeito.

Tabela 3: Realização do clítico segundo o papel temático do sujeito

PAPEL TEMÁTICO	Nº DE OC. / TOTAL	FREQ.	P.R.
Experienciador	61/269	21%	0.62
Paciente	20/163	12%	0.53
Agente	70/550	13%	0.43
TOTAL	151/1002	15%	

Input 0.11

Nível de Significância 0.013

Os resultados apresentados na Tabela 3 revelaram que a presença de sujeitos com papel temático de experienciador – exemplificada em (8), abaixo – favorece a realização do clítico dito reflexivo, ao passo que a presença de sujeitos com papel temático de agente – exemplificada em (9), abaixo – constitui um contexto de resistência à realização do clítico dito reflexivo.

(8) a. *Os grande eu num **me** importo, que quisé ir pode ir* (SP05)

b. [...] *já **me** senti bem melhó* (HV04)

(9) a. *Aí depois ele \emptyset mudô daí e foi pra Conquista* (CZ01)

b. *Eles \emptyset casaro esse ano que ‘cabô* (RC04)

4.1.1.3 Animacidade do Sujeito

É importante ressaltar, antes de realizar uma análise da influência da animacidade do sujeito sobre a variável dependente em questão, que o sujeito [+ animado/- humano], por constituir um contexto categórico de não-realização do clítico dito reflexivo, foi amalgamado ao sujeito [- animado], denominado agora de [- humano]. Depois dessa ressalva, podemos analisar, então, os dados que constam da Tabela 4, os quais se referem à realização do clítico, levando em conta a animacidade do sujeito.

Tabela 4: Realização do clítico segundo a animacidade do sujeito

ANIMACIDADE	Nº DE OC. / TOTAL	FREQ.	P.R.
[+ humano]	149/919	16%	0.53
[- humano]	2/83	2%	0.18
TOTAL	151/1002	15%	

Input 0.11

Nível de Significância 0.013

Os resultados apresentados na Tabela 4 revelaram que a presença de sujeitos com traço de animacidade [+ humano] – exemplificada em (10), abaixo – favorece, ainda que levemente, a realização do clítico dito reflexivo.

- (10) a. *Nisso aí eu num **me** aperto não* (CZ11)
 b. *Esse tempo aí atrás gente **se** envolvia muito com roça, né?* (RC05)

Evidenciou-se também que a presença de sujeitos com traço de animacidade [– humano] – exemplificada em (11), abaixo – constitui um contexto de resistência à realização do clítico dito reflexivo.

- (11) a. *Quano a raposa \emptyset levanta, ININT galinha passô no galinhêro* (CZ12)
 b. *[...]o rio daí comé que \emptyset chama* (HV13)

4.1.1.4 Concordância Verbo-Sujeito

A análise que aqui se apresenta tomou por base o *princípio da coesão estrutural*, proposto por Lucchesi (2000) e retomado por Lucchesi; Ribeiro (2009), segundo o qual o falante tende, quando há um contexto de concorrência de gramáticas, a utilizar simultaneamente regras de uma mesma gramática numa determinada porção da sentença. Considerando como uma mesma porção o nó relacional que reúne o verbo e o clítico, esperava-se que a realização do clítico dito reflexivo ocorresse mais nas orações em que o falante aplicasse a regra de concordância verbal.

Convém ressaltar ainda, antes de realizar uma análise da influência da concordância verbo-sujeito sobre a variável dependente em questão, que foram desconsideradas todas as ocorrências que envolvessem as pessoas do discurso <P1>, <P2> e <P3> (sem marca distintiva de plural), visto que, nesses casos, não haveria como avaliar se houve concordância entre o verbo e o sujeito sintático. Por conta disso, a quantidade de dados observados na análise desta variável explanatória foi bastante escassa. Feitas essas observações, analisemos, então, os dados que constam da Tabela 5, os quais se referem à realização do clítico, levando em conta a concordância verbo-sujeito.

Tabela 5: Realização do clítico segundo a concordância verbo-sujeito

CONCORDÂNCIA	Nº DE OC. / TOTAL	FREQ.	P.R.
[+ concordância]	9/49	18%	0.56
[- concordância]	13/96	14%	0.47
TOTAL	22/145	15%	

Input 0.17**Nível de Significância 0.037**

Os resultados apresentados na Tabela 5 confirmam a hipótese de que a variante [+ concordância], como se observa nos exemplos em (12), favorece – ainda que levemente – a realização do clítico dito reflexivo, uma vez que, segundo o princípio da coesão estrutural, a concordância verbal e a realização do clítico seriam regras características da gramática do português urbano culto.

(12) a. *Os mais vêi já... já se fôro tudo* (RC24)

b. *Nós se ajuntêmo* (SP12)

Foi confirmada também a hipótese de que a variante [- concordância], conforme se observa nos exemplos em (13), constitui um contexto de resistência à realização do clítico dito reflexivo, uma vez que, segundo o princípio da coesão estrutural, a falta de concordância verbal e a não-realização do clítico seriam regras características de uma gramática típica das situações de contato linguístico, em que ocorre a perda de marcas morfológicas.

(13) a. *Aí quando terminô tudo, aí nós vêi Ø embora* (HV07)

b. *Eu num sei, cês Ø casa, mode cês sabê!* (CZ08)

4.1.1.5 Tempo e Modo do Verbo

Antes mesmo de se analisar os dados, é importante destacar que os três tempos do subjuntivo foram amalgamados ao imperativo, devido à pouca relevância estatística de cada um deles quando analisados separadamente. Pela mesma razão, foram amalgamados também o presente do indicativo e o futuro do presente do indicativo, além de gerúndio e particípio. Feitas essas observações, analisemos, então, os dados que constam da Tabela 6, os quais se referem à realização do clítico, levando em conta o tempo e o modo do verbo.

Tabela 6: Realização padrão do clítico segundo o tempo e o modo do verbo

TEMPO E MODO DO VERBO	Nº DE OC. / TOTAL	FREQ.	P.R.
Subjuntivo/Imperativo	4/14	29%	0.76
Presente/Futuro do Presente do Indicativo	53/275	19%	0.59
Gerúndio/Particípio	11/59	19%	0.57
Pretérito Imperfeito do Indicativo	13/79	16%	0.53
Pretérito Perfeito do Indicativo	47/364	13%	0.48
Infinitivo	23/211	11%	0.38
TOTAL	151/1002	15%	

Input 0.11**Nível de Significância 0.049**

Os resultados apresentados na Tabela 6 revelaram que verbos no subjuntivo e no imperativo, conforme se observa nos exemplos em (14), bem como no presente do indicativo e no futuro do presente do indicativo, conforme se observa nos exemplos em (15), são os que mais favorecem a realização do clítico dito reflexivo.

(14) a. *Não é possível que esse ôto num se guie na mesma estrada qu'ele* (RC08)

b. [...] *quem quisé lá que se danasse* (SP12)

(15) a. *Não me interesse nada qu'ê dos ôto* (HV20)

b. *Ah! Eu vô m'embora* (CZ01)

Foi evidenciado também que verbos no pretérito perfeito do indicativo, conforme se observa nos exemplos em (16), bem como no infinitivo, conforme se observa nos exemplos em (17), constituem um contexto de resistência à realização do clítico dito reflexivo.

(16) a. *Eu Ø casô, parece, com vinte e cinco ano...* (HV12)

b. [...] *ele Ø mudô pra lá* (CZ03)

(17) a. [...] *no clube, assim, a gente vamo lá Ø divertí um pôco* (RC05)

b. [...] *ele é a pessoa que vira lobisome pa chupá as criança sem Ø batizá* (SP05)

4.1.1.6 Pessoa do Discurso

É importante destacar, antes de qualquer análise dos dados, que as pessoas do discurso <P2> e <P5> foram amalgamadas, devido à pouca relevância estatística de cada uma delas quando analisadas separadamente. Feita essa ressalva, analisemos, então, os dados que constam da Tabela 7, os quais se referem à realização do clítico, levando em conta a pessoa do discurso.

Tabela 7: Realização do clítico segundo a pessoa do discurso

PESSOA DO DISCURSO	Nº DE OC. / TOTAL	FREQ.	P.R.
<P1>	84/337	25%	0.68
<P6>	14/87	16%	0.56
<P4>	7/54	13%	0.46
<P3>	45/495	9%	0.39
<P2> / <P5>	1/29	3%	0.21
TOTAL	151/1002	15%	

Input 0.11

Nível de Significância 0.049

Os resultados apresentados na Tabela 7 revelaram que a presença de <P1> e a presença de <P6>, conforme se observa, respectivamente, nos exemplos em (18) e (19), favorecem a realização do clítico dito reflexivo.

- (18) a. *Eles saía pra se entendê um com ôtro* (HV12)
 b. *Aí manda as criança se sentá* (CZ01)
- (19) a. *Aí eu me casê...* (CZ06)
 b. *[...] logo eu me acostumei tamém* (RC05)

Em contrapartida, constatou-se que a presença de <P2>/<P5>, a presença de <P3> e a presença de <P4>, conforme se observa, respectivamente, nos exemplos em (20), (21) e (22), constituem os contextos de resistência à realização do clítico dito reflexivo.

- (20) a. *Pode Ø sentá, meninada!* (HV20)
 b. *E tu Ø casô foi ni quê?* (CZ08)
- (21) a. *Se ele Ø enfezá, ele não sai não* (RC08)
 b. *Agora, ela vai Ø aposentá por idade* (SP01)
- (22) a. *[...] nós veio Ø embora pa igreja* (CZ11)
 b. *Depois nós Ø mudô pa cidade* (RC04)

4.1.1.7 Síntese do condicionamento linguístico

Diante da análise aqui apresentada, é possível afirmar que a realização do clítico dito reflexivo é favorecida pelos seguintes fatores linguísticos:

- (i) clíticos do tipo reflexivo/recíproco ou inerente;
- (ii) sujeito sintático com traço de animacidade [+ humano] e papel temático de experienciador;
- (iii) aplicação da regra de concordância verbal;
- (iv) verbos no subjuntivo/imperativo ou presente/futuro do indicativo; e
- (v) pessoas do discurso <P1> ou <P6>.

Por outro lado, a ausência do clítico dito reflexivo é favorecida pelos seguintes fatores linguísticos:

- (i) clíticos do tipo oblíquo ou inacusativo;
- (ii) sujeito sintático com traço de animacidade [- humano] e papel temático de agente;
- (iii) ausência de concordância verbal;
- (iv) verbos no infinitivo ou pretérito perfeito do indicativo; e
- (v) pessoas do discurso <P2>/<P5> ou <P3>.

4.1.2 Condicionamento Social

Originadas de agrupamentos de escravos fugidos ou de ex-escravos, os quais se mantiveram em relativo isolamento até as primeiras décadas do século XX, as comunidades que compõem o *corpus* deste trabalho apresentam uma realidade sócio-histórica muito favorável à ocorrência de processos pretéritos de transmissão linguística irregular de tipo leve. A partir dessa perspectiva, a mudança gramatical ocorrida na estrutura da língua alvo – o português, nesse caso –, durante a formação desses dialetos, não seria caracterizada pela gramaticalização de um item original (como um substantivo referindo-se ao ‘corpo’ ou à ‘cabeça’) para desempenhar a função de partícula reflexivizadora, mas pela manutenção da partícula gramatical da língua dominante, ocorrendo, porém, o seu apagamento nos contextos em que o valor informacional dessa partícula tenha se perdido (cf. seção 2.1.2). Por conta disso, as comunidades de fala aqui analisadas deveriam apresentar, no início do século XX, um padrão em que a realização do clítico dito reflexivo ficaria restrita aos contextos em que ele efetivamente tivesse um valor reflexivo/recíproco. A crescente

influência dos padrões linguísticos externos a essas comunidades fez com que, a partir de meados do século XX, o uso do pronome reflexivo fosse se expandindo para os demais contextos.

Tomando por base essa hipótese reitora, foram analisados os resultados quantitativos das variáveis sociais que possivelmente condicionariam a realização do clítico dito reflexivo, das quais o pacote de programas VARBRUL selecionou como relevantes estatisticamente apenas três: *sexo do informante*, *estada fora da comunidade* e *comunidade de origem do informante*. Todavia a análise aqui realizada também faz menção à *faixa etária*, uma vez que os dados relativos a essa variável podem auxiliar na visualização de um possível processo de mudança em curso.

4.1.2.1 Sexo

Cabe ressaltar, antes de uma análise dos dados, a importância dessa variável para se averiguar a ocorrência de processos pretéritos de transmissão linguística irregular, já que, nas comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, os indivíduos do sexo feminino costumam apresentar usos linguísticos mais primitivos e, por isso mesmo, mais diretamente marcados pelo contato entre línguas ocorrido nos primeiros séculos da história sociolinguística do Brasil (LUCCHESI, 2009b). Feita essa observação, analisemos, então, os dados que constam da Tabela 8, os quais se referem à realização do clítico, levando em conta o sexo do informante.

Tabela 8: Realização do clítico segundo o sexo do informante

SEXO	Nº DE OC. / TOTAL	FREQ.	P.R.
Masculino	82/414	20%	0.61
Feminino	69/588	12%	0.42
TOTAL	151/1002	15%	

Input 0.11

Nível de Significância 0.013

Os resultados apresentados na Tabela 8 confirmam a hipótese de que os indivíduos do sexo masculino tendem à realização do clítico dito reflexivo, uma vez que, nessas comunidades, os homens estão mais integrados ao processo produtivo e à vida social, o que permite um maior contato com o mundo exterior e, conseqüentemente, com padrões linguísticos oriundos dos centros urbanos. Confirmou-se também a hipótese de que os indivíduos do sexo feminino tendem à não-realização do clítico dito reflexivo, uma vez que as mulheres estão mais circunscritas ao universo doméstico, permitindo a preservação dos usos linguísticos mais marcados pelos processos pretéritos de transmissão linguística irregular que formaram a gramática dessas comunidades de fala.

4.1.2.2 Estada Fora da Comunidade

A variável *estada fora da comunidade* permite observar o grau de contato que os falantes tiveram com os padrões linguísticos e culturais externos à comunidade. Em busca de trabalho nos grandes centros urbanos ou em regiões agrícolas mais desenvolvidas, alguns indivíduos das comunidades que compõem o *corpus* deste trabalho costumam passar um período fora da sua localidade de origem. Para realizar a análise aqui apresentada, os falantes foram divididos em dois grupos: os que não saíram da comunidade e os que se ausentaram dela por mais de seis meses. De posse dessas informações, analisemos, então, os dados que constam da Tabela 9, os quais se referem à realização do clítico, levando em conta a estada fora da comunidade.

Tabela 9: Realização do clítico segundo a estada fora da comunidade

ESTADA FORA	Nº DE OC. / TOTAL	FREQ.	P.R.
Saiu por mais de 6 meses	70/413	17%	0.59
Não se ausentou da comunidade	81/589	14%	0.44
TOTAL	151/1002	15%	

Input 0.11

Nível de Significância 0.049

Os resultados apresentados na Tabela 9 confirmam a hipótese de que os falantes que saíram da comunidade por mais de 6 meses tendem à realização do clítico dito reflexivo, uma vez que essa estada fora permitiu maior acesso aos padrões linguísticos e culturais externos, influenciando no uso de estruturas linguísticas oriundas dos centros urbanos. Foi confirmada também a hipótese de que os falantes que não se ausentaram da comunidade tendem à não-realização do clítico dito reflexivo, já que essa permanência na localidade permite a preservação dos usos linguísticos mais primitivos e, conseqüentemente, mais marcados pelos processos pretéritos de transmissão linguística irregular que formaram a gramática dessas comunidades de fala.

4.1.2.3 Comunidade

Como as comunidades que compõem o *corpus* deste trabalho originaram-se de agrupamentos de escravos fugidos ou de ex-escravos, os quais se mantiveram em relativo isolamento até as primeiras décadas do século XX, seus aspectos linguísticos apontam, por vezes, para a ocorrência de processos pretéritos de transmissão linguística irregular, a depender do grau de isolamento em que se manteve a comunidade. Nessa perspectiva, os falantes das comunidades que mantiveram maior grau de isolamento tenderiam a conservar mais marcas oriundas do contato entre

línguas, ao passo que os falantes das comunidades com menor grau de isolamento tenderiam ao padrão linguístico dos centros urbanos. A partir dessas observações, analisemos, então, os dados que constam da Tabela 10, os quais se referem à realização do clítico, levando em conta a comunidade do informante.

Tabela 10: Realização do clítico segundo a comunidade do informante

COMUNIDADE	Nº DE OC. / TOTAL	FREQ.	P.R.
Sapé	50/186	27%	0.72
Helvécia	59/374	16%	0.55
Rio de Contas	18/146	12%	0.43
Cinzento	24/296	8%	0.33
TOTAL	151/1002	15%	

Input 0.11

Nível de Significância 0.013

Os resultados apresentados na Tabela 10 confirmam a hipótese de que os falantes da comunidade de Sapé tendem à realização do clítico dito reflexivo, uma vez que essa comunidade, devido à sua proximidade com Salvador, teria mantido um grau de isolamento relativamente baixo se comparada com as demais, o que influenciaria no uso de estruturas linguísticas oriundas dos centros urbanos. Foi confirmada também a hipótese de que os falantes da comunidade de Cinzento tendem à não-realização do clítico dito reflexivo, uma vez que essa comunidade estaria entre as que teriam mantido um grau de isolamento relativamente alto, o que permitiria a preservação dos usos linguísticos mais primitivos e, conseqüentemente, mais marcados por processos pretéritos de transmissão linguística irregular. Surpreendeu, porém, o fato de os falantes da comunidade de Helvécia tenderem à realização do clítico dito reflexivo, já que, dentre as quatro comunidades pesquisadas, seria essa a que tem apresentado estruturas mais características de transmissão linguística irregular em outras áreas da gramática (LUCCHESI, 2009).

4.1.2.4 Faixa Etária

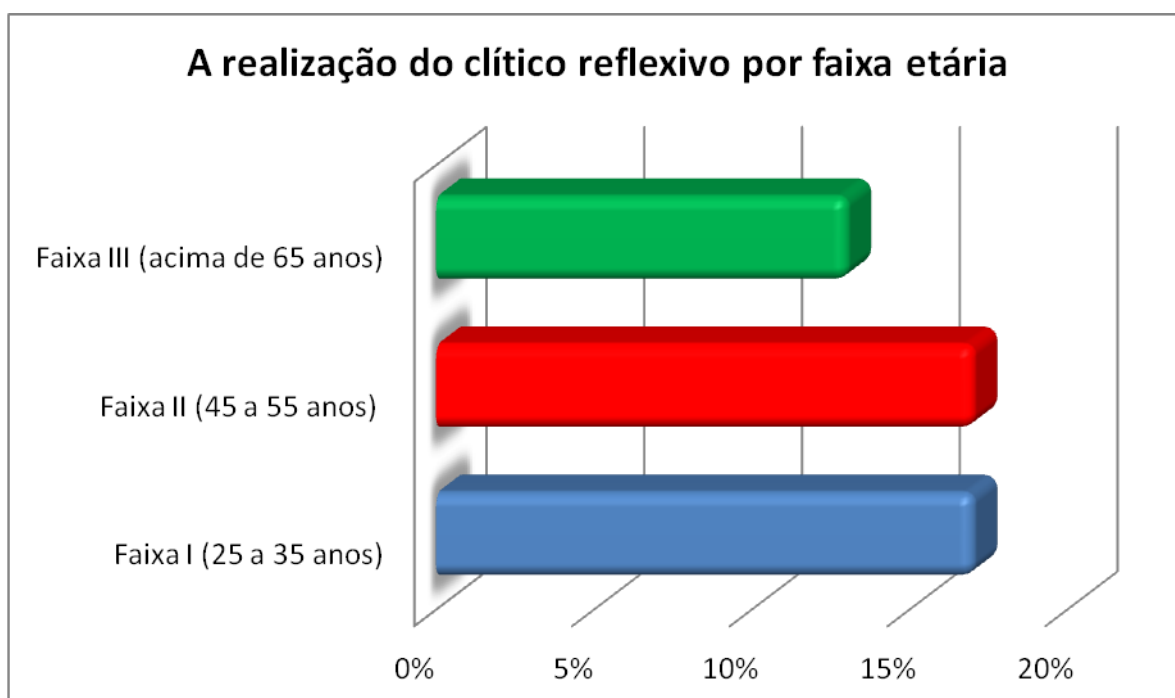
Ainda que não tenha sido selecionada como estatisticamente relevante pelo pacote de programas VARBRUL, em virtude do nível de significância acima de 0.050, a análise da variável *faixa etária* não será descartada neste trabalho, uma vez que, de acordo com Labov (2008 [1972]), os resultados fornecidos por tal variável são fundamentais nos estudos que adotam a análise em *tempo aparente*, possibilitando a observação dos possíveis processos de mudança em curso.

Analisemos, então, os dados que constam da Tabela 11, os quais se referem à realização do clítico, levando em conta a faixa etária do informante.

Tabela 11: Realização do clítico segundo a faixa etária do informante

FAIXA ETÁRIA	Nº DE OC. / TOTAL	FREQ.
Faixa I (25 a 35 anos)	43/246	17%
Faixa II (45 a 55 anos)	47/273	17%
Faixa III (acima de 65 anos)	61/483	13%
TOTAL	151/1002	15%

Os resultados apresentados na Tabela 11 e ilustrados pelo gráfico abaixo apontam para a confirmação da hipótese de que os falantes mais jovens tendem à realização do clítico dito reflexivo, enquanto os falantes mais velhos tendem à não-realização do clítico dito reflexivo, indicando, assim, um processo de mudança em curso, uma vez que a tendência ao uso da variante inovadora aumenta à medida que a faixa etária do informante diminui.



4.1.2.5 Síntese do Condicionamento Social

Os resultados das variáveis sociais consideradas nesta análise apontam para a existência de um processo de mudança em curso, evidenciado pelo fato de a realização do clítico dito reflexivo aumentar à medida que a faixa etária do falante diminui. Liderado por falantes do sexo masculino, que se ausentaram da comunidade por pelo menos seis meses e que são oriundos de comunidades que tiveram mais acesso aos padrões culturais e linguísticos externos, esse processo de mudança em curso estaria revertendo uma outra mudança ocorrida durante a formação dessas comunidades de fala, decorrente de um processo de transmissão linguística irregular, no qual o uso do clítico dito reflexivo teria sido muito reduzido nos contextos em que essa partícula não exibisse valor informacional.

4.2 MARCA DE PESSOA NO CLÍTICO DITO REFLEXIVO

Esta variável dependente levou em conta a possível ocorrência de duas variantes: [+ *pessoa*] para os clíticos com marca de pessoa; e [- *pessoa*] para os clíticos sem marca de pessoa. Cabe lembrar, no entanto, que foram desconsideradas ocorrências em que o sujeito sintático fosse *ele(a)(s)*, *você(s)* e *a gente*, bem como ocorrências em que não houve realização do clítico (conforme visto na seção 3.2.2).

Tabela 12: Quadro Geral – Marca de Pessoa no Clítico

MARCA DE PESSOA NO CLÍTICO	Nº DE OC. / TOTAL	FREQ.
[+ <i>pessoa</i>]	75/84	89%
[- <i>pessoa</i>]	9/84	11%
TOTAL	84/84	100%

A leitura da Tabela 12 aponta uma frequência maior da presença da marca de pessoa nos clíticos ditos reflexivos, mas também revela que a escassez de dados pode ser um entrave para que se faça uma análise mais aprofundada. Mesmo diante da pequena quantidade de dados que os números iniciais oferecem, a análise que aqui se apresenta a respeito desta variável dependente buscou, com o amparo do pelo pacote de programas VARBRUL, fatores linguísticos e sociais que pudessem favorecer (ou desfavorecer) a presença da marca de pessoa nos clíticos ditos reflexivos.

4.2.1 Condicionamento Linguístico

Dentre os fatores linguísticos elencados como condicionantes para a presença da marca de pessoa nos clíticos ditos reflexivos, o pacote de programas VARBRUL selecionou apenas a *concordância verbo-sujeito*. Todavia a presente análise também levou em consideração *a marca de pessoa e número do verbo*, em virtude do nível de significância desse fator ter ficado próximo ao que se considera relevante estatisticamente.

4.2.1.1 Concordância Verbo-Sujeito

Para analisar a influência da concordância verbo-sujeito na variável dependente em questão, tomou-se por base o *princípio da coesão estrutural* (LUCCHESI, 2000; LUCCHESI; RIBEIRO, 2009), segundo o qual o falante, em um contexto de concorrência de gramáticas, tende a empregar simultaneamente regras de uma mesma gramática em uma mesma porção de sua cadeia discursiva. Assim, se considerarmos como tal porção o nó relacional que reúne o verbo e o clítico, esse pressuposto conduz à expectativa de que a marca de pessoa no clítico dito reflexivo esteja mais presente nas orações em que o falante aplique a regra de concordância verbal. Feitas essas observações, analisemos, então, os dados que constam da Tabela 13, os quais se referem à marca de pessoa no clítico, levando em conta a concordância verbo-sujeito.

Tabela 13: Marca de pessoa no clítico segundo a concordância verbo-sujeito

CONCORDÂNCIA	Nº DE OC. / TOTAL	FREQ.	P.R.
[+ concordância]	73/80	91%	0.53
[- concordância]	2/4	50%	0.10
TOTAL	75/84	89%	

Input 0.91

Nível de Significância 0.043

Os resultados apresentados na tabela acima confirmam a hipótese de que a variante [+ concordância], como se observa nos exemplos em (23), favorece, ainda que levemente, a marca de pessoa no clítico dito reflexivo, uma vez que, de acordo com o princípio da coesão estrutural, a concordância verbal e a marcação de pessoa no clítico seriam regras características da gramática do português urbano culto, para a qual parecem tender os falantes das comunidades de fala analisada.

(23) a. *Eu me criei nisso aí* (RC05)

b. *[...] e aí... eu bem me aposentei* (SP12)

Foi confirmada também a hipótese de que a variante [– concordância], conforme se observa nos exemplos em (24), constitui um contexto de resistência à marca de pessoa no clítico dito reflexivo, uma vez que o princípio da coesão estrutural permite o entendimento de que a falta de concordância verbal e a ausência de marcação da categoria de pessoa no clítico seriam regras características de uma gramática típica das situações de contato linguístico, em que ocorre a perda de marcas morfológicas.

- (24) a. *Aí eu se importô não* (HV19)
 b. [...] *eu num tem que se quexá de nada* (HV12)

4.2.1.2 Marca de Pessoa e Número do Verbo

Mesmo não tendo sido selecionada pelo pacote de programas VARBRUL, a análise da variável *marca de pessoa e número do verbo* foi realizada, em virtude de o nível de significância desse fator não ter ficado muito distante do que se considera relevante estatisticamente. Cabe ressaltar ainda que as marcas de <P6> foram desconsideradas, por não interessarem à análise da variável dependente em questão, e as marcas de <P1> e <P4> foram amalgamadas na variante [+ *pessoa/número*].

De acordo com o *princípio da coesão estrutural* (LUCCHESI, 2000; LUCCHESI; RIBEIRO, 2009), também aludido na seção anterior, o falante tende – quando há um contexto de concorrência de gramáticas – a utilizar simultaneamente regras de uma mesma gramática numa determinada porção da sentença. Considerando como uma mesma porção o nó relacional que reúne o verbo e o clítico, a expectativa é a de que a marca de pessoa no clítico dito reflexivo esteja mais presente nas orações em que o falante aplique a regra de flexão número-pessoal do verbo. Feitas essas observações, analisemos, então, os dados que constam da Tabela 14, os quais se referem à marca de pessoa no clítico, levando em conta a marca de pessoa e número do verbo.

Tabela 14: Marca de pessoa no clítico segundo a marca de pessoa e número do verbo

PESSOA E NÚMERO	Nº DE OC. / TOTAL	FREQ.
[+ <i>pessoa/número</i>]	56/60	93%
[– <i>pessoa/número</i>]	19/24	79%
TOTAL	75/84	89%

Os resultados apresentados na tabela acima apontam para a confirmação da hipótese de que a variante [+ pessoa/número], como se observa nos exemplos em (25), favorece a marca de pessoa no clítico dito reflexivo, uma vez que, de acordo com o princípio da coesão estrutural, a flexão número-pessoal do verbo e a marcação de pessoa no clítico seriam regras características da gramática do português urbano culto, para a qual parecem tender os falantes das comunidades de fala analisada.

- (25) a. *Aí eu durmo, num **me** avexo não* (SP09)
 b. [...] *agora, de meu pai, eu **me** lembro* (SP12)

Da mesma forma, a variante [- pessoa/número], conforme se observa nos exemplos em (26), constitui um contexto de resistência à marca de pessoa no clítico dito reflexivo, uma vez que o princípio da coesão estrutural permite o entendimento de que a falta de flexão número-pessoal do verbo e a ausência de marcação da categoria de pessoa no clítico seriam regras características de uma gramática típica das situações de contato linguístico, em que ocorre a perda de marcas morfológicas.

- (26) a. *Aí eu se importô não* (HV19)
 b. *Eu num ia direto não, mas ia se divertí* (CZ01)

4.2.1.3 Síntese do condicionamento linguístico

Apesar da escassez dos dados, a análise aqui apresentada permite afirmar que a marca de pessoa no clítico dito reflexivo é condicionada por verbos que realizem a flexão número-pessoal e a concordância com o sujeito sintático. Por outro lado, a ausência de marca de pessoa no clítico dito reflexivo é condicionada por verbos que não realizem flexão número-pessoal nem a concordância com o sujeito sintático.

4.2.2 Condicionamento Social

Como as comunidades que compõem o *corpus* deste trabalho têm sua origem associada a agrupamentos de escravos fugidos ou de ex-escravos que se mantiveram isolados até o início do século XX, a realidade sócio-histórica que apresentam permite aventar a possibilidade de ocorrência de processos pretéritos de transmissão linguística irregular. Partindo desse pressuposto, a mudança gramatical que aconteceu na estrutura da língua dominante (o português) durante a formação desses dialetos seria caracterizada pela ausência de marca de pessoa no clítico utilizado no processo de reflexivização, uma vez que tais falantes não tiveram acesso ao padrão gramatical da língua alvo e

aprenderam de oitava uma língua diferente da materna. A partir de meados do século XX, uma maior influência dos padrões linguísticos externos a essas comunidades fez com que a marca de pessoa no clítico utilizado em estruturas consideradas reflexivas viesse a ocorrer, ainda que com uma frequência muito pequena, nos contextos em que as regras de concordância verbal fossem respeitadas.

Por conta – muito provavelmente – da escassez dos dados, o pacote de programas VARBRUL não selecionou nenhum dos fatores sociais elencados como condicionantes para a presença da marca de pessoa nos clíticos ditos reflexivos. Todavia a presente análise levou em consideração a *escolaridade do informante* e a *comunidade*, por apresentarem dados relevantes para se verificar indícios de mudança em curso ou de ocorrência pretérita de algum processo de transmissão linguística irregular.

4.2.2.1 Escolaridade do Informante

Como o acesso aos modelos normativos veiculados pelo processo de escolarização contribuiu significativamente para se observar uma possível mudança em curso, foi realizada no presente trabalho a análise da variável *escolaridade do informante*, mesmo não tendo sido selecionada pelo pacote de programas VARBRUL.

Há que se ressaltar, porém, que os falantes de comunidades rurais afro-brasileiras isoladas têm, em geral, pouco ou nenhum acesso à escolarização, sendo que muitos dos considerados escolarizados são capazes apenas de assinar o próprio nome. Ainda assim, espera-se que os falantes semi-analfabetos procurem se aproximar mais do padrão linguístico dos centros urbanos do que os falantes totalmente analfabetos. Feitas essas ressalvas, analisemos, então, os dados que constam da Tabela 15, os quais se referem à marca de pessoa no clítico, levando em conta a escolaridade do informante.

Tabela 15: Marca de pessoa no clítico segundo a escolaridade do informante

ESCOLARIDADE	Nº DE OC. / TOTAL	FREQ.
Semi-analfabeto	23/24	96%
Analfabeto	52/60	87%
TOTAL	75/84	89%

Os resultados apresentados na tabela acima apontam para a confirmação da hipótese de que os falantes semi-analfabetos tendem a utilizar a marca de pessoa no clítico dito reflexivo, assim

como os falantes totalmente analfabetos tendem a não utilizar a marca de pessoa no clítico dito reflexivo.

4.2.2.2 Comunidade

Os aspectos linguísticos das comunidades rurais afro-brasileiras isoladas que compõem o *corpus* deste trabalho podem apontar para a ocorrência de processos pretéritos de transmissão linguística irregular. Nessa perspectiva, os falantes das comunidades que mantiveram maior grau de isolamento tenderiam a conservar mais marcas oriundas do contato entre línguas, ao passo que os falantes das comunidades com menor grau de isolamento tenderiam ao padrão linguístico dos centros urbanos. Por essa importância, a variável *comunidade* foi analisada no presente trabalho, mesmo não tendo sido selecionada pelo pacote de programas VARBRUL.

Por conta da escassez dos dados, as comunidades de Cinzento e Rio de Contas foram desconsideradas na análise aqui apresentada, uma vez que mais de 70% das ocorrências estavam concentradas nas comunidades de Helvécia (com maior grau de isolamento) e Sapé (com menor grau de isolamento). Feitas essas ressalvas, analisemos, então, os dados que constam da Tabela 16, os quais se referem à marca de pessoa no clítico, levando em conta a comunidade do informante.

Tabela 16: Marca de pessoa no clítico segundo a comunidade do informante

COMUNIDADE	Nº DE OC. / TOTAL	FREQ.
Sapé	28/29	97%
Helvécia	27/31	87%
TOTAL	55/60	92%

Os resultados apresentados na tabela acima apontam para a confirmação da hipótese de que os falantes da comunidade de Sapé tendem a utilizar a marca de pessoa no clítico dito reflexivo, uma vez que essa comunidade, devido à sua proximidade com Salvador, teria mantido um grau de isolamento relativamente baixo se comparada com as demais, o que influenciaria no uso de estruturas linguísticas oriundas dos centros urbanos. Os falantes da comunidade de Helvécia, por outro lado, tendem a não utilizar a marca de pessoa no clítico dito reflexivo, uma vez que essa comunidade teria mantido o grau mais alto de isolamento se comparada com as demais, o que permitiria a preservação dos usos linguísticos mais primitivos e, conseqüentemente, mais marcados por processos pretéritos de transmissão linguística irregular.

4.2.2.3 Síntese do Condicionamento Social

Ainda que os dados referentes à variável dependente em questão sejam por demais escassos, os resultados das variáveis sociais consideradas nesta análise apontam para a existência de um processo de mudança em curso no sentido de utilização da marca de pessoa no clítico dito reflexivo. Liderado por indivíduos com nível de escolaridade um pouco maior que os demais e oriundos de comunidades que tenham mantido um grau de isolamento relativamente baixo em relação às outras, tal processo de mudança em curso estaria revertendo uma outra mudança ocorrida durante a formação dessas comunidades de fala, em virtude de um processo de transmissão linguística irregular que teria ocasionado a redução da utilização da marca de pessoa no clítico dito reflexivo, especialmente em sentenças em que os verbos não realizassem flexão número-pessoal nem concordância com o sujeito sintático (lapsos comuns a quem teve de aprender de oitiva uma outra língua diferente da materna).

CONCLUSÃO

A partir da análise variacionista da realização do clítico dito reflexivo e também da marca de pessoa do clítico dito reflexivo em comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, investigou-se a probabilidade de que a variação observada em tais processos tenha a sua origem no contato entre línguas ocorrido no período da formação dessas comunidades de fala, uma vez que o contexto sociolinguístico daquele período era favorável à ocorrência de transmissão linguística irregular. A hipótese norteadora da pesquisa, portanto, foi a de que os traços característicos do português popular brasileiro, devido ao contexto de multilinguismo no qual foi formado, são marcados por processos de variação e mudança desencadeados pela transmissão linguística irregular, encontrando-se ainda hoje rastros históricos desse processo nos dialetos rurais, especialmente os de localidades marcadas pela presença africana.

O conceito de transmissão linguística irregular designa, de acordo com Luchhesi (2003), um processo de contato linguístico massivo entre povos de línguas diferentes, no qual os falantes das línguas do grupo dominado são forçados a adquirir a língua do grupo dominante em condições bastante adversas de aprendizado, por conta da sujeição e da marginalização, formando as variedades de segunda língua que servirão como modelo para aquisição da língua materna das novas gerações de falantes, podendo originar uma língua crioula ou apenas uma nova variedade da língua do grupo dominante. O contexto sócio-histórico do Brasil nos primeiros séculos de sua história era bem semelhante a esse, pois somente uma reduzida elite colonial que habitava as poucas e ainda pequenas cidades litorâneas procuravam conservar os hábitos linguísticos lusitanos, mas os índios nativos, os negros escravos e, posteriormente, os muitos mestiços espalhados pelo interior do país foram obrigados a adquirir de oitiva o português como segunda língua. Todavia a transmissão linguística irregular ocorrida no Brasil foi de tipo leve e, por isso mesmo, não gerou uma língua crioula, mas acabou originando os traços peculiares do português popular brasileiro, dos quais os africanos e seus descendentes foram os maiores difusores.

No que tange às estruturas ditas reflexivas, os inúmeros estudos realizados até então demonstraram que algumas estratégias de reflexivização são marcas características do português popular brasileiro, mas não levaram em conta uma possível influência do contato entre línguas na formação de tais marcas. Para que houvesse, então, uma melhor compreensão acerca do processo de reflexivização na língua portuguesa falada no Brasil, faltava ainda investigar como as estruturas ditas reflexivas se apresentam no português afro-brasileiro, pois um cenário sociolinguístico como o do momento em que o português popular brasileiro se formou desperta, minimamente, a suspeita de que processos pretéritos de transmissão linguística irregular tenham dado origem a marcas assim tão nossas. Para isso, o trabalho que aqui se apresenta, procurou estabelecer, com base na observação

empírica dos dados de fala das quatro comunidades rurais afro-brasileiras que compõem o *corpus* da pesquisa, os fatores linguísticos e sociais que condicionam a variação na realização do clítico dito reflexivo e na marca de pessoa do clítico dito reflexivo.

Com relação à realização do clítico dito reflexivo – primeira variável dependente focalizada nesta análise –, foi possível constatar que a dupla realização do clítico não faz parte da gramática do português afro-brasileiro, uma vez que não houve nenhuma ocorrência dessa variante. Constatou-se, também, um percentual de apenas 15% de realização do clítico, apontando, assim, um forte predomínio (85% das ocorrências) do apagamento do clítico nas estruturas ditas reflexivas presentes na fala das comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, o que constitui uma evidência empírica em favor da influência do contato entre línguas nesse processo de variação, já que, nos contextos em que houve processos pretéritos de transmissão linguística irregular, há uma tendência maior ao uso da variante não-padrão.

Dentre os fatores linguísticos selecionados como relevantes estatisticamente pelo pacote de programas VARBRUL, destaca-se a variável *tipologia do clítico*, confirmando a hipótese inicial de que os clíticos que possuem mais valor informacional favorecem a realização, enquanto os que possuem menos valor informacional a desfavorecem. Todavia, na contramão desse princípio, os clíticos inerente e expletivo, que figuram entre os que possuem menos valor informacional, apresentaram tendência à realização. Na ótica deste trabalho, o fato de o clítico expletivo favorecer a realização se deve ao fato de que, nessas comunidades de fala, tal clítico aparece quase que exclusivamente num contexto de fórmula pronta (IR ou VIR + EMBORA), sendo utilizado pelo falante maneira irrefletida. Quanto ao clítico inerente, entende-se que a expressão VERBO + CLÍTICO representa uma única entrada lexical, sendo o clítico, nesse caso, uma característica inerente ao léxico e não uma partícula reflexiva inserida por regra gramatical.

Baseada no princípio da coesão estrutural (LUCCHESI, 2000; LUCCHESI; RIBEIRO, 2009), a análise da variável *concordância verbo-sujeito* confirmou a hipótese de que os contextos em que há concordância entre o verbo e sujeito sintático favorecem a realização do clítico dito reflexivo, ao passo que os contextos em que tal concordância não é respeitada acabam por desfavorecê-la, apontando, assim, para a influência da transmissão linguística irregular nesse processo de variação, já que a falta de concordância verbal e a não-realização do clítico seriam, levando em conta os pressupostos do princípio da coesão estrutural, regras características de uma gramática típica das situações de contato linguístico.

A análise da variável *papel temático do sujeito* revelou que as orações em que o sujeito sintático desempenha o papel temático de experienciador favorecem a realização do clítico dito reflexivo, assim como as orações em que o sujeito sintático desempenha o papel temático de agente constituem um contexto de resistência à realização do clítico nas estruturas ditas reflexivas presentes no português afro-brasileiro. A variável *animacidade do sujeito*, por sua vez, revelou que,

a exemplo de diversas pesquisas sociolinguísticas que também analisaram esse processo de variação, sujeitos sintáticos com traço de animacidade [+ humano] favorecem a realização do clítico dito reflexivo, da mesma forma que a presença de sujeitos sintáticos com traço de animacidade [- humano] é um contexto desfavorecedor.

Com a análise da variável *tempo e modo do verbo*, constatou-se que verbos no subjuntivo e no imperativo, bem como no presente do indicativo e no futuro do presente do indicativo, constituem os contextos que mais favorecem a realização do clítico, enquanto verbos no pretérito perfeito do indicativo e no infinitivo constituem contextos de resistência à realização do clítico em estruturas ditas reflexivas. Já a análise da variável *pessoa do discurso* revelou que a presença de <P1> e a presença de <P6> favorecem a realização do clítico, ao passo que a presença de que quais outras pessoas do discurso (<P2>, <P3>, <P4> e <P5>) constitui um contexto de resistência à realização do clítico dito reflexivo.

A respeito do condicionamento social da variação na realização do clítico dito reflexivo, os resultados obtidos apontam para a existência de um processo de mudança em curso em direção à forma padrão, liderado por falantes mais jovens, do sexo masculino, que se ausentaram da comunidade por pelo menos seis meses, e que são oriundos de comunidades que tiveram mais acesso aos padrões culturais e linguísticos externos. Tal processo estaria revertendo a mudança produzida pela transmissão linguística irregular durante a formação desses dialetos, nos quais o uso do clítico dito reflexivo teria sido muito reduzido quando não exibisse valor informacional.

Nessa perspectiva, a análise da variável *faixa etária* parece confirmar a hipótese da mudança em favor da implementação do clítico dito reflexivo nas comunidades analisadas, com os falantes mais jovens exibindo níveis mais elevados de realização dessa partícula gramatical que os falantes mais velhos. A análise da variável *sexo*, por sua vez, confirmou a hipótese de que os homens tendem à realização do clítico dito reflexivo, ao passo que as mulheres costumam preservar os usos linguísticos mais marcados por processos pretéritos de transmissão linguística irregular, tendendo à não-realização do clítico. Com a análise da variável *estada fora da comunidade*, foi confirmada a hipótese de que os falantes que saíram da comunidade por pelo menos 6 meses, por conta da exposição a padrões linguísticos externos, tendem à realização do clítico dito reflexivo, enquanto os falantes que não se ausentaram da comunidade costumam preservar os usos linguísticos mais marcados pelo contato entre línguas, tendendo à não-realização do clítico. Todo esse cenário aponta para uma mudança que vem de fora para dentro das comunidades analisadas.

Tal hipótese foi parcialmente confirmada na análise da variável *comunidade* confirmou parcialmente a hipótese de que os falantes das comunidades, que revelou uma maior realização do clítico dito reflexivo em comunidades mais próximas dos centros de irradiação dos modelos linguísticos urbanos. Contudo os falantes da comunidade de Helvécia, fugindo a esse princípio, tendem à realização do clítico dito reflexivo, apesar de ser esta, dentre as quatro comunidades

pesquisadas, a que tem apresentado estruturas mais características de transmissão linguística irregular em outras áreas da gramática.

No tocante à marca de pessoa no clítico dito reflexivo – segunda variável dependente desta análise –, constatou-se, apesar da escassez dos dados, um forte predomínio da presença da marca de pessoa no clítico (89% das ocorrências) em relação à ausência da marca de pessoa no clítico (11% das ocorrências), indicando que a mudança produzida pela transmissão linguística irregular durante a formação desses dialetos estaria sendo revertida por um processo mudança em curso, aumentando gradativamente a frequência da variante que mais se aproxima do padrão normativo. Para a realização da análise quantitativa, o pacote de programas VARBRUL selecionou como estatisticamente relevante apenas a variável linguística explanatória *concordância verbo-sujeito*, mas foi analisada também a variável *marca de pessoa e número do verbo*, já que o nível de significância desse fator não ficou muito distante do que se considera relevante estatisticamente.

A análise da variável *concordância verbo-sujeito* confirmou a hipótese de que os contextos em que há concordância entre o verbo e sujeito sintático favorecem a presença da marca de pessoa no clítico dito reflexivo, ao passo que os contextos em que não ocorre tal concordância acabam por desfavorecê-la, apontando, assim, para a influência da transmissão linguística irregular nesse processo de variação, uma vez que a falta de concordância verbal e a ausência da marca de pessoa no clítico seriam, com base no princípio da coesão estrutural, regras características de uma gramática típica das situações de contato linguístico.

A análise da variável *marca de pessoa e número do verbo*, por sua vez, confirmou a hipótese de que as orações em que o falante aplica a regra de flexão número-pessoal do verbo favorecem a presença da marca de pessoa no clítico dito reflexivo, enquanto as orações em que o falante não aplica a regra de flexão número-pessoal do verbo acabam por desfavorecê-la, o que aponta para a influência da transmissão linguística irregular nesse processo de variação, pois a falta flexão número-pessoal do verbo e a ausência da marca de pessoa no clítico seriam, com base no princípio da coesão estrutural, regras características de uma gramática típica das situações de contato linguístico.

No que diz respeito ao condicionamento social da variação na marca de pessoa no clítico dito reflexivo, o pacote de programas VARBRUL, em virtude muito provavelmente da escassez dos dados, não selecionou nenhuma variável, mas a análise aqui realizada levou em consideração a *escolaridade do informante* e a *comunidade*, pela relevância desses fatores para se verificar indícios de uma mudança em curso ou de algum processo pretérito de transmissão linguística irregular. Os resultados obtidos apontam para a existência de um processo de mudança em curso liderado por falantes com nível de escolaridade um pouco maior que os demais e oriundos de comunidades que tenham mantido um grau relativamente baixo de isolamento. Tal processo estaria revertendo a mudança produzida pela transmissão linguística irregular durante a formação desses dialetos, nos

quais a marcação da pessoa no clítico dito reflexivo teria sido muito reduzida quando os verbos não realizassem flexão número-pessoal nem concordância com o sujeito sintático.

Nessa perspectiva, a análise da variável *escolaridade do informante* confirmou a hipótese de que os falantes com maior grau de escolarização tendem à marcação de pessoa no clítico dito reflexivo, enquanto os falantes menos escolarizados tendem à não-marcação. A análise da variável *comunidade*, por sua vez, foi realizada levando em conta apenas as comunidades de Helvécia (com maior grau de isolamento) e Sapé (com menor grau de isolamento), já que mais de 70% das ocorrências estavam concentradas nelas, confirmando a hipótese de que os falantes da comunidade de Sapé tendem a utilizar a marca de pessoa no clítico dito reflexivo, ao passo que os falantes da comunidade de Helvécia tendem a não utilizá-la.

Por fim, esses resultados permitem afirmar que, confirmando a hipótese inicial, as estruturas ditas reflexivas presentes no português afro-brasileiro teriam sido influenciadas por processos pretéritos de transmissão linguística irregular, os quais estariam relacionados ao contato entre línguas ocorrido na formação das comunidades de fala aqui estudadas. Como a compreensão norteadora deste trabalho é a de que os efeitos desses processos pretéritos de transmissão linguística irregular teriam se expandido dos ambientes rurais mais isolados e marcados pela presença africana até os ambientes citadinos, a presente pesquisa aponta para a necessidade futura de se investigar as estruturas ditas reflexivas presentes na fala de comunidades rurais não-marcadas etnicamente, de pequenas cidades interioranas e dos subúrbios dos grandes centros urbanos. Tal necessidade, porém, não invalida a contribuição trazida por esta dissertação no sentido de auxiliar na compreensão do relevante papel do contato entre línguas para forjar os traços peculiares do português popular brasileiro.

REFERÊNCIAS

- ALMENDRA, Maria Ana; FIGUEIREDO, José Nunes. **Compêndio de Gramática Latina**. Porto, Portugal: Bloco Gráfico LDA, 1999.
- ANJOS, Rafael S. A. **Territórios das comunidades remanescentes de antigos quilombos no Brasil**: primeira configuração espacial. 2 ed. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2000.
- AZEVEDO, Thales. **Democracia racial**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1975.
- BANDEIRA, Grace dos Anjos. **O apagamento de se nas funções sujeito e objeto**: um estudo variacionista com dados do VARSUL do Paraná. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Paraná, Curitiba, 2007.
- BARROS, João de. **Gramática da língua portuguesa**. 3 ed. Organizada por José Pedro Machado. Lisboa: [s.n], 1957 [1540].
- BAXTER, Alan; LUCCHESI, Dante. Processos de descrioulização no sistema verbal de um dialeto rural brasileiro. **Papia**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 59-71, 1993.
- BAXTER, Alan. Línguas Pidgins e Crioulas. In: Isabel Faria et alii (orgs.). **Introdução à Linguística Geral e Portuguesa**. Lisboa: Caminho, 1996.
- BAXTER, Alan; LUCCHESI, Dante. A relevância dos processos de pidginização e crioulição na formação da língua portuguesa no Brasil. **Estudos Linguísticos e Literários**, Salvador, n. 19, p. 65-84, set. 1997.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. Edição Revista e Ampliada. 37 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- BICKERTON, Derek. **Roots of Language**. Ann Arbor: Karoma, 1981.
- BICKERTON, Derek. Creole Languages and the Bioprogram. In: Newmeyer, Frederick (org.). **Linguistics: The Cambridge survey**. Vol 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1988, 268-284.
- BICKERTON, Derek. How to Acquire Language without Positive Evidence: What Acquisitionists Can learn from Creoles? In: Michel Degraff (org.). **Language Creation and Language Change – Creolization, Diachrony, and Development**. Cambridge: The MIT Press, 1999, p. 49-74.
- BITTENCOURT, Regina Lúcia. **No rastro do apagamento: pronomes clíticos nas funções recíproca, reflexiva, apassivadora e indeterminadora**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.
- BRITO, Dorothy. **O se reflexivo no português brasileiro**. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2009.
- BURZIO, L. **Italian Syntax**. Dordrecht, Holland: D. Reidel Publishing Company, 1986.

CAMACHO, Roberto Gomes. Em defesa da categoria de voz média no português. **DELTA**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 91-122, 2003.

CANÇADO, Márcia. **Verbos Psicológicos: A Relevância dos Papéis Temáticos Vistos sob a Ótica de uma Semântica Representacional**. Tese de Doutorado, Universidade de Campinas, Campinas, 1995.

CANÇADO, Márcia. Uma aplicação da teoria generalizada dos papéis temáticos: verbos psicológicos. **Revista do GEL (Grupo de estudos linguísticos do Estado de São Paulo)**, São Paulo, p. 93-125, 2002.

CARNEIRO RIBEIRO, Ernesto. **Serões Grammaticales ou Nova Grammatica Portugueza**. 2 ed., 1890.

CASTILHO, Ataliba de. A gramaticalização. **Estudos Linguísticos e Literários**, Salvador, v. 2, p. 25-64, 1997.

CASTRO, Márcia Silva de. **A sintaxe dos clíticos pronominais do dialeto gaúcho atual**. Dissertação de Mestrado, PUC-RS, Porto Alegre, 2002.

CASTRO, Yeda Pessoa de. A matriz africana no português do Brasil. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org.). **Quinhentos Anos de História Linguística do Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006, p. 81-116.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**. 16 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

CHAUDENSON, R.. **Les Créoles Français**. Evreux: Nathan, 1979.

CHOMSKY, Noam. **Lectures on government and binding**. Dordrecht: Foris, 1981.

COUTO, Hildo Honório do. **Introdução ao estudo das línguas crioulas e pidgins**. Brasília: Editora da UNB, 1996.

COUTO, Hildo Honório do. Hipótese da relexificação na gênese dos crioulos e pidgins. **Revista da ABRALIN**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 221-250, 2002.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

D' ALBUQUERQUE, Alair. A perda dos clíticos em um dialeto mineiro. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, 78/79, p. 97-121, 1988.

FALTZ, Leonard M. **Reflexivization: a study in Universal Syntax**. New York: Garland, 1985.

GALVES, Charlotte. A interpretação 'reflexiva' do pronome no Português do Brasil. **DELTA**, São Paulo, v. 2, p. 249-264, 1986.

HAGEMEIJER, Tjerk. As línguas de S. Tomé e Príncipe. **Revista de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola**, v. 1, p. 1-27, 2009.

HALL, Robert A. Jr. **Pidgin and Creole Languages**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1966.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HOLM, John. **Pidgins and Creoles**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

HOLM, John. Popular Brazilian Portuguese; a semi-creole. In: d'Andrade, Ernesto & Kihm, Alain (orgs.). **Actas do Colóquio sobre "Crioulos de Base Lexical Portuguesa"**. Lisboa: Colibri, 1992, p. 37-66.

KEYSER, Samuel; ROEPER, Thomas. On the middle and ergative constructions in English. **Linguistic Inquiry**, v. 15, p. 381-416, 1984.

LABOV, William. **Padrões Sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno, Marta Scherre e Caroline Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

LEITE, Yonne; FRANCHETTO, Bruna. 500 anos de línguas indígenas no Brasil. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org.). **Quinhentos Anos de História Linguística do Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006, p. 15-61.

LEMLE, Miriam. Pronomes, Anáforas, Zero: observações sobre uma mudança linguística. **DELTA**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 121-124, 1985.

LUCCHESI, Dante. A questão da formação do português popular do Brasil: notícia de um estudo de caso. **A Cor das Letras**, Feira de Santana, n. 3, p. 73-100, 1999.

LUCCHESI, Dante. **A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira**: novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

LUCCHESI, Dante. As duas grandes vertentes da história sociolinguística do Brasil. **DELTA**, São Paulo, v. 17, p. 97-130, 2001.

LUCCHESI, Dante. Norma linguística e realidade social. In: BAGNO, Marcos (Org.). **Linguística da norma**. São Paulo: Loyola, 2002, p. 63-92.

LUCCHESI, Dante. O conceito de transmissão linguística irregular e o processo de formação do português do Brasil. In: RONCARATI, Claudia; ABRAÇADO, Jussara (Org.). **Português brasileiro**: contato linguístico, heterogeneidade e história. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003, p. 272-284.

LUCCHESI, Dante. A participação do contato entre línguas na formação do português popular do Brasil: Novas evidências empíricas. In: M. Fernández, M. Fernández-Ferreiro & N.V. Veiga. **Los criollos de base ibérica**. Madri: Iberoamericana, 2004, p. 215-226.

LUCCHESI, Dante. Parâmetros sociolinguísticos do português brasileiro. **Revista da ABRALIN**, Belo Horizonte, v. 5, p. 83-112, 2006.

LUCCHESI, Dante. Africanos, crioulos e a língua portuguesa. In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do (Orgs.). **História social da língua nacional**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2008, p. 151-180.

LUCCHESI, Dante. A metodologia. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (Orgs.). **O português Afro-Brasileiro**. Salvador: Edufba, 2009a, p. 155-164.

LUCCHESI, Dante. Conclusão. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (Orgs.). **O português Afro-Brasileiro**. Salvador: Edufba, 2009b, p. 513-545.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan. Processos de crioulação na história sociolinguística do Brasil. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org.). **Quinhentos Anos de História Linguística do Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006, p. 163-218.

LUCCHESI, Dante *et alli*. O português afro-brasileiro: as comunidades analisadas. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (Orgs.). **O português Afro-Brasileiro**. Salvador: Edufba, 2009, p. 75-100.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan. A transmissão linguística irregular. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (Orgs.). **O português Afro-Brasileiro**. Salvador: Edufba, 2009, p. 101-124.

LUCCHESI, Dante; RIBEIRO, Ilza. Teorias da estrutura e da mudança linguísticas e o contato entre línguas. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (Orgs.). **O português Afro-Brasileiro**. Salvador: Edufba, 2009, p. 125-153.

MADUREIRA, Evelyne Dogliani. Variação nas construções pronominais dos verbos psicológicos: uma decorrência de diferentes percursos históricos. In: COHEN, M. A.; RAMOS, J. **Dialeto mineiro e outras falas**. Belo Horizonte: FALÉ/UFMG, 2002, p. 109- 130.

MARTINS, Denise. Baby talk, foreigner talk e pidgins: aquisição da linguagem, assimetria e simplificação. **Papia**, Brasília, v. 4, n. 1, p. 46-55, 1995.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Tradição gramatical e gramática tradicional**. São Paulo: Contexto, 1989.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2004.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Uma compreensão histórica do português brasileiro: velhos problemas repensados. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org.). **Quinhentos Anos de História Linguística do Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006, p. 219-254.

MATTOSO, K. M. Q. **Ser escravo no Brasil**. Tradução de James Amado. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MELLO, Fernanda Rosário de. **O uso produtivo do pronome se na fala de João Pessoa: uma abordagem funcionalista**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2005.

MIRA MATEUS, Maria Helena et alii. **Gramática da língua portuguesa**. Lisboa: Caminho, 1989.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MÜHLHÄUSLER, Peter. **Pidgin & Creole Linguistics**. Londres: Basil Blackwell, 1986.

- MUYSKEN, Pieter; SMITH, Norval. The study of pidgin and creole languages. In: Jacques Arends, Pieter Muysken e Norval Smith (eds.). **Pidgins and Creoles: an introduction**. Amsterdam: John Benjamins, 1994, p. 3-14.
- NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Origens do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2007.
- NUNES, Jairo. Ainda o famigerado SE. **DELTA**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 201-240, 1995.
- OLIVEIRA, Marilza de. Nós se cliticiza-se?. In: LOBO, Tânia; RIBEIRO, Ilza; CARNEIRO, Zenaide; ALMEIDA, Norma (Orgs.). **Para a História do Português Brasileiro: novos dados, novas análises**. v. 6. Salvador: EDUFBA, 2006.
- PARKVALL, Mikael. **Out of Africa: African influences in Atlantic Creoles**. Londres: Battlebridge Publications, 2000.
- PEREIRA, Eduardo Carlos. **Gramática Expositiva: curso superior**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1954.
- PERINI, Mário. Ergativas e Médias em Português. **Linguística e Filologia Scripta**, Belo Horizonte, v. 8, n. 16, p. 13-34, 2005.
- PETTER, Margarida. Línguas africanas no Brasil. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org.). **Quinhentos Anos de História Linguística do Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006, p. 117-142.
- PINTZUK, Suzan. **VARBRUL programs**. Ms. 1998.
- PRATAS, Fernanda. **O Sistema Pronominal do Caboverdiano**. Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2002.
- REINHART, Tanya; REULAND, Eric. Reflexivity. **Linguistic Inquiry**, v. 24, p. 657-720, 1993.
- RIBEIRO, João. **Grammatica Portugueza**. 19 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1920.
- ROBERTS, Ian. Creoles, markedness and the Language Bioprogram Hypothesis. **Estudos Linguísticos e Literários**, Salvador, n. 19, p. 11-24, 1997.
- ROBERTS, Ian. Verb Movement and Markedness. In: DEGRAFF, Michel (org.). **Language Creation and Language Change – Creolization, Diachrony, and Development**. Cambridge: The MIT Press, 1999, p. 287-328.
- ROBERTS, Ian. **Diachronic Syntax**. New York: Oxford University Press, 2007.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. 18 ed. Rio de Janeiro: Cia. Editores, 1976.
- RODRIGUES, Aryon. **Línguas Indígenas Brasileiras**. São Paulo: Loyola, 1986.
- RODRIGUES, Aryon. As outras línguas da colonização do Brasil. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org.). **Quinhentos Anos de História Linguística do Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006, p. 143-161.

SAID ALI, M. **Dificuldades da Língua Portuguêsa**. 5 ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1957.

SCHERRE, Marta; NARO, Anthony. Análise quantitativa e tópicos de interpretação do VARBRUL. In: MOLLICA, Cecília; BRAGA, Maria Luiza (Orgs.). **Introdução à Sociolinguística**: tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2003, p.147-178.

SIEGEL, Jeff. **The emergence of Pidgin and Creole Languages**. Cambridge: Oxford University Press, 2008.

SILVEIRA, Larissa Marchi da. Quem pariu Matheus que se balance: mais tinta sobre os clíticos no PB. **Anais do SETA**, Campinas, v. 2, p. 501-507, 2008.

TAGLIAMONTE, Sali A. **Analysing Sociolinguistic Variation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolinguística**. 8 ed. São Paulo: Ática, 2007.

VEADO, Rosa Maria Assis. **Comportamento linguístico do dialeto rural**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.

VILELA, Mário; KOCH, Ingedore Villaça. **Gramática da Língua Portuguesa**. Porto/Portugal: Almedina, 2001.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

WENCESLAU, Fábio de Lima. **Verbos Beneficiários**: um estudo na interface entre semântica e sintaxe. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

WHINNOM, K. Linguistic hybridization and the “special case” of pidgins and creoles. In: Hymes Dell (ed.). **Pidginization and Creolization of Languages**. Cambridge: Cambridge University Press, 1971, p. 91-115.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Chave de Codificação

A) Variáveis Dependentes

1. Realização do clítico dito reflexivo

(z) Não-realização do clítico dito reflexivo (apagamento)

Ex.: *Maria Ø levantou do sofá.*

(r) Realização do clítico dito reflexivo

Ex.: *Ela se cortou com a tesoura.*

(d) Dupla realização do clítico dito reflexivo

Ex.: *Eu me incomodei-me com os gritos.*

2. Marca de pessoa no clítico dito reflexivo

(P) Com marca de pessoa no clítico dito reflexivo

Ex.: *Eu me senti mal.*

(N) Sem marca de pessoa no clítico dito reflexivo

Ex.: *Eu se senti mal.*

(/) Ocorrências com *ele(a)(s)*, *você(s)* e *a gente* ou de não-realização do clítico dito reflexivo

Ex.: *Ele se sentiu mal.*

Você se sentiu mal.

A gente se sentiu mal.

Ele Ø casou ontem.

B) Variáveis Linguísticas Explanatórias

3. Tipologia do Clítico

(r) Clítico reflexivo

(c) Clítico recíproco

(e) Clítico ergativo

(p) Clítico passivo

(m) Clítico médio

(n) Clítico inacusativo

(o) Clítico oblíquo

(i) Clítico inerente

(x) Clítico expletivo

4. *Papel Temático do Sujeito*

- (A) Agente
- (P) Paciente
- (E) Experienciador
- (F) Fonte

5. *Animacidade do Sujeito*

- (*) [- animado]
- (&) [+ animado / - humano]
- (@) [+ humano]

6. *Pessoa do Discurso*

- (1) <P1>
- (2) <P2>
- (3) <P3>
- (4) <P4>
- (5) <P5>
- (6) <P6>

7. *Tempo e Modo do Verbo*

- (H) Presente do Indicativo
- (U) Pretérito Perfeito do Indicativo
- (V) Pretérito Imperfeito do Indicativo
- (F) Futuro do Presente do Indicativo
- (C) Futuro do Pretérito do Indicativo
- (R) Presente do Subjuntivo
- (S) Pretérito do Subjuntivo
- (Q) Futuro do Subjuntivo
- (O) Imperativo
- (G) Gerúndio
- (I) Infinitivo
- (P) Particípio

8. Marca de Pessoa e Número do Verbo

- (o) Marca de <P1>
- (s) Marca de <P4>
- (m) Marca de <P6>
- (z) Sem marca de pessoa e número

9. Concordância Verbo-Sujeito

- (-) [- concordância]
- (+) [+ concordância]

10. Posição do Pronome em Relação ao Verbo

- (<) Próclise
- (>) Ênclise
- (/) Pronome não-realizado

11. Efeito de Gatilho

- (C) Com efeito de gatilho
- (S) Sem efeito de gatilho

C) Variáveis Sociais**12. Escolaridade**

- (@) Analfabeto
- (\$) Semi-analfabeto

13. Faixa Etária

- (u) Faixa I (25 a 35 anos)
- (d) Faixa II (45 a 55 anos)
- (t) Faixa III (acima de 65 anos)

14. Sexo

- (m) Masculino
- (f) Feminino

15. Comunidade

(R) Rio de Contas

(C) Cinzento

(H) Helvécia

(S) Sapé

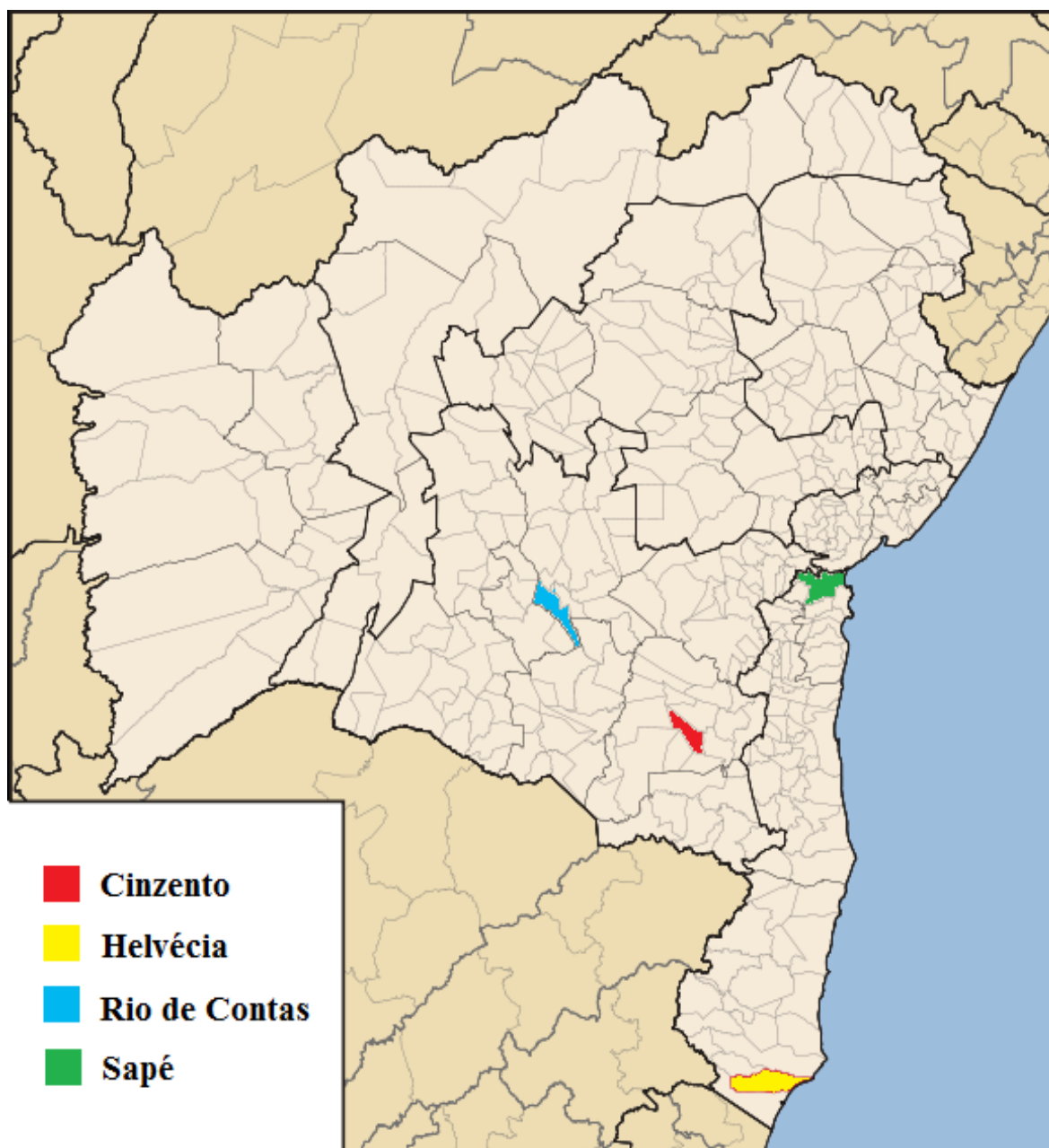
16. Estada Fora da Comunidade

(%) Saiu por pelo menos seis meses

(#) Não se ausentou da comunidade

ANEXOS

ANEXO A – Localização Geográfica das comunidades rurais afro-brasileiras isoladas



ANEXO B – Caracterização do *corpus* base do português rural afro-brasileiro

CORPUS BASE – MULHERES		
FAIXA I	FAIXA II	FAIXA III
RC-Inq04 – F – 37 – A – E	RC-Inq13 – F – 47 – S – N	RC-Inq24 – F – 75 – A – N
HV-Inq01 – F – 29 – A – N	HV-Inq07 – F – 42 – A – E	HV-Inq13 – F – 85 – A – N
SP-Inq01 – F – 24 – S – N	SP-Inq05 – F – 53 – S – E	SP-Inq09 – F – 76 – A – N
CZ-Inq01 – F – 28 – S – E	CZ-Inq08 – F – 50 – A – N	CZ-Inq09 – F – 63 – A – N
(média: 29,5 anos)	(média: 45,5 anos)	(média: 74,75 anos)

CORPUS BASE – HOMENS		
FAIXA I	FAIXA II	FAIXA III
RC-Inq05 – M – 26 – S – E	RC-Inq08 – M – 55 – A – E	RC-Inq26 – M – 68 – S – E
HV-Inq04 – M – 30 – S – N	HV-Inq12 – M – 57 – A – N	HV-Inq20 – M – 70 – A – E
SP-Inq04 – M – 28 – A – N	SP-Inq06 – M – 42 – S – N	SP-Inq12 – M – 66 – A – N
CZ-Inq03 – M – 34 – S – E	CZ-Inq06 – M – 48 – S – E	CZ-Inq11 – M – 64 – S – N
(média: 29,5 anos)	(média: 50,5 anos)	(média: 67 anos)

CORPUS BASE – HOMENS E MULHERES COM MAIS DE 80 ANOS	
FAIXA IV	
HV-Inq19 – F – 103 – A – E	HV-Inq22 – M – 80 – A – N
CZ-Inq10 – F – 107 – A – N	CZ-Inq12 – M – 82 – A – N
(média: 93 anos)	

LEGENDA: **RC** (Rio de Contas), **HV** (Helvécia), **SP** (Sapé) e **CZ** (Cinzento); **F** (sexo feminino); **M** (sexo masculino); **28** (28 anos de idade); **S** (semi-analfabeto); **A** (analfabeto); **E** (viveu fora da comunidade por pelo menos seis meses); **N** (não viveu fora da comunidade).

OBSERVAÇÕES (assimetrias não superadas no *corpus*)

- 1) Há três homens semi-analfabetos na faixa I;
- 2) Todas as mulheres da faixa III são analfabetas;

MÉDIA DE IDADE POR FAIXA ETÁRIA

FAIXA I: 29,5 anos

FAIXA II: 49,25 anos (19,75 anos de diferença sobre a FAIXA I)

FAIXA III: 70,875 anos (21,625 anos de diferença sobre a FAIXA II)

FAIXA IV: 93 anos (22,125 anos de diferença sobre a FAIXA III)